

O PANTERA NEGRA

E A HISTÓRIA DA ÁFRICA

RENATO CAVALCANTE DA SILVA

REFLEXÕES SOBRE A
HQ DO PANTERA NEGRA
E SUAS CORRELAÇÕES
ENTRE O ENSINO E
APRENDIZAGEM A RESPEITO
DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

parana





Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Evandro Aparecido Soares da Silva – Reitor
Rosaline Rocha Lunardi – Vice-reitora



Conselho Editorial

Profa Dra Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT
Prof. Dr. Renilson Rosa Ribeiro – UFMT
Profa Dra Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT
Prof. Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT
Profa Dra Adrienne de Oliveira Firmo – USP
Me Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE
Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP
Madelene Marinho e Silva – UNESP
Juliana de Medeiros Garcia Ribeiro – IFMT

O PANTERA NEGRA E A HISTÓRIA DA ÁFRICA

Reflexões sobre a HQ do Pantera Negra e suas
correlações entre o ensino e aprendizagem
a respeito da História da África

Renato Cavalcante da Silva



© Renato Cavalcante da Silva, 2022.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

CIP – Catalogação na publicação

C377r Silva, Renato Cavalcante da.

O Pantera Negra e a história da África: reflexões sobre a HQ do pantera negra e suas correlações entre o ensino e aprendizagem a respeito da história da África [e-book]. Renato Cavalcante da Silva. – São Paulo: Paruna Editora, 2022.

153 p. ; il.

ISBN: 978-65-997299-3-5

1. Ensino de História. 2. Revista em Quadrinhos. 3. Pantera Negra. 4. História da África. I. Da Silva, Renato Cavalcante (org.).

CDU 94 371.33

Revisão e Normalização Textual:

Sérgio Henrique Puga – Paruna Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial

Arte da capa/ilustrações internas: © Marvel Comics

Apoio:



Paruna Editorial
Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento
CEP: 01552-020 – São Paulo, SP
Fone: 11 3796-8555
www.paruna.com.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pela ajuda, incentivo, dedicação e cuidado em todas as etapas da minha vida, com certeza o ser humano e profissional que sou hoje é resultado das relações positivas e afetivas que recebi no seio familiar.

Ao professor Dr. Bruno Rodrigues Pinheiro, nesse livro tive a imensa felicidade de ser orientado pelo meu amigo, colega e veterano de curso de História da UFMT, agradeço pelo seu profissionalismo, humanismo e dedicação.

Aos professores Dr. Ernesto Cerveira de Sena, Dr. Osvaldo Mariotto Cerezer e Prof. Dr. Marcelo Fronza, que gentilmente colaboraram com suas considerações para elaboração desse trabalho.

Aos professores do curso do PROFHISTÓRIA da UFMT, profissionais exímios, competentes e historiadores de primeira categoria.

Aos colegas de turma do PROFHISTÓRIA, em especial André Brito, Carlos Eduardo de Andrade Marchi, Gabriel Felipe Cassol, Igor Jurubeba, Jhuan Cláudio Matos de Oliveira, José Ricardo Miranda e Jussandro Ferreira de Melo.

A todos, muito obrigado!

PREFÁCIO

Ser professor na era das tecnologias de informação e comunicação, redes sociais, *smartphones*, “influenciadores” do mundo virtual, é um desafio para poucos; particularmente quando se está em um país onde os investimentos no campo da educação ainda estão aquém do aceitável. A ausência da infraestrutura elementar somada ao desprestígio impingido à categoria, acompanhados das jornadas de trabalho excessivas, salários irrisórios e incertezas quanto aos direitos e ao futuro, fazem com que a escolha pela educação seja permeada, até certo ponto, de uma força utópica e “heroica”. É preciso reconhecer: um professor é, por excelência, aquele que acredita e aposta no futuro.

O livro escrito por Renato Cavalcante, voltado para professores e estudantes, nasceu de uma pesquisa realizada no âmbito de uma universidade pública, que aposta no futuro e vai além: fornece ferramentas para desafiar e contornar essa realidade. Por meio dos “quadrinhos”, que detém em sua essência uma linguagem acessível, instigante e mais bem sintonizada com a juventude, quer pensar a história. Mostra um caminho alternativo para o educador driblar a falta de materiais didáticos ou paradidáticos.

A obra ainda conta com outro mérito: assume o desafio proposto pela Lei 10.639/2003, que determinou de forma paradigmática a inclusão de conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira e africana no sistema educacional do Brasil. Não obstante ser uma reivindicação antiga do movimento negro, a promulgação da Lei alavancou numerosas transformações, a exemplo do nível universitário, que nas primeiras décadas do século XXI deu espaço para concursos específicos

para o campo de estudo; incluiu disciplinas sobre África/Afro-brasileiros na grade curricular e, posteriormente, proporcionou a escrita de dissertações e teses. Durante esse processo, novos professores foram formados, indiscutivelmente melhor preparados para lidar com os desafios da educação étnico-racial em um país que insiste em ser atravessado pelo racismo estrutural. Ainda há muito o que se fazer para que os brasileiros possam virar a sombria página dos estereótipos, pois literalmente estamos no meio de um processo de embate... O trabalho aqui apresentado é parte desse esforço, pois está ao lado dos que são indignados com as desigualdades socioeconômicas nascidas da escravidão e do racismo.

Com uma escrita muito agradável, o autor nos convida primeiramente a pensar a História da África através da HQ "Pantera Negra". Para tanto, analisa o silenciamento dos africanos e afro-brasileiros na educação brasileira; as possibilidades do uso dos quadrinhos no processo de ensino-aprendizagem; e as concepções de África trabalhadas na HQ entre 1966 e 2005. Sem dúvida uma das conexões mais inteligentes e promissoras percebidas por Renato ocorre quando destaca as relações entre a "Wakanda" do universo Pantera Negra e a Etiópia, ambos territórios resistentes e livres do colonialismo europeu. Obviamente não equipara a ficção à realidade, mas realça como o território livre e desenvolvido de Wakanda, só assim foi porque esteve livre do assédio de outras nações. A Etiópia, por seu turno, foi palco de duras lutas contra o colonialismo europeu e, em um dado momento, foi o maior símbolo da unidade africana e do pan-africanismo. Em função do suposto pertencimento do soberano da Etiópia a uma linhagem sagrada, tornou-se símbolo da negritude e orgulho negro. Wakanda, assim como a Etiópia, é um verdadeiro símbolo contra o discurso eurocêntrico que hierarquiza os diferentes povos do mundo, inferiorizando-os para exploração e conquista.

Destaco, também, o material que segue ao final do livro, o Guia Didático diagramado por Mikhail Baraniuk. Trabalho de qualidade ímpar e louvável, formado por textos explicativos voltados aos estudantes da educação básica, mas também por exercícios a serem aplicados por docentes e sugestões diversas de outros materiais.

Por fim, é uma grande honra prefaciá-lo livro de Renato, antigo colega de graduação na Universidade Federal de Mato Grosso e, depois, pelas voltas mais inesperadas que o mundo deu, um dos meus primeiros orientandos no mestrado na mesma instituição. Que toda a sua sensibilidade e talento possam inspirar o povo brasileiro a olhar para o passado de forma mais lúcida e buscar no presente um país mais justo. Principalmente, que este livro possa ajudar aos professores brasileiros na dura batalha para construção de uma sociedade que valorize a sua maior riqueza e força, a saber, a pluralidade!

Cuiabá, 2 de outubro de 2021.

Bruno Pinheiro Rodrigues

Professor Titular de História Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

Apresentação	10
CAPÍTULO 1	
O Ensino de História da África no Brasil: silenciamentos, distorções e a promulgação da Lei 10.639/2003	17
O processo da construção da Lei 10.639/03	25
Concepções sobre a Lei 10.639/03	33
Reflexões acerca do livro didático	38
CAPÍTULO 2	
O uso de quadrinhos para o ensino e aprendizagem da história africana	44
A história da história em quadrinhos	46
Teoria e metodologia para o aprendizado com os quadrinhos	33
CAPÍTULO 3	
O que podemos aprender sobre a África através da revista do pantera negra?	67
Pantera Negra do século XXI: comparações com o personagem da década de 1960	72
Seção 2: História da África através dos quadrinhos	78
Acerca das concepções sobre a África nas edições de 1966 e 2005	78
As inter-relações entre o Imperialismo nas edições de 1966 e 2005	91
Wakanda em Metáforas	96
Referências	100
Anexo: Guia Didático	106

APRESENTAÇÃO

A produção desse livro foi estimulada pelo sucesso cinematográfico que o filme Pantera Negra alcançou no início de 2018. Tal visibilidade internacional veio acompanhada de um considerável debate sobre questões históricas relevantes para os movimentos sociais afrodescendentes, pois o longa-metragem possibilitou reflexões a respeito de representatividade, identidade, ocupação do espaço social e outros temas que foram discutidos nos meios de comunicação e nas redes sociais. Nesse turbilhão de expectativas, conflitos de ideias e sucesso do filme, o Pantera Negra e seu mundo ficcional deve ser usado como meio educacional para pensar novas formas de aprendizado sobre a África.

O Pantera Negra surgiu em 1966 dentro da revista em quadrinho¹ do Quarteto Fantástico, tendo sua história narrada a princípio por três edições, especificamente, entre os números 52 a 54. Os criadores foram o roteirista Stan Lee (1922-2018) e o desenhista Jark Kirby (1917-1994), ambos marcaram de maneira significativa a história do mercado editorial das revistas em quadrinhos no século XX.

Na narrativa construída por Stan Lee e Jack Kirby, e posteriormente mantida por outros quadrinistas, o Pantera Negra é rei de Wakanda, um país fictício do continente africano, mais próspero e desenvolvido do mundo. O super-herói é obrigado a subir ao trono após o assassinato do pai T'Chaka pelo cientista mercenário Ulysses Klaw, o mestre do som. O motivo do assassinato do rei está diretamente envolvido com a riqueza mineral de Wakanda, *vibranium*, o metal mais valioso do mundo que consegue absorver vibrações. Por essa característica, o vilão Ulysses Klaw deseja tomar dos wakandanos a sua reserva mineral e, na tentativa de impedir a invasão do seu reino, T'Chaka é assassinado. Após a morte do pai, T'Challa, que estudou nas melhores universidades do mundo, assume o

1 Nesse livro, o conceito revista em quadrinhos será abordado em equivalência com os conceitos de histórias quadrinhos e HQ

trono e promove um intenso processo de modernização em Wakanda, com o objetivo de proteger o seu reino e de vingar a morte do progenitor.

A revista contou com vários escritores e desenhistas ao longo de sua história. Em 2005, Reginald Hundlin² foi o primeiro afro-estadunidense a roteirizar a história do Pantera Negra. Segundo o *site Vulture* (VULTURE, 2018), as narrativas de Reginald Hundlin trouxeram para revista um tom mais complexo. Já o *site Rolling Stone* colocou a história desse roteirista como base fundamental para a construção da identidade desse personagem (ROLLINGSTONE, 2020). Realmente, tal afirmação faz sentido quando o leitor tem a oportunidade de ler os seis primeiros episódios publicados em 2005 com o subtítulo “*Quem é o Pantera Negra*”. Neles é facilmente constatável a intenção de criar uma história sólida para o personagem Pantera Negra. Para cumprir com esse intento, Hundlin faz uma narrativa dos primórdios até os dias contemporâneos do povo wakandano.

Quando Reginald Hundlin, em 2005, assumiu a missão de roteirizar as novas histórias para Wakanda e o Pantera Negra, ele teve a preocupação de reestruturar a história do reino de T’Challa. Nesse enredo o reino existia desde o século V. Em vários momentos da revista os eventos históricos passados foram aludidos, dando ao leitor a concepção de temporalidade, ou seja, é trabalhada a ideia de passado e presente. No campo urbanístico as cidades são representadas com estilo próprio, integrado ao meio natural Wakanda, que conseguiu o seu desenvolvimento sem destruir natureza. Já nas revistas publicadas com Ta-Nehisi Coates, entre os anos de 2016 a 2018, a alta tecnologia e o futurismo são apuradas ao máximo possível. Aviões em forma de pássaro, cidades com arquiteturas inovadoras com formatos arrojados e tecnologias *hi-tech*, colocaram a cultura negra africana para além do tempo presente, ou seja, para o campo do futuro.

2 O personagem Pantera Negra desde sua criação em 1966, teve inúmeras participações em vários títulos de HQs: Quarteto Fantástico, Vingadores, Capitão América, Demolidor, Astonishing Tales e Jungle Action. O super-herói ganha um selo próprio em 1977.

Weschenfelder (2013) associa diretamente a invenção do personagem Pantera Negra com o contexto político social vivido nos Estados Unidos da América, na década 1950. Nesse período, a população negra estadunidense protagonizou um dos mais importantes movimentos sociais pela luta dos direitos civis da história do século XX, momento em que apareceram figuras de lideranças e organizações políticas sociais importantes como o pastor Luther King, Malcolm X, o movimento *Black Power* e o Partido dos Panteras Negras. Muitos acreditam que a revista foi inventada por influência do partido, porém, a sua publicação é um pouco anterior ao surgimento do grupo político (WESCHENFELDER, 2013). Sendo assim, os editores da Marvel captaram de maneira sensível a crise ideológica e social estadunidense e, como resultado, houve a criação do primeiro super-herói³ negro africano da história, o Pantera Negra.

Outro ganho significativo é a possibilidade de refletir junto com os alunos, questões como representatividade, identidade, história e cultura dos povos africanos, possibilitando uma infinidade de assuntos que muitas vezes não são contemplados no espaço escolar por vários motivos, dentre eles, é possível apontar uma filiação mais próxima ao ensino eurocêntrico dos professores, inclusive o de História. Atualmente ainda existe uma falta de sintonia entre o conhecimento historiográfico dos docentes que trabalham na educação básica e aquele conhecimento exigido para aplicação da Lei 10.639/03, que obriga o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos escolares e em todas as fases do Ensino Básico.

Ao ser criada em 2003, a Lei 10.639 teve a missão de expandir para a população brasileira, através da escola, um conhecimento mais robusto e crítico sobre a história e cultura do afro-brasileiro e do africano. Nesse sentido, o trabalho com a revista Pantera Negra, para entender e racionalizar episódios da história africana cumpre de maneira significativa com

3 É preciso diferenciar o herói do super-herói, os dois personagens do universo em quadrinhos possuem posições diferentes, o primeiro geralmente é um ser humano com inúmeras características relevantes como força, inteligência, astúcia e outras habilidades, contudo, esse herói não ultrapassa de forma absurda a capacidade de um humano comum. Enquanto super-herói está para além das forças humanas, exemplo: Superman, Hulk, Thor e o próprio Pantera Negra, todos esses poderosos têm capacidades inigualáveis em relação à humana.

as propostas dessa legislação. Sendo assim, a problemática que orientou esse livro foi: *Como realizar o processo de ensino e aprendizagem a respeito da história da África utilizando a Revista do Pantera Negra como base para as turmas do Ensino Médio?*

Para responder essa questão, a pesquisa foi norteadada com o objetivo de pensar e criar meios para o ensino e aprendizagem de História através da revista *Pantera Negra*. Os temas abordados nessa HQ permitem conexões com questões históricas do continente africano além de temas como história das grandes civilizações africanas, religião e cultura da África, as relações de poderes entre Europa e África e o imaginário histórico ocidental a respeito do continente africano.

Esse livro possui três capítulos. O primeiro capítulo intitulado ***O Ensino de história da África no Brasil: silenciamentos, distorções e promulgação da Lei 10.639/2003***, trata especificamente a respeito da construção da lei que obriga o ensino de História e a cultura afrodescendente e africana nas escolas brasileiras. Nessa seção, é realizada uma avaliação das dificuldades históricas para o ensino que contemple a matriz africana do povo brasileiro. São apontados como fatores de resistência: o legado do racismo étnico da sociedade brasileira, que muitas vezes negligencia ou silencia essa situação do cotidiano; o modelo de historiografia que vigorou como paradigma de ensino no sistema básico de educação⁴ da sociedade brasileira, estruturada no positivismo e tendo como consequência a dificuldade de observar os conflitos históricos sociais como fenômenos da história.

Ainda neste capítulo foi elucidado como o movimento negro em suas várias fases e formas e, nem sempre unificado ou orientado no mesmo sentido político, conseguiu, ao longo de sua história, através de muitas

4 Esse conceito está sendo usado para definir toda aquela educação que se inicia no ensino fundamental até chegar ao terceiro ano do Ensino Médio. Porém, no passado o sistema de ensino usava outras nomenclaturas como primário, ginásio e colegial. Essa fórmula vigorou até 1971, quando houve uma reforma através das Leis de Diretrizes Bases da Educação (LDB) com a Lei n.º 5.692/71. Com essa mudança, o sistema de ensino obrigatório ficou dividido em 1º grau (8 anos) e 2º grau (3 anos). Na última alteração, que aconteceu por meio da Lei n.º 9.394/96, o ensino brasileiro ficou dividido entre Ensino Básico e Superior, sendo que, o Ensino básico foi estruturado em educação infantil, fundamental e médio.

lutas, derrotas, caminhos e descaminhos aprovarem essa lei tão fundamental para o combate do racismo estrutural brasileiro e valorização da história e cultura das populações afro-descendentes e africanas.

O segundo capítulo, *O uso de quadrinhos para o ensino e aprendizagem da história africana*, explica o que seria uma revista em quadrinhos. Para isso, foram racionalizados os conceitos produzidos por Will Eisner, Scott McCloud e Marcelo Fronza. Também buscou-se entender a origem desse tipo de literatura. Posteriormente houve a preocupação de pensar a respeito do objeto de pesquisa, a Revista *Pantera Negra* e sua correspondência com as teorias de pesquisas nas áreas de ensino e aprendizagem de História. O conceito da cultura histórica desenvolvido por Jörn Rüsen (2009) ajuda a entender que uma História em Quadrinhos (HQ) está inserida num contexto histórico cultural da qual as interpretações a respeito da memória e do passado são tecidas por vários agentes sociais, a exemplo de autores de revistas em quadrinhos, escritores, diretores, leitores e fãs que representam esse universo (RÜSEN, 2009). Para Guerra (2016), as histórias em quadrinhos são crônicas do cotidiano e nesse sentido expressam de maneira subjetiva as realidades das quais os autores e fãs estão submergidos (GUERRA, 2016).

O último capítulo, denominado *O que podemos aprender sobre a África através da revista do pantera negra?*, ficou subdividido em quatro partes, as quais tratam de assuntos a respeito da história da África em comparação com a narrativa ficcional do Pantera Negra. A primeira parte dissecou e apresentou os principais personagens presentes no universo da HQ, também conjecturou os vínculos do mundo imaginário em relação aos fatos históricos.

Na segunda etapa, formulou-se a ideia de como a revista, na década de 1960, criou uma nova narrativa a respeito do continente africano, possibilitando até uma inversão de narrativas, pois, historicamente, o imaginário ocidental desqualificou as ideias e representações da África. Para cumprir com essa tarefa foi necessário exibir os pensamentos dos antigos cronistas da Antiguidade e da Idade Média. Da mesma forma, trouxe para discussão pós-colonial sobre a visão do filósofo alemão Georg W.

Hegel na qual os povos africanos não produziram nada de significativo ao longo do tempo conservando-se uma espécie de história natural. Precisamente, por causa dessas concepções, que o historiador Joseph Ki-Zerbo afirmou que as narrativas sobre a África e de seus moradores foram determinadas pelo outro, no caso mais específico pela mentalidade europeia.

Os estudos de BOAHEN (1995) (BOAHEN, 2010), LÊNIN (2011) (LÊNIN, 2011) e HOBBSAWM (1998) (HOBBSAWM, 1998), acerca do imperialismo, contribuíram de maneira indelével para entender esse período da história e formular uma inserção de como os autores do Pantera Negra pensaram tal fenômeno e retrataram de maneira subjetiva na revista. Desde o início da HQ a trama é alimentada com a ideia de que Wakanda constitui uma região de uma riqueza natural inigualável devido ao *vibranium*, sendo assim, fonte de desejo da dominação estrangeira. A princípio, na figura de Ulysses Klaw, e posteriormente os países do mundo tentam se apossar desse recurso.

Na última etapa do capítulo é realizada, como proposta de compreensão na forma recurso pedagógico, uma metáfora entre Wakanda e Etiópia e os governantes T'Challa e Manelique II. Segundo o historiador Aka Pan Monday, a Etiópia e a Libéria foram as únicas regiões africanas não conquistadas pelos europeus na época do imperialismo. No caso da Libéria, apesar de um esforço enorme de suas elites políticas e de seu povo, os liberianos tiveram de ceder parte do seu território para evitar as dominações das potências estrangeiras europeias e, quando inevitável, solicitaram a ajuda dos Estados Unidos. O fato de a Etiópia conseguir manter a sua independência lutando de maneira incansável contra a agressão do exército italiano, mesmo tendo os europeus uma capacidade tecnológica bélica superior, colocou esse país numa posição favorável de respeito e admiração dentro e fora da África. Quando começaram as conjecturas de libertações colonialistas africanas, a Etiópia serviu como modelo de resistência de sucesso. Outras correlações entre a Etiópia e Wakanda serão evocadas posteriormente no capítulo.

O resultado final dessa pesquisa resultou na elaboração de um Guia Didático destinado aos estudantes do Ensino Médio. O guia se utiliza da

linguagem das histórias em quadrinhos como um meio de produzir nos estudantes, e até nos professores, outra forma de interpretar e compreender, tanto os quadrinhos quanto os eventos históricos da humanidade e, no caso do material em questão, os eventos da África. O material didático terá a função de auxiliar pedagogicamente, ou seja, não tem a obrigação de produzir uma narrativa integral sobre os conteúdos a respeito da África correlacionados ao Ensino Médio. O principal objetivo desse guia é apresentar a história do continente africano com uma perspectiva diferente em relação ao cotidiano e, por isso, o Universo do Pantera Negra, uma narrativa fictícia poderosa por estimular novas concepções acerca do mundo africano.

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL: SILENCIAMENTOS, DISTORÇÕES E A PROMULGAÇÃO DA LEI 10.639/2003

A produção de uma pesquisa que envolve a história em quadrinhos sobre o Pantera Negra é resultando de uma nova concepção de ensino e aprendizagem de História. Durante muito tempo, nas escolas brasileiras, o ensino com essas temáticas que envolviam as narrativas e culturas africanas e afrodescendentes foram relegadas ou minimizadas. Nesse sentido, para entender melhor o objeto dessa pesquisa é preciso ter consciência do seu contexto histórico de produção de modo que, nesse caso, existe um marco temporal que é a Lei 10.639/03.

Este capítulo focará no debate das questões relacionadas ao ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Sendo assim, alguns pontos serão importantes na construção dessa reflexão. Logo de início serão expostos os motivos que dificultaram o ensino de História e da cultura negra nas escolas brasileiras tendo como baliza os seguintes motivos: o racismo-étnico estrutural presente como prática social e institucional; e o positivismo que vigorou durante muito tempo como principal corrente teórica do ensino escolar brasileiro, inclusive na disciplina de História, provocando, como consequência, os silenciamentos e distorções sobre os fatos históricos das populações africanas e afrodescendentes que colonizaram e formaram o país.

Outra abordagem importante desse capítulo consiste na análise do processo de luta e resistência para a elaboração da Lei 10.639/03, tendo como perspectiva a luta histórica dos movimentos negros sociais desde a época da escravidão até os dias contemporâneos. No que tange ao desdobramento da legislação no ambiente escolar, duas mediações são imperativas, a primeira pertinente às concepções acerca do processo

de introdução dessa nova lei e a segunda nas possíveis mudanças que ocorreram nos materiais didáticos de História a partir de 2003.

Porém, antes de avançar nas elaborações históricas e historiográficas é preciso fazer ressalvas para que a argumentação não adentre em um maniqueísmo sociopolítico e cultural. Apesar da forte presença do preconceito étnico-racial em toda a sociedade brasileira, inclusive em suas instituições, se faz necessário entendê-lo como resultado de uma sociedade escravagista montada a partir de sua colonização para atender as suas necessidades econômicas e de trabalho. Nos mais de trezentos anos de escravidão, formou-se, na população brasileira, uma concepção escravocrata profunda que se perpetuou até o presente. Nesse sentido, a questão do preconceito está incrustada em boa parte da sociedade e suas instituições. Logo, o racismo no Brasil é um fenômeno histórico e social.

Obviamente tais conclusões não impedem o combate ao preconceito étnico e nem anunciam a absolvição daqueles que escravizaram e propagaram preconceitos pelo país. Na verdade, essa reflexão ajuda a entender o porquê da dificuldade em superar essa mácula social e como ela está presente em todos os níveis da população. Isso revela que os mais de três séculos de escravidão no país criaram uma fração significativa da sociedade brasileira com um olhar naturalizado para o racismo e suas formas abruptas de emergir no cotidiano.

Sobre o campo da historiográfica brasileira, a escravidão, a cultura negra africana e afrodescendente, as relações étnico-raciais de poder e as diversas formas de resistência são temas recorrentes e densamente pesquisados nas universidades do país. Luis Claudio Palermo identifica que esse campo de investigação foi inaugurado pelo livro *Casa Grande e Senzala* de 1933, no qual Gilberto Freyre propôs uma interpretação inédita que derrubava com o paradigma pseudocientífico da inferioridade africana. Nessa narrativa freyreana houve a valorização da colonização feita por brancos, negros e indígenas. Nesse sentido, não existiria um protagonismo de nenhuma raça sobre a outra. Segundo Palermo, no Brasil houveram três fases desse campo historiográfico, sendo o primeiro inaugurado por Gilberto Freyre na década de 1930, o segundo foi a

Escola Paulista de Sociologia entre as décadas de 1950 a 1970 e o último a renovação após os anos 1980 (PALERMO, 2017).

Neste momento será lançada a hipótese da dificuldade da transmissão de conhecimento entre a universidade e a escola no Brasil para entender o problema de inserção de conteúdos históricos que mais valorizassem a história e a cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar até início do século XXI. A produção de conhecimento realizado pelos pesquisadores acerca desse modelo de história, muitas vezes não chegou de maneira concreta para os professores e estudantes do ensino básico e vice-versa. A escola também é produtora de conhecimento e, como tal, muitas vezes os seus saberes também não chegaram às universidades. Até 2003, a relação dialética de informação e produção entre ensino superior e escola foi diacrônica, já que muitos dos conhecimentos produzidos nestas instituições não tinham transitoriedade ou, às vezes, quando a informação era transmitida, ocorria de forma tardia.

Dessa forma, a Lei 10.639/03, que trata do ensino obrigatório da História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas foi um marco institucional, jurídico e historiográfico que alçou as questões étnicas raciais em outros patamares, pois, até então, o silenciamento e o negligência eram predominantes na sociedade brasileira a respeito dessas questões, inclusive no âmbito mais acadêmico, ou seja, nas instituições universitárias. Acerca da produção acadêmica Paula e Fonseca apontam:

A investigação a respeito do Estado da arte nas pesquisas sobre formação de professores, realizadas nos anos de 1980 e 1990, não evidencia essa temática. O tema não é visível até década de 1990 para as instituições de educação e pesquisa, em especial aquelas voltadas para a formação dos professores para a educação básica e para o ensino superior; na década de 2000, torna-se um dos temas com crescente demanda e inserção no campo da pesquisa, do ensino e da extensão (PAULA; FONSECA, 2014, p. 445).

Se no período anterior ao ano de 2003 a produção do conhecimento no campo científico a respeito da África e dos afrodescendentes no

Brasil era marginal ou silenciada, no ensino escolar a situação não se diferenciava muito, pois até os anos de 1970, prevalecia uma narrativa positivista que negava, reduzia e estereotipava a participação histórica dos africanos e afrodescendentes na formação do país ou do povo brasileiro.

O historiador Anderson Ribeiro Oliva conjecturou que, até 1970, o modelo de ensino de História no Brasil seguiu uma permanência desde a sua fundação no final da década de 1830. Na época, o país tinha recém proclamado sua independência e, nesse contexto, as elites do império precisavam criar uma história que legitimasse a fundação de uma nova nação (OLIVA, 2003).

Para cumprir tal objetivo foram criadas duas instituições, o Colégio D. Pedro II, em 1837, e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Ao refletir a respeito do IHGB, Fonseca destaca:

(...) esta questão ocupou o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, em sua missão de elaborar uma história nacional e de difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História. Essa preocupação explica a vitória do alemão Karl Philip Von Martius no concurso de monografias promovidas pelo IHGB, sobre o melhor plano de escrever a história do Brasil (FONSECA, 2003, p. 46).

A monografia de Von Martius estabeleceu o pilar da história do Brasil, ela deveria ser percebida como um processo realizado pelo civilizador branco e que o progresso do país estava associado à extinção dos genes africano e indígena. A produção do conhecimento histórico oficial naquela época ficou a cargo do IHGB e sua perpetuação pelo território nacional por meio do Colégio D. Pedro II.

A vigência de um modelo de ensino de História positivista até os anos 1970, teve sustentação em determinados grupos da sociedade brasileira, já que esse ensino silenciava uma parte expressiva da população ao negar a sua narrativa histórica. Esse é o caso dos povos africanos, afrodescendentes e indígenas que habitavam e ainda habitam o território brasileiro. O que existia e ainda existe são grupos interessados em negar

direitos como de cidadania, justiça, acesso a terras e outros direitos essenciais à grande maioria da população, e esse processo passa pela escola.

Refletindo sobre o desenvolvimento da disciplina de História no início da República no Brasil ao final do século XIX, Nadáí (1993, p. 149) aponta que o ensino de História ocupava um lugar específico que era o de formar as representações de nação e do cidadão (NADÁÍ, 1993). Os dirigentes dessa república tentaram estabelecer uma história homogênea que enaltecia os esforços do colonizador português, contudo, minimizava ou silenciava a participação de negros e indígenas:

O resultante dessa abordagem reproduzida há décadas nos programas de história foi a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e a ausência da democracia social (NADÁÍ, 1993, p. 150).

A consequência de tal política de silenciamento ou distorção da realidade, como relatado por Nadáí trecho acima, impediu a evolução do debate a respeito de democracia social e racial na escola e também na sociedade. Essa atitude foi uma ação pensada e articulada de diversas formas pela elite brasileira, ou melhor, pelas elites brasileiras. Esse modelo de história não foi estabelecido na República Velha (1889-1930), sendo ele uma resultante da colonização escravagista de mais de três séculos.

As implicações dessa política de silenciamento, distorção da realidade e segregação enraizada num racismo histórico são profundas, preocupantes e alarmantes para o momento presente. Dados do *Atlas da Violência*, de 2018, demonstram que:

Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16% contra 40,2%). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018, p. 40).

Na matéria intitulada “*Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil*” (CARTA CAPITAL, 2019) pela revista *Carta Capital*, reforçam ainda mais esse cenário de discriminação, pois a população carcerária brasileira é composta por 61,6 % de negros e pardos e, nos últimos anos, ao contrário do que está acontecendo no mundo, o número de presos no Brasil cresceu ao todo 67%. No que diz respeito ao salário, existe uma projeção de que somente no ano 2089, os salários de brancos e negros terão uma equivalência. Em 2015, a média salarial dos brancos era de R\$1.489,00 e de R\$ 849,00 o dos negros, ou seja, quase o dobro. No espaço do mundo do cinema e da literatura as participações dos negros são quase insignificantes, tendo como critério uma relação de proporção. Nos anos de 1964 a 2014, somente 10% dos livros publicados nesse período foram escritos por autores negros. Entre diretores e roteiristas a proporção de participação são de 2% e 4%, respectivamente. Um detalhe é que não existem dados de mulher negra diretora de cinema. Em relação aos filmes, 31% possuíam atores negros no seu elenco, porém, quase todos envolvidos numa trama fictícia de criminalidade e pobreza.

Sendo assim, o ensino das questões étnico-raciais no âmbito escolar se justifica pela realidade excludente, violenta e indigente em que milhões de brasileiros vivem. Como referido anteriormente, essas questões não foram refletidas de maneira sistemática devido a uma educação marcada pelo positivismo, mas também pelo controle direto das elites dirigentes sobre a escola. Não é possível esquecer que a Ditadura Militar (1964-1985) desenvolveu o seu projeto político ideológico de ensino através da criação das disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social Política Brasileira (OSPB), Estudos Sociais e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB)⁵.

A historiadora Selva Guimarães Fonseca refletiu no seu livro *Caminhos da História Ensinada*, que durante a Ditadura Militar no Brasil, as mudanças que aconteceram no sistema de ensino em todas as suas esferas, desde o Primeiro grau até o Ensino Superior, seguiram a ótica da Doutrina de

5 Os Estudos dos Problemas Políticos Brasileiros foi uma disciplina criada 1969, para ser implantada no ensino superior.

Segurança Nacional. Fonseca, analisando a Lei 5692/71, conhecida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), destaca que houve uma precarização na qualidade da educação no qual a capacidade de criticidade das disciplinas de História e Geografia foram reduzidas permitindo a substituição dessas matérias pela disciplina de Estudos Sociais na escolarização de Primeiro Grau (FONSECA, 1993).

As forças políticas detentoras do poder, ao tentarem destruir o ensino de História como possibilidade de reflexão, substituindo-o por conceitos de moral e civismo, tiveram como preocupação transmitir valores morais políticos úteis à consolidação do projeto autoritário desenvolvimentista (FONSECA, 1993, p. 43).

A concepção dos militares na época pretendia criar uma educação fechada que pautaria os princípios de moral e civismo úteis ao Brasil. Nesse sentido, as bases da disciplina de Estudos Sociais eram estipuladas aplicando-se a Lei 5.692/71, sendo elas: ajustar a criança ao meio e nunca incentivar a transformação associando a uma concepção de convivência pacífica e ordeira jamais questionadora e subversiva (FONSECA, 1993). Debates a respeito de conflitos sociais, racismo, discriminação, pobreza e miséria não teriam espaço nesse âmbito de ensino, tudo que pudesse questionar a ordem vigente ou trouxesse perigo ao poder da ditadura e das elites brancas, deveria ser suprimido.

É razoável perceber que o Estado brasileiro, durante muito tempo, negou e silenciou o debate a respeito das questões étnicas raciais. Tal realidade foi reproduzida nos âmbitos escolares, universitários e no ensino da disciplina de História. Essa situação está associada ao modelo de racismo desenvolvido no Brasil como esclareceu Kabele Munanga:

(...) o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo

acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; "não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos". Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar "mito de democracia racial brasileira", que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (MUNANGA, 2010, p. 1).

Munanga distingue duas características que abarcam o racismo no Brasil: a primeira é que o brasileiro não enxerga o racismo na sociedade, pois não houve, no período republicano do país, leis segregacionistas semelhantes aos acontecimentos da Alemanha nazista, nos Estados Unidos ou na África do Sul, a exemplo do *Apartheid*. Isso dificulta a compreensão objetiva da realidade da discriminação por parte da sociedade brasileira. Esses fenômenos, mais conhecidos e explorados pelos meios de comunicação, sejam eles nacionais ou internacionais, de certa forma criaram um paradigma para essa situação, fabricando na memória nacional a concepção da qual o Brasil nunca construiu algo parecido no passado⁶. Logo, a compreensão para uma grande parcela da sociedade é da inexistência do preconceito racial.

O segundo aspecto está relacionado ao termo democracia racial, conceito apropriado na década de 1950 pelo campo de pesquisa das Ciências Sociais. Conforme Antônio Sérgio Alfredo Guimarães relata, a primeira referência literal ao nome democracia racial pertence a Abdias do Nascimento, no *I Congresso do Negro Brasileiro*, que aconteceu em 1950. Guimarães ainda acrescenta a ideia de democracia racial como a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais. Através desse conceito, parte da sociedade negra e continua a negar

6 No Brasil (séc. XX) houveram dois momentos distintos: No Ceará, devido o governador do estado em conjunto com as elites locais, ter construído campos com objetivo de evitar a chegada de retirantes na capital, a cidade de Fortaleza. Aliás, essa política segregacionista tinha sido utilizada na seca de 1915. O livro *Isolamento e poder. Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932*, da historiadora Kênia de Souza Rios, retrata sobre essa fase difícil da população retirante cearense. Durante a ditadura militar também existiu o campo de concentração indígena em Resplendor-MG, cujos guardas eram indígenas da polícia militar mineira. Estratégia racista comparável a dos campos de concentração da Alemanha nazista. Ver "*Os fuzis e as flechas*", de Rubens Valente e a Hq "*Notas de um tempo silenciado*", de Robson Vilalba.

a existência do racismo (GUIMARÃES, 2001). Sendo assim, a resultante dessa percepção impede que a população brasileira e seus governantes façam um combate mais efetivo ao preconceito étnico-racial e suas consequências.

Em resumo, no Brasil, foi organizada toda uma estrutura social, política e cultural que negava, silenciava ou distorcia a história dos africanos e afro-descendentes. Esse modelo de sociedade sectária servia e ainda serve para favorecer a elite branca colonizadora. A lógica dessa dominação tentou impedir o máximo possível os avanços dos direitos sociais da população afro-descendente em todas as áreas, inclusive no campo da educação. Portanto, nas próximas páginas haverá uma abordagem de como escravos, ex-escravos e seus descendentes lutaram para conseguir os direitos sociais básicos para uma vida digna, pelo menos no campo da legalidade, ou seja, apesar de várias vitórias importantes ainda a desigualdade étnica-racial é latente no país.

O processo da construção da Lei 10.639/03

Para refletir a respeito da construção da Lei 10.639/03, é preciso ter em mente as várias ações que permitiram a produção do documento legal que obriga o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas Escolas brasileiras, em todas as modalidades e níveis de ensino, a partir do ano de 2003, sendo esta normativa sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, atendendo às demandas históricas do movimento negro.

As interpretações das análises históricas serão agrupadas em duas partes: a primeira aponta ações políticas e sociais dos movimentos negros⁷ no Brasil na luta por direitos. A segunda será no sentido de entender o contexto político internacional e nacional, que permitiram a criação de várias legislações com intuito de combater o racismo e todos outros tipos de preconceitos.

Antes de conjecturar a respeito da luta do movimento negro, é preciso destacar sua historicidade que antecede a criação do próprio

7 A história do movimento negro é a história da diversidade política, ou seja, nunca houve um movimento negro mas, sim, vários movimentos que lutavam por diferentes pautas e, em algumas situações devido as divergências ideológicas, alguns grupos ficaram em campos opostos.

movimento no início do século XX, pois essa luta começa na colonização, quando africanos eram escravizados e trazidos à força para América Portuguesa, ou seja, é uma luta secular de africanos e afrodescendentes contra a escravidão e todo o modelo de exploração montado pela colonização portuguesa.

Além das fugas, muitos conflitos armados aconteceram na história da escravidão no Brasil, tais como em Palmares no final do século XVII, os conflitos no Quilombo do Piolho em Mato Grosso (início da década de 70) e a Revolta dos Malês, em 1835. Os escravos resistiram muitas vezes utilizando-se de diversos artifícios, tais como “corpo mole” para o trabalho, queimaram lavouras, mantiveram a própria religião através do sincretismo religioso mantendo a sua língua de origem, realizaram a capoeira, cometeram algumas travessuras como defecar no tacho da produção da rapadura, assassinato dos seus senhores e, nos casos mais extremados, cometeram suicídio e o infanticídio.

Não é possível esquecer-se da atuação de muitos negros no processo abolicionista no Brasil, a exemplo de José do Patrocínio, Luís Gama, André Rebouças, Adelina – a Charuteira, Maria Firmina dos Reis e Francisco José do Nascimento. Os três primeiros são mais conhecidos da sociedade brasileira por figurarem em sua época no meio da elite imperial, sendo que, até a história tradicional concedeu espaço para esses personagens do abolicionismo.

Sendo assim, a preocupação de narrar, mesmo de maneira abreviada, a história da resistência da escravidão no Brasil, é para demonstrar que a luta contra o sistema escravagista, o racismo e toda uma estrutura política, econômica, social e cultural que penalizou de maneira cruel os africanos e seus descendentes, começou durante a colonização, atravessou o Império Brasileiro e teve continuidade após a abolição com os ex-escravos e seus descendentes (MATTOS; ABREU, 2001). Nessa lógica, o dia 13 de maio de 1888 é um episódio na luta dos negros no Brasil contra todo um sistema escravocrata montado durante o domínio colonial português e de difícil superação, já que muitos aspectos desse período ainda persistem na realidade social do país.

Ao longo da história republicana do Brasil houve vários movimentos sociais promovidos por afrodescendentes no combate ao racismo, exclusão social, luta por melhores condições de vida, direitos individuais e coletivos. Dessas organizações sociais, Amílcar Araújo Pereira, em seu artigo “A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, aponta o Centro Cívico de Palmares na década de 1920, na cidade de São Paulo, como um dos exemplos de organização de resistência pública e na luta por direitos por igualdade.

Nessa mesma época foi fundado o jornal *O Clarim d’Alvorada*. Logo depois, na década de 1930, foi criada a *Frente Negra Brasileira* (FNB), na capital paulistana. No contexto pós-Revolução de 1930, a FNB teve uma aproximação com o governo de Getúlio Vargas no intuito de atender as pautas dos militantes. Durante algum tempo essa organização gozou de alguns privilégios de Vargas ganhando notoriedade e transformando-se na maior organização negra de sua época. Contudo, a FNB foi fechada em 1937, com o golpe aplicado por Getúlio Vargas que instaurou a Ditadura do Estado Novo. Ainda na década de 1930, surgiu o *Clube Negro e da Cultura Social* e a *Frente Negra Socialista*, ambos fundados por Correia Leite em oposição à Frente Negra Brasileira. Correia Leite acusava a FNB de ser um movimento nacionalista próximo ao fascismo (PEREIRA, 2011).

Posteriormente, durante a República Populista (1946-1964), surgiram mais correntes sociais do movimento negro como a *União dos Homens de Cor* (UHC), na cidade de Porto Alegre, o *Teatro Experimental Negro* (TEN), na cidade do Rio de Janeiro e a *Associação Cultural do Negro* (ACN), em São Paulo. Cada uma dessas organizações travou seus embates conforme as suas características, aspirações e contextos sociopolíticos. Dessa maneira, não se pode pensar num movimento negro, mas, sim, em vários movimentos negros. Outro aspecto importante é ressaltar que essas organizações obtiveram vitórias, porém, houveram derrotas, a exemplo do que aconteceu nas ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e Militar (1964-1985), quando sofreram censuras e perseguições.

A respeito do movimento negro na década de 1970, Amílcar Araújo Pereira, reflete:

A tradição de luta contra o racismo, que contou com diferentes tipos de organizações políticas e culturais em vários setores da população negra brasileira desde o final do Século XIX, foi importante para o surgimento, em meio a um período de ditadura militar, do movimento negro contemporâneo no Brasil, no início da década de 1970. No entanto, podemos encontrar várias características específicas nesse movimento contemporâneo, como por exemplo o fato de que, diferentemente de momentos anteriores, a oposição ao chamado "mito da democracia racial" e a construção de identidades político-culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações (PEREIRA, 2011, p. 37).

As lutas sociais do movimento negro ao longo do século XX, ou seja, durante a história republicana brasileira, chegaram num momento na década de 1970, que permitiu a criação de um documento conhecido por *Carta de Princípios*, que estruturou as reivindicações através de uma avaliação do papel do negro na história do Brasil em oposição à ideia de democracia racial existente no país, conforme descreve Pereira:

Como exemplo dessas lutas dos movimentos sociais, que apresentavam várias reivindicações na segunda metade do século XX e especialmente a partir dos anos 1970, em meio ao processo de abertura política durante a ditadura militar, podemos encontrar a "Carta de Princípios", escrita em 1978 pelas lideranças do então recém-criado Movimento Negro Unificado (MNU), que já reivindicava, entre outras coisas, a reavaliação do papel do negro na história do Brasil e a valorização da cultura negra (PEREIRA, 2011, p. 26).

No final da década de 1970, O Movimento Unificado buscou se organizar, não somente no sentido de reavaliação da participação dos negros na história do Brasil, mas também fazer uma organização social que pudesse pressionar as instituições políticas apoiando e elegendo representantes ligados as demandas do movimento.

Nessa fase, a intenção era de ocupar espaços na administração pública para modificar a relação de estado e sociedade com a população afrodescendente. Para cumprir esse objetivo, os movimentos sociais negros procuraram concorrer pelas vagas na política oficial como representantes diretos, ou seja, os ativistas passaram a concorrer para cargos políticos ou apoiaram políticos ligados a essas demandas sociais (PEREIRA, 2011). As consequências dessa nova estratégia se deram através da aprovação de leis que garantiram direitos sociais para a população negra, dentre elas a própria Constituição de 1988, a Lei 7.716/89, também conhecida por lei do Caó, na qual criminalizava o preconceito racial e a Lei 10.639/03, que obriga o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas Escolas e a Lei 12.889 de 2010, que trata do Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 12.711 conhecida por Lei de Cotas.

A Lei 10.639 é um dispositivo legal importantíssimo para superação dos preconceitos étnicos-raciais no Brasil Contemporâneo. As propostas desse documento legal são as de quebrar estereótipos a respeito dos africanos e seus descendentes, realizar uma análise mais profunda da história do Brasil abandonando a visão eurocêntrica, debater as questões a respeito da invisibilidade e exclusão social dos afrodescendentes, realizar uma crítica ao racismo estrutural, valorizar a cultura e história dos povos africanos e afrodescendentes e, por fim, derrubar o paradigma da democracia racial. Sendo assim, essa lei permite que os educandos possam refletir a formação do Brasil e de sua sociedade a partir de novos referenciais culturais, históricos, sociais e teóricos. A respeito da constituição da lei, Oliva analisa:

Esses documentos, frutos de uma série de inquietações e ações originadas dos movimentos negros organizados, dos interesses e apontamentos de pesquisadores e intelectuais, da análise de técnicos em educação e do comprometimento de alguns parlamentares, traçaram linhas mais claras, porém não menos insuficientes, sobre a questão (OLIVA, 2009, p. 197).

Logo, é importante destacar que todos os ganhos políticos e institucionais que aconteceram durante a República no Brasil em grande medida foram resultados de ações dos vários movimentos sociais de afrodescendentes. Vale salientar essa narrativa, pois é preciso avultar o protagonismo das populações negras na história do Brasil quebrando com diversos paradigmas que silenciavam ou excluíam a participação desses grupos na formação da sociedade brasileira em todos os seus aspectos.

Conforme comentado anteriormente, para a constituição das leis que pudessem defender os direitos de afrodescendentes, no Brasil, aconteceram dois movimentos políticos sociais, um interno relacionado à própria luta de escravos no período da escravidão que depois de 1888, continuou com ex-escravos e seus descendentes revelando a dificuldade de superar a estrutura do preconceito étnico-racial instalado no Brasil desde início do escravagismo. O outro movimento é externo, a sociedade brasileira realizada pelas relações políticas internacionais após a Segunda Guerra Mundial. Justamente nesse contexto, o Holocausto revelou a necessidade de tratar as questões dos direitos humanos de maneira mais sensível e realista pelos governos internacionais. Com um dos objetivos de promover essa tarefa, foi criada Organização das Nações Unidas (ONU). A esse respeito Cerezer, destaca:

(...) Pela primeira vez na história da humanidade são criadas e traçada metas para proteção universal dos direitos humanos. Em seus textos, a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” destaca o papel da educação como base comum para que distintas sociedades possam promover a liberdade e o respeito aos direitos individuais e coletivos por meio da adoção de ações de caráter nacional e internacional, (CEREZER, 2019, p. 110-111).

O final da Segunda Guerra Mundial propiciou um momento de meditação a respeito dos abusos cometidos pela humanidade ao longo de sua história, principalmente pelas questões étnico-raciais. Como é de conhecimento para a maioria da população, o nazismo, sistema que provocou o holocausto, tinha como fundamento o preconceito étnico-racial.

Os líderes políticos internacionais deram um importante passo no sentido de incentivar o respeito pela vida humana em toda a sua diferença a partir do momento que criaram a ONU em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

Posteriormente aos acontecimentos da década de 1940, ocorreram pelo mundo vários eventos e conferências para discutir as questões do racismo, xenofobia e outros tipos de preconceitos. Essas reuniões tinham o objetivo de traçar políticas internacionais para solucionar ou minimizar esses problemas tão caros a história da humanidade, um desses eventos foi a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em Viena na Áustria no ano de 1993:

Na década de 1990, a “Declaração de Viena” (1993) e o “Programa de Ação” reivindicavam maior rapidez no combate e na eliminação de todas as formas de manifestação racista, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Ainda em 1993, foi criado o cargo de Ato Comissário da ONU para os direitos humanos, destinado aproximar esses direitos das vítimas de atos de racismo, discriminação e violência dos direitos humanos (CEREZER, 2019, p. 113).

Ao final desses eventos os países participantes se comprometiam em seguir com as metas estabelecidas. Um desses exemplos foi a Conferência de Durban, em 2001. Sobre o encontro internacional, Cerezer reflete que:

Durante a conferência, as origens e causas do racismo, xenofobia, discriminação e intolerância correlata foram amplamente debatidas. Destes debates, uma série de ações políticas e medidas concretas foram apontadas como essenciais para o combate e erradicação dos males causados pelo racismo e intolerância, assim como medidas de prevenção e educação a serem adotadas pelos países membros. (CEREZER, 2019, p. 113).

Não foram somente as assembleias internacionais de combate a todo tipo de preconceito étnico-racial que influenciaram na luta por uma comunidade mundial mais justa e menos desigual. Nesse sentido, Petrônio

Domingos listou uma série de fenômenos históricos contra a supremacia branca nas mais diversas regiões do globo que influenciaram os temas nessas assembleias internacionais, como entusiasmaram o movimento negro brasileiro no final da década de 1970:

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras; e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Dessa forma, a chamada terceira fase do movimento negro brasileiro foi a mais ativa na construção de legislações que pudessem enfrentar o preconceito social e estrutural. Muitas das características e identidades do movimento naquele contexto sofreram influências diretas desses fenômenos internacionais, inclusive a incorporação do termo negritude criado pelo movimento de resistência africana senegalesa, através das ideias do intelectual Leopold Sédar Senghor. Segundo Petrônio Domingos, nessa fase, o discurso deixou de ser moderado e integralista para contundente no qual as diferenças eram valorizadas e tratadas com igualdade pelo movimento negro brasileiro (DOMINGUES, 2007).

Em suma, o debate a respeito de racismo e preconceito não era uma ação puramente exclusiva interna dos movimentos sociais negros. Pelo contrário, houve uma relação dialética na política internacional e nacional a respeito da superação desses problemas, tal situação revela que muitas das pautas internas do Brasil eram reflexos de todo um sistema estabelecido no mundo.

Concepções sobre a Lei 10.639/03

O âmbito escolar é um dos espaços transformadores da sociedade, de modo que possui grande responsabilidade no enfrentamento de problemas sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais. Nesse sentido, debater, refletir, problematizar, questionar, analisar, rever e propor soluções, são algumas atribuições que a escola (corpo administrativo, professores, pais, alunos e comunidade) possui perante a sociedade. Obviamente ela não é a matriz de todas as soluções, porém, não pode se eximir de suas responsabilidades sociais. Sobre a atuação dos espaços de ensino a respeito da Lei 10.639/03 e das questões que envolvem essa legislação, Petronilha Gonçalves e Silva destaca:

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004, p. 7).

O parágrafo acima está presente no parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, produzido em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação e teve como relatora Petronilha Gonçalves e Silva. Essas diretrizes foram produzidas para estabelecer os critérios normativos da Lei 10.639/03, e portanto, possuem validade legal. Mas, no que tange a respeito ao parágrafo são duas posições importantes: a primeira que escola precisa posicionar-se politicamente quanto ao racismo e conseqüentemente tudo sobre a Lei 10.639; e a segunda posição é justamente a respeito do corpo docente, pois os professores são obrigados a cumprir com a tarefa de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira independente do seu pertencimento étnico-racial.

Para efetivação da lei e o avanço do ensino das relações étnico-raciais o professor não pode esquecer o seu papel sócio-político. Cabe a esse profissional, em conjunto com a comunidade escolar, pensar meios e estratégias de ensino e aprendizagem que sigam as instruções do documento e consequentemente as mudanças pedagógicas necessárias. Pensando acerca do papel do professor e sua relação com a Lei 10.639/03, Petronilha Gonçalves e Silva, numa entrevista ao *site Brasil de Fato*, em 2017, apontou:

O que temos que fazer é a avaliação da formação dos professores e também dos princípios que cada professor leva para sua docência: que tipo de projeto de sociedade cada professor está construindo. Os professores que lutam por uma sociedade democrática e igualitária evidentemente estão empenhados em trabalhar a educação das relações étnico-raciais por meio da cultura e história dos afro-brasileiros e africanos, bem como dos povos indígenas durante todo o ano (RUTE, 2017, p. 1).

As preocupações em relação ao ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais passam por um debate de aspectos no campo democrático e ético, pois, evitar trabalhar pedagogicamente as temáticas que abrangem a Lei 10.639/03 não é uma simples negação de conteúdo que possa ser entendido como irrelevante ou de difícil trabalho em sala. O ensino que segue as pautas defendidas na lei e nas diretrizes tende a desenvolver a democracia e a questionar as desigualdades sociais existentes, inclusive as raciais. Caso o docente, por inúmeros motivos, não queria aplicar tal proposta político pedagógica, ele não cumprirá com a sua principal função profissional que é a de promover mudanças por meio da educação.

O professor não está sozinho nesse projeto político pedagógico, justamente pela condição da educação ser um processo realizado de maneira conjunta entre poder público e sociedade. Em relação ao poder público, este deve cumprir com algumas funções:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, 2004, p. 5).

Esse parágrafo acima, que faz parte do parecer do Conselho Nacional de Educação, elenca obrigações do Estado no que tange a aplicação da Lei 10.639, desde a permanência dos educandos na escola até a formação do professor. Outro aspecto relevante é que esse processo precisa ser uma ação conjunta entre estado, escola e sociedade, dando um espaço especial para os movimentos sociais. Com aprovação da Lei 10.639/03, os pesquisadores Paula e Fonseca (2014) constataram que a “formação dos professores ganhou destaque e relevância social no campo da pesquisa científica em educação e nas áreas afins, e a formação continuada dos professores é o subtema que mais aparece e é demandado. (PAULA; FONSECA, 2014).

Após a criação da Lei 10.639/03, o estado, através de suas instituições de ensino superior, passou a introduzir, nos cursos de graduação e pós-graduação, disciplinas voltadas para as temáticas que envolviam a história cultural dos africanos e afrodescendentes. Paula e Fonseca destacam que

(...) a lei federal 10.639/2003 tornou-se um marco periodizador político, legal e histórico. A formação continuada, que até então era considerada uma panacéia para resolver os problemas do ensino e da aprendizagem na educação

escolar básica de um modo geral, torna-se basilar para a implementação da obrigatoriedade do estudo da história e da Cultura Africana e Afro-brasileira, tendo em vista a formação inicial considerada lacunar ou mesmo insatisfatória neste campo. (PAULA; FONSECA, 2014, p. 445).

A publicação dessa legislação e das DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais estimularam uma mobilização política, social, escolar e acadêmica para a sua efetivação no ensino básico brasileiro. Pela primeira vez na história do Brasil existiam critérios legais que estabeleceram os rumos para o estudo da história e cultura e afro-brasileira e africana:

No caso específico da disciplina História, os autores apontam uma extensa lista de assuntos e recortes que passam por temáticas como a tradição oral e a ancestralidade, e recobrem uma larga seleção temporal e societária, se estendendo do Egito e da Núbia antigas até a África dos dias contemporâneos. Outra ênfase encontrada nas indicações de conteúdo é a tentativa de quebrar as tendências em ler as sociedades africanas apenas pelas faces negativas do continente ou pelo grande conjunto de estereótipos que recaem sobre elas (OLIVA, 2009, p. 199).

O historiador Anderson Ribeiro Oliva reflete acerca das DCNs para Educação Étnico-Racial, o escopo de temas e objetos que passaram a ser importantes no debate do ensino e aprendizagem para educação da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Por imperativos legais, novos temas e cortes deveriam ser introduzidos em sala de aula através dos professores e materiais didáticos (livro didáticos, paradidáticos, filmes, música e outros recursos), principalmente das áreas de História que deveriam usar todos os recursos disponíveis para o exercício do trabalho pedagógico de ensino aprendizagem. Dentre esses recursos é possível analisar:

A obrigatoriedade do estudo da história afro-brasileira e indígena na educação básica desencadeou a necessária revisão nos currículos dos cursos de formação inicial, nos

Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, na produção de livros didáticos, filmes e documentários, no uso de novas tecnologias e linguagens para o ensino e, sobretudo na prática pedagógica dos professores em seu cotidiano da sala de aula.

O ensino de História passa ter um relevante papel e responsabilidade, uma vez que se constitui no campo do conhecimento capaz de mobilizar os sujeitos, seus saberes e ações, para a construção de um novo sentido em relação a história tradicional, rompendo com as amarras do eurocentrismo, que produziram concepções distorcidas estereotipadas sobre a história e cultura da África, dos afro-brasileiros e indígenas. (CEREZER, 2019, p. 146-147).

Os materiais didáticos produzidos no país passaram por alterações ou incorporações de temáticas estabelecidas nas DCNs para Educação das Relações Étnico-Raciais e na Lei 10.639. Uma dessas mudanças está relacionada à quebra de paradigma histórico eurocêntrico, onde cada vez mais os autores dos livros didáticos e editoras preocupam-se em visibilizar as narrativas históricas que valorizavam os fatos históricos dos povos africanos, afro-brasileiros, indígenas⁸ e asiáticos.

Essas alterações aconteceram pela força de novas legislações educacionais, mas também por força do capital financeiro, já que o estado brasileiro era, e ainda é, o principal comprador de livros. Portanto, as editoras tiveram que alterar seus conteúdos, visões e interpretações buscando um enquadramento com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, assim, mantendo o governo como cliente de seus materiais didáticos, inclusive o livro didático de história (SQUINELO *et al.*, 2018).

Após 2003, conseqüentemente, professores, estudantes, familiares e comunidade escolar passaram a ter novas perspectivas produzidas por uma historiografia preocupada em rever a participação dos africanos e afro-descendentes, não só na história do Brasil como também da humanidade.

8 A partir de 2008, foi publicada a lei 11.645, que passou a obrigar o ensino de história e cultura dos povos indígenas.

Reflexões acerca do livro didático

O livro didático é um dos principais recursos utilizados na escola para o ensino e aprendizagem dos educandos nas aulas de História. Esse material tem uma relevância significativa, pois muitas vezes é o único livro de cunho científico histórico que o estudante terá acesso devido ao contexto socioeconômico da família. A pesquisadora Marli Solange Oliveira distingue a capacidade legitimadora de um livro didático de História comumente aos seus conteúdos possuírem tons de veracidade. O livro, utilizado de maneira negativa, permitirá interpretações equivocadas a respeito do passado e com implicações no presente. O poder de legitimação de verdade a respeito das narrativas históricas contidas no livro didático advém de seus escritores pois, geralmente, são historiadores e professores de carreira. E nesse sentido o que existe é uma chancela de especialista da área (OLIVEIRA, 2009):

Se levarmos em consideração que a grande maioria dos autores de livros didáticos são historiadores, ou pelo menos professores de História, os manuais escolares – com seus textos escritos e imagéticos – ganham o *status* de serem representações da História. (OLIVA, p. 442, 2009).

A visão de um livro didático de História como o portador da verdade permitiu a reprodução secular de concepções históricas negativas, estereotipadas e discriminatórias a respeito da África, africanos e afrodescendentes. Secular justamente devido ao motivo da produção do manual didático acontecer no Brasil desde meados do século XIX, ou seja, a partir da existência da fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como já mencionado anteriormente nesse capítulo.

Durante décadas no Brasil a concepção sobre africanos e afro-brasileiros nos manuais didáticos orientou-se pelo pensamento social cultural de sua época, um pensamento marcado pela ideia de mercadoria, de um ator social sem relevância para os fatos históricos políticos, com visibilidade social quase nula e de uma situação de inferioridade. Obviamente que essa narrativa de inferioridade a respeito do negro não

surgiu na contemporaneidade, advém da antiguidade desde quando Heródoto tratou nos seus escritos a respeito dos etíopes como *trogloditas*:

Desde a Antigüidade, os escritos de viajantes, historiadores ou geógrafos, como Heródoto (séc. V a.C.) e Cláudio Ptolomeu (séc. II), fazem referência à África de forma a demarcar as diferenças e a representar, a partir dos filtros estrangeiros, o Continente e suas gentes. Os elementos que parecem ter chamado mais a atenção das leituras europeias foram a cor da pele dos africanos, chamados de etíopes, e as características geográficas da região, conhecida por Etiópia.

(...)

Porém, não só de curiosidade se constituem seus escritos. Em outros trechos fica evidente a inferioridade dos etíopes perante os gregos e egípcios, já que estes eram bárbaros – sem civilização – e identificados como troglodita. (OLIVA, 2009, p. 443).

Tais afirmativas produziram duas situações graves aos povos que habitavam a África: a primeira, na qualificação de bárbaros e incivilizados, sendo estes adjetivos comprovadamente perigosos, devido ao fato dessas inferiorizações justificarem atos de violências por parte dos europeus contra as sociedades que viviam no continente africano a partir do século XIV, quando os portugueses começaram a exploração e, posteriormente, a colonização do território. A segunda situação tem a ver com a homogeneização, já que todos os africanos eram chamados de etíopes e essa percepção perpetuou-se ao longo da história promovendo negação da identidade dos povos africanos e afrodescendentes. Em meados do século XIX, o contexto tornou-se mais profundo e complexo em relação à discriminação racial e geográfica sobre a África e os africanos com o florescimento do discurso “pseudocientífico”⁹ conhecido por darwinismo social.

9 Esse termo é usado para expressar a pseudociência criada por Hebert Spencer e outros pensadores europeus no século XIX, sendo que está forma de pensar não têm nenhuma comprovação científica.

Além das posições pseudocientíficas formuladas no século XIX, o pensamento historiográfico da época anulava qualquer possibilidade de história aos povos que habitavam a África antes da chegada dos europeus. Tal postura, dentro do campo acadêmico, foi chancelada pela corrente positivista que se baseava como fonte histórica os documentos escritos. Como a maioria das sociedades africanas, principalmente aquelas abaixo do Saara, não desenvolveram uma forma de comunicação através da escrita, os historiadores daquela época designaram essas populações na situação de *a-histórias*:

Para os historiadores do século XIX ou da virada para o XX, a História da África – vivenciada ou contada – teria começado somente no momento em que os europeus passaram a manter relações com as populações do Continente. Não só pela ação de registrar e relatar, feita por viajantes, administradores, missionários e comerciantes do século XV ao XIX, mas principalmente pelas mudanças introduzidas pelos europeus na África. (OLIVA, 2009, p. 438).

O europeu seria a força transformadora do continente africano e das sociedades que ali existiam, portanto, os povos africanos não tinham um passado, não possuíam narrativas escritas e muito menos progresso. Todas essas percepções negativas a respeito dos africanos, afrodescendentes e da África foram perpetuadas nos livros didáticos, inclusive como uma das estratégias mais perigosas desenvolvidas nas relações de poderes sociais que é o silenciamento das narrativas do vitorioso sobre o derrotado.

Apesar dessa longa tradição e prática cultural de preconceito racial contra africanos e afrodescendentes difundidos pela cultura eurocêntrica estarem presentes nos livros didáticos que circulavam e ainda circulam no Brasil, com estereótipos negativos, homogeneização da população, objetificação do indivíduo, negação de suas identidades culturais e o silenciamento de suas narrativas de história, na atualidade esse cenário está sendo transformado após a publicação da Lei 10.639/03:

Embora os Manuais Didáticos brasileiros venham alçando mudanças mesmo que de forma lenta é inegável que tem

incorporado a histórica luta de resistência do povo negro. Como ressaltado, anteriormente, acreditamos que tais avanços decorrem de um movimento dialético ocorrido entre os movimentos sociais, a academia e as distintas políticas públicas governamentais. (SQUINELO *et al.*, 2018, p. 82).

A lentidão da incorporação de novos conteúdos e das novas interpretações históricas nos livros didáticos a respeito da história e da cultura afro-brasileira e africana estão associadas a uma série de fatores. Dentre eles destacam-se: o ritmo de produção e divulgação de novas pesquisas no campo acadêmico; a formação eurocêntrica dos autores de livros; a própria circulação temporal dos livros didáticos, pois, são produzidos para um determinado uso no mercado; e questões financeiras e técnicas das editoras para produção de novos didáticos. E, mesmo com essas dificuldades, a evolução no debate histórico está acontecendo por pressão dos movimentos sociais, ação das universidades e políticas públicas governamentais, sendo que uma delas é o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).¹⁰

No caso específico dos manuais didáticos é possível notar como modelo de mudança a maior presença de capítulos a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira, a desconstrução da imagem do negro como mercadoria, a valorização das práticas culturais dos africanos e afro-brasileiros e o destaque para o protagonismo das populações negras. O parágrafo abaixo destaca:

No que se relaciona aos Manuais escolares brasileiros, os mesmos, embora também abordem a questão da escravidão no contexto da colonização, abrangem o tema levando em consideração os aspectos da resistência negra ao mundo escravocrata, assim como os manuais dos anos seguintes 8º e 9º anos dialogam com questões do tempo

10 Segundo o *site* do Ministério da Educação: O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital; e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

presente da História brasileira, privilegiando o negro como agente e protagonista dessa sociedade. Se por muitos anos, as imagens constantes nos Manuais Didáticos representavam negros sendo açoitados, chicoteados, usando gargalheira, carregando as redes e/ou liteiras com seus senhores, amarrados ao tronco, apanhando com palmatórias conforme, por exemplo, algumas das imagens produzidas por Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, aos poucos parte dessas imagens estão sendo retiradas (ou aparecem em menor número) das narrativas didáticas e sendo substituídas por representações positivas acerca do negro e sua resistência ao universo colonial e escravocrata. Tais imagens podem positivar a autoestima e despertar o sentimento de pertença de jovens e crianças negras que se encontram nos bancos escolares. (SQUINELO *et al.*, 2018, p. 79-80).

O abandono ou problematização das imagens produzida por Debret e Rugendas no século XIX gradualmente realiza a dissociação da imagem do negro como objeto ou mercadoria consentindo uma narrativa histórica tendo as populações negras como protagonistas de suas histórias.

Para concluir, o historiador Anderson Ribeiro Oliva reflete a seguinte situação sobre cultura e tradição no Brasil:

Seria plausível, então, pensar que se uma criança africana, européia ou brasileira for acostumada a estudar e valorizar apenas ou majoritariamente elementos, valores ou imagens da tradição histórica européia elas irão construir interpretações ou representações influenciadas pelas mesmas. Da mesma forma, se as imagens reproduzidas nos livros didáticos sempre mostrarem o africano e a História da África em uma condição negativa, existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas culturas e das crianças africanas em sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades. (OLIVA, 2009, p. 443).

O livro didático que enfatiza exclusivamente a herança do europeu marcando-o como único capaz de promover atos históricos dignos de relevância é um livro didático reproduzidor de uma visão tradicional que promove a identidade europeia e desqualifica a africana. Porém, a situação é mais complexa justamente pelo fato de muitos livros didáticos no passado e ainda no presente (em menor grau depois da Lei 10.639/03) abordarem os africanos e seus descendentes em circunstâncias de inferioridade. Essas concepções fazem da cultura afro-brasileira e africana ser desqualificada ou desvalorizada nos ambientes escolares e muitas vezes de maneira imperceptível.

Ao constatar a existência de permanências estereotipadas nos livros didáticos (obviamente como dito anteriormente é um processo que está se extinguindo, mas, num ritmo lento) a respeito da imagem do negro, de sua cultura, sociedade e localidade de origem, o trabalho pedagógico com uma revista em quadrinhos como a do Pantera Negra será uma oportunidade igual para com a valorização da cultura afro-brasileira e africana no espaço escolar. Essa ação pedagógica do ensino de História se transforma numa possível ferramenta para a desconstrução de alguns paradigmas e estereótipos existentes da sociedade brasileira. Apresenta também possibilidade de outra narrativa na qual o africano não perde, não é rejeitado e é dono de sua história. Entretanto, para abordar propriamente a HQ do Pantera Negra e suas possibilidades com o ensino e aprendizado na área de História, se faz necessário compreender acerca desse material chamado *História em Quadrinhos*, que é o tema do próximo capítulo.

O USO DE QUADRINHOS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA AFRICANA

A reflexão a respeito da HQ do Pantera Negra como possível uso de ensino e aprendizado nas aulas de História precisa de um entendimento acerca das chamadas histórias em quadrinhos. Desde a sua construção conceitual, história de sua produção e ponderações sobre o uso didático desse gênero textual, haverá também uma reflexão acerca da teoria e metodologia que nortearam a produção dessa pesquisa.

De acordo com o *Dicionário Digital Priberam* a história em quadrinho é uma “série de desenhos que representa uma história ou uma situação, geralmente dividida em retângulos sequenciais” também pode ser entendida como um conto popular ou inventado os chamados contos das carochinhas (PRIBERAM, 2020). Pode ser abrangido também como um estilo de gênero textual e um produto da chamada indústria cultural. Portanto, as histórias em quadrinhos são multifacetadas devido as suas inúmeras possibilidades de uso no cotidiano.

Obviamente os conceitos acima são genéricos. Para aprofundar a visão sobre os quadrinhos serão utilizadas as percepções de Will Eisner e Scott McCloud, dois importantes quadrinistas estadunidenses. Ambos conseguiram a façanha de serem referências no campo de trabalho e pesquisa a respeito do universo ficcional das HQs.

Will Eisner (EISNER, 1989) definiu os quadrinhos como a “arte sequencial” ou a “nona arte”. Tais concepções quebram com os paradigmas existentes a respeito desse modelo de obra literária. Para os leigos ou desavisados esses produtos não passam de simples ficções que retratam aventuras de personagens imaginários descolados quase em sua totalidade da realidade. Muitos acreditam que as HQs são confeccionadas exclusivamente para o entretenimento infanto-juvenil.

Na atualidade vários exemplos demonstram que tais paradigmas estão superados já que nos cinemas os campeões de bilheteria nos últimos anos foram filmes adaptados das histórias em quadrinhos como X-Men, Homem de Ferro, Homem Aranha, Vingadores, Homem de Aço, Pantera Negra, entre outros. Além disso, existem as *ComicCon*¹¹, feiras que retratam a cultura pop pelo mundo inteiro de maneira que um dos principais temas desses encontros é o universo das histórias quadrinhos. Para título de curiosidade e dimensão, a cidade de São Paulo, no ano de 2018, sediou *Comic Con Experience*¹², que teve mais de 262 mil participantes alcançando o patamar de maior feira realizada desse tipo de evento no mundo.

Outra definição de história em quadrinhos é produzida por Scott McCloud no seu livro *Desvendando os Quadrinhos*. O famoso escritor de HQs aprimorou o conceito de arte sequencial de Will Eisner, entendendo quadrinhos como "(...) imagens pictóricas e outras justapostas em sequência destinada a transmitir informações e/ou produzir uma resposta no espectador" (MC CLOUD, 2005). O interessante dessa definição é a sua metamorfose de conceitos, pois McCloud destacou inúmeras possibilidades de concepções para as HQs, inclusive de serem entendidas como obras de artes. O quadrinista não limita as interpretações sobre as histórias em quadrinhos e nem o seu campo de atuação, qualquer tema ou gênero pode ser transformado em quadrinhos até mesmo os conflitos cotidianos.

Assim, no tópico seguinte será analisada a história das HQs, ou seja, o processo histórico que possibilitou a criação dessa nova linguagem muito própria do século XX. O objetivo dessa análise processual está em querer compreender, não somente o contexto da criação, mas, o uso social dos quadrinhos e as suas relações dialéticas com a sociedade e o poder político.

11 *ComicCon* é um evento da cultura popular que teve o seu início na cidade de São Diego nos Estados Unidos nos anos de 1970 e posteriormente outras versões surgiram em outras cidades e países. Tal evento abarca vários produtos da indústria do entretenimento como quadrinhos, filmes, séries, desenhos animados e outros. San Diego *Comic Con*. Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/San_Diego_Comic-Con. Acesso em: 01 jul. 2019.

12 Segundo o *site* da revista *Veja*, a *ComicCon Experience* em 2018, foi o maior evento desse estilo no mundo superando a feira de San Diego. CARNEIRO, Raquel. CCXP estima impacto econômico de 100 milhões de reais.

A história da história em quadrinhos

No seu livro *Desvendando os Quadrinhos*, o escritor Scott McCloud, com o objetivo de traçar uma origem para as histórias em quadrinhos, procurou elucidar as raízes desse gênero textual através da história estabelecendo como critério o conceito de Will Eisner a arte sequencial.

McCloud (1995) demonstrou, através de uma série de imagens, obras que foram produzidas ao longo da história por diversos povos. O escritor fez referência a vários documentos que representaram formas semelhantes aos quadrinhos do século XX. Para seguir a sua linha de raciocínio, o quadrinista aventou tais documentos: um manuscrito da América Pré-Colombiana¹³; uma tapeçaria francesa intitulada “A Tapeçaria de Bayeux” que conta a conquista da Normandia; a imagem de hieróglifo presente no túmulo de um escriba egípcio; cenas de tortura do Santo Erasmo; as ilustrações conhecidas por “O progresso de uma prostituta” de William Hogart publicadas em 1731 (MCCLLOUD, 2005). Portanto, Scott McCloud apresentou a tese de que a humanidade já realizava desenhos em sequência há séculos. O que não acontecia era o hibridismo de palavras e imagens. Tratando sobre e a integração de imagens e palavras, Will Eisner reflete:

A configuração geral da revista de quadrinhos apresenta uma sobreposição de palavra e imagem e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais. As regências da arte (por exemplo, perspectiva, simetria, pincelada) e as regências da literatura (por exemplo, gramática, enredo, sintaxe) superpõem-se mutuamente. A leitura da revista de quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual (EISNER, 1989, p. 8).

Além de destacar que o leitor precisa estimular a sua interpretação para compreensão da leitura dos quadrinhos, Eisner coloca como

13 O uso desse termo é para manter fidelidade ao conceito usado no livro de McCloud, *Desvendando os Quadrinhos*. Contudo, tal designação carrega uma força política de narrativas, pois considera como marco temporal principal da história da América a chegada dos europeus na figura de Cristóvão Colombo em 1492.

premissa básica desse tipo de gênero textual a sobreposição de palavras e imagens. Nesse sentido é no século XIX, segundo Moya (1986), que o escritor suíço Rodolphe Töpffer inaugura uma série de ilustrações no qual existia a sincronia de textos e imagens. A primeira ilustração de Töpffer foi a “Histoire de M. Vieux Bois”, de 1827. Porém, o primeiro livro publicado pelo autor é a *Histoire de M. Jabot*, de 1833 (MOYA, 1986). Tanto Álvaro Moya quanto Scott McCloud consideram Rodolphe Töpffer o precursor das histórias em quadrinhos.

Moya (1986) revela que, na Europa e no Brasil, outros autores tiveram relevância naquele momento inicial do processo de construção das histórias em quadrinhos. Como o alemão Wilhelm Busch, dentre várias ilustrações desse artista a que mais se destacou foi “*Max und Moritz*” publicada a partir de 1865. Já o francês Georges Colomb criou a “*Famille Fenouillar*” em 1889, ainda no contexto dos meados do século XIX. No Brasil, o ítalo-brasileiro Angelo Agostini publicou, no ano de 1869, “*As Aventuras de Nhô Quim*” ou “*Impressões de uma Viagem na Corte*” na revista *Vida Fluminense* (MOYA, 1986). Acerca da produção de Angelo Agostoni, José Alberto Lovetro esclarece:

Depois, em 1869, esse autor entrou para a história criando o que seria a primeira novela gráfica em capítulos do mundo, na revista semanal *Vida Fluminense*. Tratava-se de “*As aventuras de Nhô Quim*”. Tem sequências lindas, que chegam a lembrar um desenho animado. Em capítulos semanais, mostravam a viagem do personagem-título de Minas Gerais até a corte no Rio de Janeiro. A importância desse feito hoje é eternizada com a criação do Dia do Quadrinho Brasileiro, 30 de janeiro, incluído oficialmente no calendário do país. Nessa data, em 1869, foi publicado o primeiro capítulo da história (LOVETRO, 2011, p. 12).

Como bem analisou Lovetro, a criação do Nhô Quim trazia consigo uma das principais características dos quadrinhos que é a periodicidade. Porém, o escritor e ilustrador Richard F. O'Connell, nos Estados Unidos, com o personagem chamado *Yellow Kid*, no ano de 1895, conseguiu estabelecer

a forma básica desse tipo de narrativa até os dias atuais: introduziu os balões de conversas dentro dos quadros de imagens dando ação e autonomia aos personagens:

Nos EUA, em 1895, era criado o personagem “Yellow Kid”, na verdade uma charge de um garoto de bairro periférico de Nova York, que fazia crítica social. O feito desse personagem, criado por Richard F. Outcault para o *Sunday New York Journal*, foi a inclusão dos textos para dentro dos quadrinhos. Até então, os textos vinham separados, na parte de baixo dos quadrinhos. As falas do Yellow Kid estavam na bata que ele vestia. Anos mais tarde, essa charge se transformaria em quadrinhos. Alguns historiadores americanos logo aclamaram que aí estaria o nascimento das histórias em quadrinhos. Isso por ser a primeira vez que o texto entrou dentro dos quadrinhos. É o mesmo que dizer que o cinema mudo não é cinema (LOVETRO, 2011, p. 12-13).

Nesse parágrafo, produzido por José Alberto Lovetro, são contundentes duas afirmações, a primeira é que o personagem *The Yellow Kid* publicado no *Sunday New York Journal* era uma crítica social da desigualdade na cidade de Nova Iorque ao findar do XIX. A segunda posição está relacionada ao fato de boa parte dos historiadores e especialistas do campo, geralmente estadunidenses, retratarem tal charge como sendo a primeira história em quadrinhos da história. Essa interpretação foi contraposta por Lovetro através de uma comparação com o cinema mudo. Apesar do mérito da questão, o importante é frisar o processo histórico de construção de imagem e texto que permitiu a criação do modelo narrativo presente no *The Yellow Kid* e posteriormente em todas as outras HQs.

Pensando sobre o contexto histórico e social de invenção de *The Yellow kid*, Selma de Fátima Bonifácio e Luís Fernando Cerri (2005) destacam que, no final do século XIX, as ilustrações dos jornais de Nova Iorque tinham grande circulação nas classes populares devido as suas características de comicidade. Por causa do humor cômico essas tirinhas receberam o título de *comics*, batizando com esse nome o novo ramo da imprensa escrita. Outra situação aludida pelos pesquisadores foi à questão

da desigualdade social, enquanto as classes trabalhadoras possuíam acesso precário aos desenhos dos jornais, as elites desfrutavam outros meios de informações como livros, teatros e músicas. Além desses fatores *The Yellow Kid*, outras charges da época foram usadas para transmitir parte da cultura estadunidense aos imigrantes que chagavam nos EUA no final do século XIX (BONIFÁCIO e CERRI, 2005). Refletindo sobre a conjuntura das primeiras histórias em quadrinhos e as classes sociais trabalhadoras, Bertolino apresenta:

(...) no que concerne ao enredo, posto que seus protagonistas, humanos ou antropozoomórficos, representavam figuras como imigrantes, crianças, operários, bêbados, pessoas comuns vivendo situações comuns e na maioria das vezes de forma bem humorada e escrachada. Não era estranho que a abordagem fosse até preconceituosa no que tange a estes personagens, associando-os a um contexto de vadiagem e pequenas trapaças, porém, a popularidade deles era notória, fato iluminado pelo crescimento exponencial da vendagem de jornais que publicavam tais tirinhas e das seções de cartas dos leitores as comentando (BERTOLINO, 2018, p. 45).

O final do século XIX predominou o pensamento elitista, liberal e burguês fortemente enraizado na eugenia e no darwinismo social. As características e estereótipos publicados nas folhas dos jornais representavam uma parcela do pensamento social das elites estadunidenses.

Deixando de lado as questões sociais do contexto do surgimento das HQs, a evolução técnica e artística que ocorreu durante séculos para a produção desse gênero textual com certeza não foi um processo histórico planejado. Não era possível prever nas ilustrações de Rodolphe Töpffer de meados século do XIX, ou em desenhos anteriores, que um dia existiria um tipo de comunicação semelhante ao das HQs. Mesmo assim, essa publicação surge no século XIX graças às evoluções técnicas industriais e econômicas de sua época. Analisando esse momento existem dois fatores impulsionadores da criação dos quadrinhos, "o primeiro é o aperfeiçoamento da imprensa e o segundo a expansão do

ensino público” (BERTOLINO, 2018). Nesse caso a urbanização crescente do século XIX, na maioria dos países industrializados pode ser definida como terceiro componente desse processo. A circulação de pessoas, informações, conhecimento e mercadorias ganharam uma dinâmica intensa no meio urbano industrial.

O jornal, de certa forma, é origem das revistas em quadrinhos. Muitas das redações aproveitaram os sucessos dos quadrinizados e produziram diversas ilustrações com a intenção de aumentar a lucratividade com a popularização desse estilo linguístico. Com o tempo, as editoras assumiram o mercado de produção, demonstrando que uma das principais características desse ramo é a transformação constante.

Nos mais de 120 anos de HQs, esse produto passou por muitas fases ao longo do tempo. Na análise de Guerra (2016) existem duas cronologias aplicáveis para as histórias em quadrinhos. A primeira está dividida em quatro etapas históricas: Era de Ouro, Era de Prata, Era de Bronze e Era Moderna (tal análise é uma construção do próprio mercado editorial das revistas em quadrinhos nos Estados Unidos). Essa classificação dá a noção de superioridade de um período em relação ao outro já que esse modelo teria semelhanças com as premiações de eventos esportivos. Portanto, houve a necessidade de mudanças nos conceitos cronológicos seguindo mais aos critérios históricos e artísticos como: a introdução de novas técnicas de produção, momentos políticos, situações econômicas, a implantação de novos modelos de narrativas e técnicas artísticas. Com esse novo modelo as histórias em quadrinhos ficaram divididas oito eras:

- **Era da Invenção** (1895-1913): caracterizado pelas primeiras tirinhas ou charges de jornais a exemplo de *The Yellow Kid* por Richard F. Outcault, *Os Sobrinhos do Capitão de Rudolph Dirks*, *The Little Nemo* de Winsor Macgay, *Muttand Jeff* por Bud Fischer, sendo esta última a primeira tirinha publicada diariamente.
- **Era da Expansão** (1913-1934): ascensão dos *syndicates*, empresas que comercializavam as tirinhas de jornais. Nesse período surge o estilo *irb* que traziam histórias de fantasia e ficção científica.
- **Era de Ouro** (1934-1954): o apogeu das HQs em consequência da criação do primeiro super-herói, o *Superman* de Jerry Siegel

e Joe Shuster no ano de 1938, a partir dessa criação o mercado editorial viveu um *boom* de heróis com superpoderes e de grande aumento dos lucros.

- **Era do Código** (1954-1971): período de autocensura provocado pelo livro *Sedução do Inocente* do psiquiatra Frederic Wertham. Devido às acusações desse psiquiatra as editoras foram obrigadas a criar o *Comics Code Authority* (CCA), nesse período era vendido somente às revistas com o selo da CCA; esse selo funcionava como autocensura das próprias editoras.
- **Era Real** (1971-1982): relaxamento da autocensura, a introdução de narrativas a respeito de drogas, o aparecimento de quadrinhos *underground* (publicação independente) e a possibilidade de morte dos personagens.
- **Era da Reinvenção** (1982-1992): período da reinvenção do modelo de narrativas através das *graphic novels*, essas HQs tinham como público alvo os adultos, portanto, possuíam narrativas mais longas e elaboradas. Nessa fase são introduzidos novos temas que eram restringidos para as revistas, a exemplo de religião, homossexualidade, sexo e adultério.
- **Era da Imagem** (1992-2000): nesse contexto a arte era mais valorizada que o roteiro, também aconteceu a briga de autores com a editora Marvel provocando a criação da *Image Comics*.
- **Era da Transmídia** (2000-até os atuais): expansão das HQs para o cinema de maneira mais intensa aumentando consideravelmente o lucro da indústria de quadrinhos, que no período anterior tinha passado por dificuldades financeiras devido à redução de vendas, outra forma de relação entre quadrinhos e mídia foi estabelecida através das séries de televisão baseadas nos super-heróis (GUERRA, 2016).

Todos os períodos tiveram sua relevância para a história das HQs, porém, serão destacados dois momentos especiais, a Era de Ouro e a Era da Censura. A respeito do contexto político, social e econômico da Era de Ouro, o historiador Fábio Viera Guerra analisa que as produções de narrativas ficcionais com heróis superpoderosos serviram como escape da

realidade impiedosa e incerta na qual os estadunidenses estavam, desde 1929, com a quebra da Bolsa de Nova Iorque; falência dos setores produtivos e industriais; e o desemprego em massa – dados da época apontam para índices de 27% no número de desempregados. Ou seja, 1 em cada 4 adultos na idade de trabalho estava sem ocupação empregatícia (HOBBSAWM, 1995).

Nessa situação caótica o *Superman* e outros superpoderosos de maneira indireta foram criados e usados para resgatar, em certa medida, os ideais de nação, estimulando conforme a sua realidade o retorno do país ao seu crescimento econômico e sua pujança financeira (GUERRA, 2016). Assim, essas narrativas foram um dos meios utilizados no processo de reconstrução da moral do povo estadunidense. Joe Shuster e Jerry Siegel, autores do *Superman*, não tinham pretensões políticas com esse personagem, de modo que desejavam comercializar e lucrar com suas histórias em quadrinhos.

Apesar de um surgimento significativo no sentido de valorizar e resgatar os ideais estadunidenses de nação num contexto de profunda crise, as histórias de super-heróis sofreram perseguições políticas e sociais. O fenômeno de perseguição ou de censura das revistas em quadrinhos nos Estados Unidos da América ocorreu durante os anos de 1950 a 1970 e ficou conhecido por a Era do Código.

Mateus Bertolino narra o início da situação confusa que o mundo dos quadrinhos norte americano vivenciou devido à publicação do livro *Sedução do Inocente*, de 1954. O escritor e psiquiatra Fredric Wertham culpabilizou os quadrinhos pela violência, agressividade e até homossexualidade da juventude de sua época. Infelizmente tais estudos ganharam ecos na sociedade americana forçando a censura nos quadrinhos (BERTOLINO, 2018). Ainda a respeito desse período complexo da sociedade estadunidense, Luyten aponta:

Logo estas ideias foram ao encontro da posição do Senado norte americano na pessoa de Joseph McCarthy. Ele dirigiu uma cruzada censurando toda atividade que acreditava fomentar o comunismo, a violência e tudo aquilo

tido como antiamericano. Todos os meios de criação e seus criadores foram submetidos à censura, ou seja, os quadrinhos não fugiram à regra das perseguições do chamado macartismo. As revistas deveriam conter um selo com os dizeres: Aprovado pela autoridade do código dos quadrinhos (LYUTEN, 2011, p. 6).

Sendo assim, houve durante a história dos quadrinhos estadunidense, uma perseguição às editoras, escritores e artistas. Nesse sentido, a indústria gráfica teve de ceder a pressões políticas e sociais externas para evitar a intromissão do Estado. Pressionadas, as editoras criaram a autocensura através da *Comics Code Authority* (CCA), “um selo que indicava se uma publicação seguia padrões aceitáveis para a moral e os bons costumes, o que deveria acalmar os zelosos pais de todo o país”. (BERTOLINO, 2018).

Outra feição relevante desse período, como sinalizou Luyten, foi a junção da histeria do macarthismo com as denúncias do psiquiatra Fredric Wertham. O senador estadunidense Joseph McCarthy, na década de 1950, incentivou a perseguição de comunistas infiltrados na sociedade norte americana. Sendo assim, sindicalistas, políticos, funcionários públicos, artistas, escritores e todos aqueles que representavam uma ameaça ao modelo social vigente foram perseguidos, demitidos, presos, levados a falência e até mesmo expulsos do país, a exemplo do ator inglês Charlie Chaplin, que foi exilado dos Estados Unidos no ano de 1952. Na época vigorava a Guerra Fria (1947-1989), um conflito militar e ideológico entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS). Nessa situação era preciso combater o inimigo externo e os inimigos internos que estavam associados aos ideais políticos de Moscou. Não bastavam sofrer com as censuras do moralismo da época, os produtores das histórias em quadrinhos tiveram de lidar com perseguições políticas promovidas por grupos histéricos e furiosos.

No Brasil e na América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970, também aconteceram censuras e desconfianças em relação aos quadrinhos. Contudo, além de traços semelhantes ao movimento estadunidense de combate as imoralidades e alienações das histórias em

quadrinhos, naquele momento, o sentimento anti-imperialista contra os Estados Unidos alimentava a rejeição das HQs nessa região do globo terrestre (BERTOLINO, 2018).

Segundo Santos e Vergueiro (2012), no caso do Brasil, já na década de 1930, a Associação Brasileira de Educadores (ABE) acusava as HQs de inserirem nas crianças valores estrangeiros (SANTOS e VERGUEIRO, 2012). Logo, a introdução das histórias em quadrinhos na sociedade e nas escolas foi um processo complicado, pois, durante um bom período de sua história, esse tipo de literatura sofreu descrédito, oposição, acusação de imoralidades, censuras, tanto nos Estados Unidos da América quanto na América Latina, inclusive no Brasil.

Como observado anteriormente existiu uma época na qual houve um repúdio das histórias em quadrinhos por boa parte da sociedade brasileira. Inclusive nas escolas e os motivos eram os mais variados, desde uma concepção de literatura infanto-juvenil com pouco valor didático, passando por uma ótica que ameaçava a educação das crianças e até a introdução de concepções e valores estrangeiros.

A introdução de narrativas de conteúdo históricos no Brasil começa de forma tímida para uma evolução gradativa de projetos mais completos como aconteceu na década de 1980. O paradidático "*Cai o Império! República Vou Ver!*" criado pela historiadora Lília Moritz Schwarcz e pelo cartunista Arnaldo Angeli, no ano de 1983, foi um projeto que consistiu no modelo das histórias em quadrinhos.

Porém, o historiador Mateus Bertolino (2017) reflete que a partir dos anos 2000, com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a inserção dos quadrinhos como ferramenta de ensino adentrou ao mundo escolar deixando de ser meras tirinhas nos livros didáticos. Para as áreas de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias houve uma produção maior de material didático em forma de quadrinhos justamente por acreditarem na capacidade desse modelo de escrita, em facilitar a introdução à arte e a leitura no processo de alfabetização da criança (BERTOLINO, 2018). A respeito da utilização das HQs em sala de aula, Luyten aponta que:

No plano pedagógico, os quadrinhos proporcionam experiências narrativas desde o início do aprendizado, fazendo os alunos adquirirem uma nova linguagem. Crianças e adolescentes seguem a história do começo ao final, compreendem seu enredo, seus personagens, a noção de tempo e espaço, sem necessidade de palavras sofisticadas e habilidades de decodificação. As imagens apoiam o texto e dão aos alunos pistas contextuais para o significado da palavra. Os quadrinhos atuam como uma espécie de andaime para o conhecimento do estudante (LYUTEN, 2011, p. 6).

Obviamente que a pesquisadora está dando enfoque nas possíveis habilidades que os estudantes podem desenvolver ao trabalharem com as histórias em quadrinhos. Dentre dessas aptidões o campo do ensino e aprendizagem de História está inserido, já que uma das habilidades relacionadas é a compreensão do tempo histórico através do enredo de uma narrativa em quadrinhos e dos acontecimentos ficcionais com os seus personagens.

No final da década de 1990, Parâmetros Curriculares Nacionais incentivaram a introdução das histórias em quadrinhos nas escolas ao tratar dos objetivos do ensino da disciplina de história:

(...) utilizar as diferentes linguagens verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.

(...)

As mais diversas obras humanas produzidas nos mais diferentes contextos sociais e com objetivos variados podem ser chamadas de documentos históricos. É o caso, por exemplo, de obras de arte, textos de jornais, utensílios, ferramentas de trabalho, textos literários, diários, relatos de viagem, leis, mapas, depoimentos e lembranças,

programas de televisão, filmes, vestimentas, edificações etc. (BRASIL, 1998, p. 8 e 83).

O primeiro parágrafo trata do processo de ensino e aprendizagem de História, que deveria utilizar de apropriações de novas linguagens para interpretação e compreensão do mundo por parte dos estudantes e professores – partindo da premissa que todo processo pedagógico é uma relação dialética de ensino e aprendizagem entre docente e discente. No que tange o segundo parágrafo existe um incentivo do uso dos mais variados tipos de documentos com o desígnio de aquisição do conhecimento histórico. Sendo assim, as atividades com as revistas em quadrinhos tendem a seguir essa função de introduzir novos meios de documentos históricos.

Posteriormente quase uma década depois da criação dos PCNs no ano de 1997, o governo federal, no ano de 2006, decidiu inserir os quadrinhos como ferramenta pedagógica de ensino através do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Em relação à compra e distribuição desse gênero literário, o historiador Douglas Mota Xavier Lima sinaliza que, “em 2006, pela primeira vez foram incluídas obras em quadrinhos. Nesse ano foram comprados 225 títulos, dos quais dez eram histórias em quadrinhos.” (LIMA, 2017).

Dessa forma, o governo federal dava início a um processo de inserção significativo dos quadrinhos nas escolas. Lima (2017) ainda revela através de uma tabela de investimento do PNBE (2006-2013), que o governo, nesse período, quase dobrou as compras desse tipo de literatura para as bibliotecas escolares. O valor salta de aproximadamente de 46 milhões e meio de reais para um pouco mais de 83 milhões de reais. Existe um fato que precisa ser ressaltado nessas compras: a maioria dos quadrinhos eram destinados para educação infantil e educação de jovens e adultos com objetivo de alfabetização. Segundo Bertolino (2017) o programa foi “abruptamente interrompido em 2014.” (BERTOLINO, 2018).

Teoria e metodologia para o aprendizado com os quadrinhos

O trabalho pedagógico, no campo do ensino e aprendizagem de História, por meio de revista em quadrinhos a exemplo do Pantera Negra, permitirá uma abordagem mais próxima com a realidade dos estudantes, já que os filmes de super-heróis possuem grande popularidade no momento e conseqüentemente no seu universo.

Nesse sentido, Selma de Fátima Bonifácio e Luís Fernando Cerri destacam que a chamada democratização da narrativa perpassa por elementos do cotidiano presente na vida dos estudantes, ou seja, um produto dos meios de comunicação em massa pode ser aproveitado como ponto de partida de qualquer processo de ensino e aprendizagem. A abordagem de um assunto construído a partir de elementos presentes do meio social com temas difundidos pelos meios de comunicação das mais diversas formas possíveis a exemplos de filmes, músicas, programas de rádios, quadrinhos, desenhos animados, mídias digitais, *Facebook* e canais de *Youtube* dão novos significados ao processo de aquisição do conhecimento, pois os educandos terão facilidade de verbalizar e refletir as informações e conteúdos debatidos por eles no cotidiano e assim tornando-se tão proeminentes no processo educacional quanto o professor. (BONIFÁCIO; CERRI, 2005).

Em relação à conciliação de ensino e aprendizagem, o historiador Marcelo Fronza aponta para a possibilidade da didatização das HQs por serem artefatos culturais, ou seja, são obras produzidas coletivamente em um determinado período histórico com determinadas finalidades. Dessa forma, a interpretação de um artefato cultural passa pelo processo da compreensão de sua construção. Contudo, essa interpretação será realizada de maneira social, pois, o indivíduo que acessa tal obra fará a partir de sua compreensão histórica, social e cultural. A mediação da compreensão de uma história em quadrinhos acontece pela cultura social existente e de seus componentes. Sendo assim, o professor, as diversas interpretações dos estudantes e o conhecimento sócio histórico disponível a respeito da obra e de seu momento histórico serão as mediações

para as compreensões dos significados existentes de uma HQ ou artefato cultural. Tal processo é enriquecedor devido ao fato de propor uma construção coletiva quebrando com o paradigma no qual o docente é dono da interpretação do conhecimento. Além disso, a narrativa histórica tradicional é abandonada para a implementação de uma narrativa que aborde a coletividade (FRONZA, 2007).

Com relação às novas narrativas que contemplem um ensino mais afinado com as necessidades de uma educação mais inclusiva de história, no sentido de atrair o máximo de participação e interação dos educandos, Bertolino afirma:

A narrativa enquanto uma forma de se quebrar a rigidez de um ensino de História centrado em um currículo que apenas lista conteúdos, uma vez que narrar pode gerar empatia, logo o envolvimento necessário à produção de conhecimento, que nos faça olhar para o passado a fim de notar seu potencial pedagógico. Este mecanismo se relaciona diretamente com a formação de identidades, produzidas num caldo intersubjetivo que não se produz somente por premissas lógico racionais (BERTOLINO, 2018, p. 30).

O historiador Fábio Viera Guerra defendeu a tese de que as revistas em quadrinhos muitas vezes funcionaram como espécie de “narrativas crônicas do cotidiano”. Para chegar a essa conclusão, Guerra analisou vários episódios de inúmeras revistas produzidas pela Marvel Comics:

A crônica nasceu com proposta de noticiar fatos, o que fazia com que tivesse características diferentes do que tem hoje, que é interpretar e reinterpretar determinados acontecimentos que ocorrem na sociedade, com autores fantasiando e discutindo sobre os fatos que marcam uma realidade ou mesmo opinando sobre determinado assunto. Os cronistas procuram descrever os eventos relatados na crônica de acordo com a sua própria visão crítica dos fatos, muitas vezes por meio de frases dirigidas ao leitor, como estivesse estabelecendo um diálogo. (GUERRA, 2016, p. 11).

O extrato acima destaca que a crônica serve como fonte de interpretações e reinterpretações de fatos do cotidiano. O cronista absorve o habitual em suas características mais problemáticas reproduzindo suas concepções com o uso da crítica e de uma reflexão elaborada dos acontecimentos. Esse profissional da comunicação tem a habilidade de inovar as notícias já propagadas na sociedade e introduzir no leitor ou espectador uma nova concepção da informação. Pode até soar como desconexo, mas, essas habilidades são encontradas nos escritores das histórias em quadrinhos. Em suma, o quadrinista é um cronista que consegue desenhar a sua crítica ou sua reflexão conceitual da realidade.

Nesse sentido, em sua tese, Guerra aponta para inúmeras revistas de vários super-heróis que podem ser entendidas como crônicas e, um desses exemplos é a primeira HQ do Capitão América. Esse personagem surgiu durante a Segunda Guerra Mundial como símbolo da luta contra o nazismo, de cidadão exemplar na sua prática cívica cotidiana e de soldado patriota disposto ao sacrifício pela nação.

Na capa da primeira revista do Capitão América, o herói esmurra Adolf Hitler no rosto. Essa imagem sintetizou o sentimento nacional contra o nazismo e o mandatário alemão. Logo, tal periódico expressou, utilizando de desenhos, os anseios estadunidenses, funcionando como uma espécie de crônica por ter a competência de reinterpretar o sentimento cotidiano. Guerra (2016) ainda revela que o periódico do Capitão América chegou vender mais de 1 milhão de exemplares por mês no ano de 1941, e as primeiras tiragens da publicação foram compradas pelo governo estadunidense e distribuídas para os soldados. (GUERRA, 2016).

Os X-Men, os super-heróis mutantes dos quadrinhos que tiveram inúmeras adaptações cinematográficas de sucesso, são mais um exemplo de crônicas do cotidiano através das HQs. Criados por Stan Lee e Jack Kirby, no início da década de 1960, eles refletem determinados aspectos da sociedade norte-americana daquela época: a discriminação racial, a campanha dos direitos civis liderada pelo pastor Martin Luther King, conflitos entre a população afro-estadunidense contra o estado, a fundação do Partido dos Panteras Negras e outros fenômenos sociopolíticos.

Fica evidente, no caso da HQ do X-Men, a influência do contexto conturbado pelas lutas dos direitos civis sociais dos afro-americanos nos Estados Unidos em meados do século XX. Tal situação é transmitida através da revista nos conflitos existentes entre os humanos não mutantes e os mutantes, na qual, parte significativa dos humanos não mutantes rejeita e discrimina a existência dos mutantes desejando, assim, o genocídio desses seres modificados geneticamente. Esse componente permite uma interpretação mais complexa e simbólica das histórias em quadrinhos, não só enriquecendo a leitura, mas traduzindo de maneira sensível para os seus leitores os conflitos étnico-raciais na sociedade estadunidense.

No artigo publicado em 2013, com o título *"Imagens de raça e terror racial nos comics: X-men, espaços da diferença e imaginário norte-americano"*, o historiador Francisco das Chagas Santiago Júnior aprofunda as questões políticas e sociais a respeito das tramas que perpassaram a história desses super-heróis ao longo das décadas de 1960, até o início do século XX, logo após o atentado do World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001. (SANTIAGO JÚNIOR, 2013).

O artigo demonstrou que durante as publicações desta HQ outras perspectivas do racismo foram problematizadas nas páginas do periódico tais como o holocausto, debates a respeito do darwinismo e a evolução das espécies, eugenia, e a ação da violência racial sobre os indivíduos e seus corpos, ou seja, a revista usou de muitos personagens para demonstrar, de maneira metafórica, como o preconceito racial deteriora o corpo humano até a sua extinção. Nesse sentido, as mutações de Wolverine, Noturno, Fera e dos Morlocks, grupos de mutantes que vivem nos esgotos da cidade de Nova Iorque, representam o olhar da discriminação e aversão ao diferente e a capacidade da ação racista em mudar e agredir os seus corpos.

Essa aptidão dos quadrinistas em conseguir expor de maneira objetiva ou subjetiva os temas que envolvem questões histórico-sociais foi denominada pelo filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, de cultura histórica. No artigo *"¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia"*, o teórico do campo da didática da História afirmou

que, na atualidade, o debate sobre memória histórica está acontecendo cada vez mais fora do espaço universitário ou convencional (RÜSEN, 2009). Analisando em confluência com Rüsen, o historiador Elio Chaves Flores corrobora com esse conceito, apontando-o como a:

(...) intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95).

Pensando sobre esse prisma, os editores, escritores, desenhistas e todos aqueles profissionais envolvidos na produção das histórias em quadrinhos são participantes do processo de construção da cultura histórica. Quando em 1966, Stan Lee e Jack Kirby inventaram o mundo ficcional do Pantera Negra, permitiram para os seus leitores outras percepções a respeito da África. Naquele momento os quadrinistas propuseram uma narrativa diferente daquela que dominava o imaginário estadunidense acerca da África. Ficcionalmente o reino de Wakanda era demonstrado como o país mais desenvolvido tecnologicamente do mundo; os wakandanos gozavam uma paz social quase que permanente, possuíam um governo estável preocupado com o seu povo.

A história de Wakanda abordada em 1966 comportou uma alteração no paradigma histórico, mesmo que no campo ficcional, acerca da memória coletiva sobre o continente africano para os leitores estadunidenses e posteriormente para o mundo. Ao criarem uma nação mais desenvolvida em relação aos outros países do mundo ocidental, os produtores da revista estavam propondo para os seus fãs uma nova concepção temporal do continente, ou seja, naquela época, Wakanda era rica, sendo o seu passado peça fundamental para a construção do seu status atual e o futuro uma consequência natural da atualidade próspera. Então, toda vez que o leitor do Pantera Negra fizesse os processos de memorização

de Wakanda ele sempre teria em sua memória uma conotação positiva do reino. Nesse sentido uma nova narrativa seria internalizada nos leitores do Pantera Negra a respeito de um país africano.

O processo de memorização descrito no parágrafo anterior foi chamado por Jörn Rüsen de memória histórica no qual o filósofo o definiu da seguinte forma:

(...) uma memória de este tipo se retrotrae más allá de las fronteras temporales de la propia vida y, de este modo, interpreta la realidad actual y abre una perspectiva de futuro que traspasa también el propio marco temporal, podemos hablar con todo derecho y irbyelte de memória histórica. (FLORES, 2007, p. 7).

O fato de os produtores construírem uma concepção diferente a respeito da África por meio do simbolismo de Wakanda legou certa estranheza a respeito desse continente para os seus fãs, ou aqueles que tiveram contato com a narrativa do Pantera Negra em algum momento através das HQs ou dos filmes. Essa estranheza transformada em perguntas pode ser utilizada no processo de ensino e aprendizagem de História; o professor pode questionar aos estudantes o porquê da editora Marvel publicar uma ficção que valoriza um reino africano. A partir das respostas dos educandos, o docente em conjunto com a turma pode refletir outras perspectivas históricas e sociais sobre a região.

Segundo Rüsen, para melhor entender a memória histórica é preciso compreender como funciona o procedimento mental da consciência histórica, no qual ele a definiu como:

La rememoración cambia elestatus temporal del pasado de tal manera que no deja de ser irbye, sino al contrario se hace presente encuancto que irbye y abre al mismotiempo una perspectiva al futuro.

(...)

Las actividades de la conciencia histórica no irby por tanto el pasado tal como fue: recordando que certos aconteci-

mentos del pasado y su ordenación temporal fueron tal como fueron, se los eleva más allá de su carácter irbye y ganan actualidad y tensión futuriza. (FLORES, p. 8, 2007).

No próximo capítulo será abordado o porquê historicamente a sociedade ocidental definiu um imaginário negativo a respeito do continente africano e de suas populações que habitaram e ainda habitam esse território. Em suma, desde a antiguidade os europeus criaram narrativas desqualificadoras sobre África e os africanos. O filósofo Immanuel Kant (1724-1804) foi um dentre muitos intelectuais do século XIX, que produziram linhas de pensamento baseados no racismo e de total desconhecimento da realidade do continente e de população:

Os negros da África, por natureza, não têm nenhum sentimento que se eleve acima do pueril. O senhor Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um negro demonstrando talento e afirma que dentre as centenas de milhares de negros que são transportados de seus países para outros, mesmo dentre um grande número deles que foram libertados, ele nunca encontrou um só que, seja em arte, seja nas ciências, ou em qualquer outra louvável qualidade, tenha tido um papel importante, enquanto que dentre os brancos, constantemente ele constata que, mesmo se nascidos das camadas mais baixas do povo, estes sempre se elevam socialmente, graças a seus dons superiores, merecendo a consideração de todos. (...) Os negros são muito vaidosos, mas à maneira negra, e tão tagarelas que é preciso dispersá-los a golpes de porrete (SOMET, 2016, p. 82).

Obviamente que, na atualidade, esse pensamento não encontra eco de maneira tão objetiva na sociedade brasileira ou em outras. Contudo, a mácula desse discurso ainda se faz presente, pois permanecem no Brasil situações de descaso e violência com a população afro-brasileira. No campo das ideias o brasileiro e outros povos em sua grande maioria enxergam o continente africano como lugar de atraso econômico, miséria e violência. Muitas dessas imagens foram criadas e reproduzidas

pelos meios de comunicação como televisão, rádio e cinema. Talvez o cinema seja o meio que mais cria e reafirma estereótipos sobre a África. Dessa forma a cultura histórica ainda é permeada com visões negativas do continente africano.

Jörn Rüsen conceitua a cultura histórica como “la articulación práctica y operante de la conciencia histórica em la vida de uma sociedade” (RÜSEN, 2009). Sendo assim, ao produzir um filme ou reportagem que ao final desqualifica e mantém estereótipos, mesmo tendo uma intenção de evitar tais situações o produtor cultural muitas vezes mantém essa visão negativa por causa de sua consciência histórica.

No caso do quadrinho do Pantera Negra, ao longo dos seus mais de 50 anos, existiram ocasiões nos quais a publicação conteve em sua narrativa juízos estereotipados. Não existe a intenção de criar uma avaliação superpositiva a respeito da HQ, e sim, de utilizá-la em momentos chaves para pensar com os educandos questões históricas de relevância com relação ao continente africano, questionando a cultura histórica deles e da sociedade. Segundo Rüsen (2004) “La ‘cultura histórica’ como irbyel no debe poner de manifiesto lo histórico em lo estético, sino lo estético em lo histórico y hacer lo visible como algo irbyel para el trabajo memorativo que lleva a cabo la conciencia histórica.” (RÜSEN, 2009).

Como já supracitado nesse livro, os quadrinhos são obras de arte. Logo, em 1966, Stan Lee, Jack Kirby e a Marvel Comics criaram algo novo dentro da estética do universo das publicações das revistas em quadrinhos. Um super-herói negro como T’Challa quebrou com inúmeros paradigmas existentes no mundo das HQs na década de 1960. Apresentado como rico, inteligente, bem sucedido, cientista, inventor, forte, líder político respeitado pelo seu povo e super-herói. Assim também aconteceu com a África através de Wakanda: o reino tinha uma gama de tecnologia avançada e superior em relação aos outros países, inclusive os Estados Unidos. Não estava sofrendo com nenhuma guerra civil e tinha a sua estabilidade política interna assegurada. Nesse sentido, a estética da violência e miséria no qual é imputado ao continente africano não está presente nessa história em quadrinhos.

Quando Reginald Hundli, em 2005, assumiu a missão de roteirizar as novas histórias para Wakanda e o Pantera Negra, o escritor afro-estadunidense teve a preocupação de reestruturar a história do reino de T'Challa. Nesse enredo, o reino existia desde o século V. Em vários momentos da revista os eventos históricos foram aludidos dando para o leitor a concepção de historicidade, nesse sentido, Hundli evidencia as transformações econômicas, culturais, sociais e políticas que Wakanda e os wakandanos passaram ao longo do tempo. No campo urbanístico as cidades wakan-danas são representadas com estilo próprio integrado ao meio natural. Wakanda conseguiu o seu desenvolvimento sem destruir natureza.

Já nas revistas publicadas com Ta-Nehisi Coates entre os anos de 2016 a 2018, a alta tecnologia e o futurismo são apurados ao máximo possível. Aviões em forma de pássaro, cidades com arquiteturas inovadoras em formatos únicos colocaram a cultura negra africana para além do tempo presente, ou seja, para o campo do futuro.¹⁴

A metodologia empregada para desenvolver essa pesquisa baseou-se na interpretação do objeto como um instrumento que, em sala de aula, pode promover a democratização do debate sobre o conhecimento histórico, pois o objeto, a Revista Pantera Negra é um artefato cultural presente na vida dos estudantes.

Para saber como a HQ do Pantera Negra ultrapassou a marca de mais 50 anos de publicação, foi necessário fazer dois recortes, um temporal e outro temático. Aproveitou-se então as primeiras três revistas nas quais o Pantera Negra teve a sua estreia em 1966, dentro das estórias do Quarteto Fantástico. As seis primeiras edições de 2005, escritas por Reginald Hundli, e as histórias de Ta-Nehisi Coates, publicadas entre os anos de 2016 a 2018. Essas duas últimas fases da HQ contribuíram de maneira basililar com o roteiro produzido no filme do Pantera Negra de 2018.

14 O Afrofuturismo surgiu nos anos de 1960, com o músico de jazz, poeta e filósofo Sun Ra, nome de batismo Herman Poole Blount. Esse filósofo e outros pensadores de sua época estimularam debates a respeito da presença do negro no futuro. Assim estes quebravam com aquela estética da qual o negro não era representado nas sociedades futuras. Tal questionamento floresceu da constatação que nos filmes futuristas de meados do século XX, não possuíam a figura do negro, quase todos os longas-metragens da época eram representações de uma espécie da sociedade ariana.

No campo temático, a HQ oferece para o professor de História as possibilidades de intersecções e comparações entre o artefato cultural e eventos históricos do continente africano. Sendo assim, houve um esforço em promover as inter-relações entre os fenômenos históricos e as narrativas do Pantera Negra. Muitas dessas interpretações tiveram como orientação a lógica da qual os quadrinhos são crônicas do cotidiano.

Em relação às imagens, estruturas de narrativas e concepções políticas, as abordagens dos quadrinhos orientaram-se através do conceito por cultura histórica desenvolvida por Jörn Rüsen. Nesse sentido, é necessário pensar junto aos estudantes como esse produto pode impor uma nova narrativa para o mercado editorial estadunidense transformando a estética das revistas em quadrinhos. A partir do Pantera Negra, as grandes editoras passaram a criar novos personagens de origens negras e africanas afirmando a presença dos negros nas HQs e modificando parte dos estereótipos vinculados até então nesse modelo de periódico e, talvez, criando outros estereótipos.

O QUE PODEMOS APRENDER SOBRE A ÁFRICA ATRAVÉS DA REVISTA DO PANTERA NEGRA?

Mas, para evitar estereótipos, ele não vive em uma tribo regular e assim por diante; ele é o príncipe de uma nação e a nação está oculta. É um país chamado Wakanda, e ele é um dos maiores cientistas do mundo e de sua área; seu país é mais avançado cientificamente do que qualquer outro. Quando você chega à entrada escondida e desce a Wakanda, parece que você está em uma cena de um filme de ficção científica do século trinta! Mas, para não ser descoberto pelo resto do mundo. (LEE, 2008, p. 38).

Stan Lee realizou essa fala numa entrevista dada em 2005 para revista *Alter Ego*, número 104, da Editora Marvel publicada em 2011. Esse comentário é revelador da preocupação do criador em construir um personagem que não reproduzisse os estereótipos negros que existiam na sociedade estadunidense e que durante um período expressivo da primeira metade do século XX, estavam reproduzidos nas revistas em quadrinhos das formas mais perversas possíveis. Tal preocupação foi justificável devido ao contexto sociopolítico no qual o artista estava inserido, pois na época, os Estados Unidos viviam um conflito entre manifestantes políticos favoráveis aos direitos civis e sociais de todos afro-estadunidenses contra as imposições raciais e segregacionistas do país.

A história em quadrinhos foi criada em 1966, meses antes da fundação do Partido Pantera Negra para Autodefesa (SAMY, 2018) ocorrida na cidade de Oakland, Califórnia. Além de manifestações, confrontos entre policias e militantes negros e um cenário de crescente convulsão social, os Estados Unidos na década de 1960, assistiu ao assassinato de Malcom X em 1965, e de Martin Luther King em 1968, os dois maiores líderes na

luta pelos direitos civis da população afro-estadunidense no país. Acerca dos movimentos sociais pelos direitos da população negra e sua influência para introdução de novos personagens nas revistas em quadrinhos, Weschenfelder destaca:

Com os movimentos pelos direitos civis, tudo começou a mudar, Personagens negros começaram a ter destaque nos quadrinhos, principalmente no gênero da superaventura. Nos quadrinhos de super-heróis, além de romper grilhões do racismo traziam a realidade vivenciada pelos negros no EUA. (WESCHENFELDER, 2013, p. 1).

De certa forma, escrever e produzir uma HQ tendo um super-herói negro como personagem principal significava uma atitude inovadora. Stan Lee, o roteirista, e Jack Kirby, o quadrinista da revista Pantera Negra foram influenciados por esse contexto de revoltas e lutas sociais. Outro fator importante era que internamente, a própria Marvel estava passando por mudanças na concepção de quadrinhos com as contratações do próprio Jarck Kirby, Steve Ditko, Dom Heck, Larry Lieber, Paul Reinman e Dick Ayres. No início dos anos 1960, do século XX, esses profissionais possibilitaram para a editora uma produção gráfica mais realista (GUERRA, 2016). Para esclarecer Stan Lee trabalhava na Marvel desde 1939, quando a editora se chamava Timely.

O nome Pantera Negra suscitou polêmicas na época por ser associado ao Partido Político dos Panteras Negras. Segundo Stan Lee, na entrevista para revista *Alter Ego*, n. 104, o escritor revelou que a origem do nome da HQ decorria de um quadrinho que ele lia quando era criança conhecido por *The Phantom* (O Fantasma), no qual um dos personagens dessa revista tinha uma pantera como animal de estimação.

Com relação ao movimento social, a alcunha de Pantera Negra inspirou-se no Clark College em Atlanta, em razão de o animal ser o símbolo da escola. Segundo Huey Newton, um dos fundadores do partido junto com Bobby Seale, a escolha do animal como símbolo era devido à circunstância de quando acuada a pantera ataca provocando um embate mortal (SAMY, 2018). Como é possível constatar, apesar da proximidade

temporal e geográfica, sendo que o partido e a revista são originários nos Estados Unidos, o nome da revista Pantera Negra teve origem diversa em relação ao partido político¹⁵.

O personagem foi criado para quebrar estereótipos, já que ele apareceu pela primeira vez nos quadrinhos da revista Quarteto Fantástico, números 52 a 54, no ano de 1966. Apontado como o homem mais rico do mundo, muito inteligente e por isso um grande cientista e inventor, T'Challa, o Pantera Negra, era rei de Wakanda, um reino que ficava no centro da África com uma riqueza mineral muito valiosa e rara conhecida por *vibranium*.

Nas primeiras revistas é revelado que o Reino de Wakanda sofreu cientificamente e tecnologicamente uma forte transformação num período de aproximadamente dez anos¹⁶, pelo próprio T'Challa. Nesse momento surge uma interrogação: porque o país passou por esse processo de modernização tão rápido?

Essa revolução científica que Wakanda passou no reinado de T'Challa é ocasionado por dois fatores: o primeiro tem a ver com o ataque do qual o país sofreu sob o comando de Ulysses Klaw, cientista sul africano que desejava dominar o *vibranium*, e o segundo motivo é o assassinato de T'Chaka, então rei de Wakanda e pai de T'Challa, cujo assassino foi o próprio Klaw.

Como estratégia de proteger o reino, o povo, a riqueza mineral e de vingar a morte do pai, T'Challa estuda nas melhores instituições educacionais do mundo com objetivo de aprender e ampliar o seu conhecimento; vende o *vibranium* para algumas instituições científicas e, consequentemente, arrecada o dinheiro necessário para promover a modernização que Wakanda precisava, tornando o país mais desenvolvido do mundo em que seu chefe de estado passou a ser o mais rico do planeta.

15 Apesar da distância de aproximadamente de 4600 quilômetros entre a cidade de Nova York sede da Editora Marvel que fica na costa leste dos Estados Unidos e a cidade de Oakland na qual houve a fundação do partido dos Panteras Negras a esfera política naquele momento atingia todo o país.

16 A modernização científica de um país em dez anos é algo exagerado para qualquer narrativa essa licença poética é possível justamente pelo fato da grande maioria dos leitores de HQs serem crianças na época e, nesse sentido o nexa temporal não tinha relevância e sim o que importava era a boa história.

A história recente de Wakanda é contada por T'Challa ao Quarto Fantástico. Vale ressaltar que, a princípio, o grupo de heróis estadunidense havia sido atraído para o reino africano com o objetivo em testar o Pantera Negra e a sua capacidade de luta para, então, derrotar o assassino do seu pai. Abaixo alguns extratos revelam como essa história foi narrada:

Ilustrações 1, 2, 3 e 4 - A história de Wakanda por T'Challa

Ilustração 1



Ilustração 2



Ilustração 3



Ilustração 4



Fonte: Fantastic Four. New York: Marvel Comics, n. 53, august 1966. Tradução Livre). p. 7-10.

Os extratos acima revelam que no reino africano a tradição do Pantera Negra era transmitida de maneira hereditária. T'Chaka, pai de T'Challa, foi um pantera. Contudo, o primeiro estava mais próximo à figura de um líder tribal enquanto o segundo era um super-herói. Vale frisar que os poderes dos líderes eram oriundos das plantas consumidas em rituais secretos.

O Pantera Negra do século XXI: comparações com o personagem da década de 1960

Na versão de 2005, Wakanda possui uma historicidade de no mínimo 15 séculos. Já que a narrativa começa no século V d. C., o leitor pode acompanhar a evolução material e social do reino percebendo também a existência de uma tradição milenar de transmissão do título real de Pantera Negra: sendo uma espécie de ritual sagrado que envolve lutas entre os candidatos para ocupar tal função, o vencedor assume o trono. T'Challa e os outros Panteras anteriores são de chefes de estados, tendo eles as funções de negociações políticas com outras nações e organizações econômicas. Inclusive, T'Chaka, nessa versão, é assassinado provavelmente na Europa numa região de Alpes (Reginald Hudlin não especifica o lugar) após uma reunião que aconteceu na Conferência de Bilderberg na qual o rei recusou ceder parte do *vibranium* aos participantes desse evento. Sendo assim, o monarca africano é morto em seus aposentos devido a uma armadilha tramada por Ulisses Klaw a mando dessa elite econômica internacional.

Obviamente a narrativa de Hudlin é mais estruturada e complexa justamente devido ao processo de amadurecimento das histórias em quadrinhos e dos seus leitores que vem acontecendo desde 1980 na chamada Era da Reinvenção. A partir dessa fase as editoras buscaram atingir o público adulto.

Reginald Hudlin e Jhon Romita Junior produziram uma história posicionando o Pantera Negra como líder político no contexto internacional. T'Challa governa um pequeno país em que uma das atribuições do seu cargo são as relações diplomáticas com as outras nações, a exemplo de Estados Unidos, China, Israel e os vizinhos africanos (GUERRA, 2016). Hudlin, sobre a revista aponta "Também queria que ele (Pantera Negra) fosse bem politizado (...) Afinal, o sujeito é soberano de uma nação africana. Seu trabalho é inteiramente político e, por natureza, acabaria implicando em conflitos com outros países". Fato que aconteceu na história de Hundli durante a primeira fase da revista em 2005, nos seis primeiros episódios dos quais o Pantera Negra e Wakanda lutaram contra uma invasão orquestrada por Ulisses Klaw e apoiada pela força armada estadunidense.

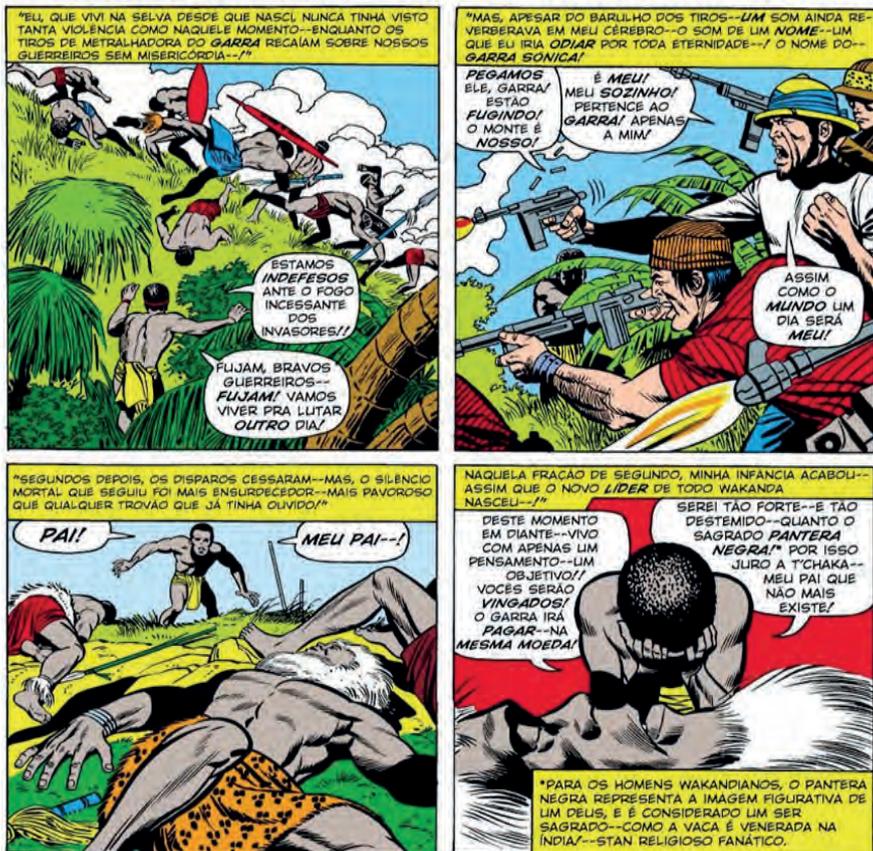
Nesse enredo, nos primeiros seis episódios, o inimigo principal, ou pelo menos o mais odiado por T'Challa, continua sendo Ulysses Klaw, o Garra Sônica. Porém, agora nessa fase, é um mercenário que trabalha para governos com interesses escusos, principalmente para o belga. Um detalhe importante: o conflito entre os dois passou a ter origens antepassadas, quando o bisavô de Klaw foi morto no final do século XIX ao tentar invadir Wakanda. Posteriormente, Ulysses Klaw assassina T'Chaka, pai de T'Challa, a mando de líderes internacionais. O simbolismo na figura de Klaw está expresso desde a primeira publicação no Quarteto Fantástico em 1966: o vilão representa à civilização europeia que invadiu a África durante os séculos XIX e XX a procura riquezas naturais e mercado consumidor. Esse período da história ficou conhecido por imperialismo.

Na revista 53 do Quarteto Fantástico de 1966, o Garra Sônica matou T'Chaka para tentar tomar posse da montanha de *vibranium* de maneira que, na história de 2005, tinha como objetivo não só matar o rei de Wakanda, como também a família real inteira. De certa forma, o leitor de

maneira subjetiva recebeu a informação de como muitas vezes aconteceram às relações entre europeus e africanos. Quando negada a posse de terra ou da riqueza a violência era um recurso indispensável para os europeus. Tendo essa perspectiva, T'Chaka assume na narrativa uma figura significativa: foi aquele que sofreu a maior penalidade por se negar a consentir com a invasão estrangeira de suas terras e riquezas naturais; a sua sentença foi a morte violenta e prematura.

Ilustrações 5 e 6 - As mortes de T'Chaka

Ilustração 5



Fonte: Fantastic Four. New York: Marvel Comics, n. 53, august 1966. (Tradução Livre). p. 8.

Ilustração 6



Fonte: Black Panther. New York: Marvel Comics, n.3, abril 2005. (Tradução livre). Sem numeração.

Shuri é irmã mais nova de T'Challa. Essa personagem foi criada em 2005 pelos próprios Reginald Hudlin e John Romita Junior. Na parte selecionada como objeto de estudo para este trabalho infelizmente o personagem não foi desenvolvido de maneira significativa. Posteriormente outros escritores desenvolveram a história dessa figura relevante dentro do universo da revista. A princípio Shuri é apresentada como uma jovem disposta a assumir a posição de Pantera Negra. Com grande coragem, já que matou um invasor conhecido por Homem Radioativo sem usar nenhum tipo de poder somente a bravura e uma espada¹⁷ que chegou

17 Espada do Adão Negro.

em suas mãos por acaso. Em fases posteriores da revista ocupou a posição de rainha de Wakanda quando o irmão estava impossibilitado de governar de modo que liderou os exércitos wakadanos contra invasão das tropas comandadas por Thanos.

No que se refere a proteção as Dora Milaje são as especialistas nesse assunto. Essas super-heroínas na HQ possuem dupla função: a primeira tem a ver com proteger o rei de Wakanda, pois as guerreiras desde pequenas passam por um rígido treinamento. A outra está na probabilidade de uma delas se tornarem rainha de Wakanda caso fosse a vontade do rei. Para composição desse grupo de elite são escolhidas 10 crianças representando as 10 tribos que formam o país. A inspiração para a invenção dessas personagens se originou de uma história real das guerreiras de elite do reino Daomé, as chamadas Amazonas de Daomé. Tal nome se trata de uma criação europeia, pois na língua "fon" ou "mino" essas guerreiras são chamadas de *ashosi*, que significa "esposas do rei" ou "nossas mães". No que tange ao tema, a única diferença considerável entre a realidade e o mundo ficcional é o fato que, na primeira, as guerreiras de Daomé contavam com um efetivo de 4 mil a 6 mil mulheres aproximadamente.

Wakanda é representada de inúmeras formas dentro da revista Pantera Negra. Além de ser a região mais desenvolvida tecnologicamente do mundo, o reino é amado por ser o lugar que conecta os seus moradores com os seus deuses e antepassados. Na região existem dezoito tribos diferentes e, apesar do país ser uma teocracia, o rei precisa governar para povos díspares etnicamente¹⁸.

O primeiro rei de Wakanda foi Bashenga, um dos líderes tribais daquela região.

18 Segundo Norberto Bobbio a teocracia é uma forma de governo na qual o poder entre estado e religião estão fundidos. Nesse sistema de poder o governante declara-se representante da vontade divina na terra, muitas vezes também assume a posição de deus, a exemplo dos imperadores romanos e japoneses. Bobbio ainda afirma que tal sistema pode ser chamado de hierocracia, ou seja, o governo da casta sacerdotal, para o sociólogo, todo o regime teocrático é sustentado pelo clero. BOBBIO, Norberto, 1909. Dicionário de política I. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. p.1505 e 1506.

Na história, um meteoro caiu na África Central há 10 mil formando o monte Mena Ngai. Nele o *vibranium* emitia uma radiação diferente impulsionando transformações em alguns seres vivos em monstros. Para conter as ameaças dessas feras foi formado um grupo de guerreiros. Antes de combater os monstros, Bashenga orou à deusa Pantera de maneira que este ser divino concedeu sua força ao mortal. Dessa forma, os guerreiros eliminaram as ameaças e Banshega fundou o reinado de Wakanda tendo como culto principal a deusa Pantera.

Outra característica de Wakanda é a combinação do tradicional com o tecnológico. Na revista, apesar do reino possuir as tecnologias mais avançadas do planeta, muitas tradições permanecem. Um exemplo é o culto à deusa Pantera e a outros deuses. Outros deuses, a tradição monárquica, as roupas, as crenças religiosas, as tradições culturais, ou seja, a modernização do país não impediu que os wakandanos mantivessem suas heranças. Aliás, esse é um ponto conflituoso entre Shuri e T'Chala, já que a irmã segue os códigos milenares de seu povo de maneira mais fiel tendo uma visão mais focada no reino, enquanto o irmão mais velho, por ter uma criação no estrangeiro, nos Estados Unidos, passou a ter uma relação mais amistosa com outros povos e nações do mundo.

HISTÓRIA DA ÁFRICA ATRAVÉS DOS QUADRINHOS

Acerca das concepções sobre a África nas edições de 1966 e 2005

Durante um período significativo de tempo a visão produzida sobre o continente africano no Brasil e no ocidente era distorcida, desqualificadora, estereotipada e muitas vezes com informações de baixa qualidade. No Brasil, com a criação da Lei 10.639/03, os novos conhecimentos produzidos sobre a África, os africanos e os seus descendentes foram introduzidas paulatinamente no ambiente escolar. Neste momento se faz necessário perguntar: como as representações do continente foram criadas? Quais são os disseminadores de estereótipos a respeito da África? E como a revista Pantera Negra reforçou ou combateu essas representações negativas?

Segundo Oliva, os gregos e os romanos denominaram a África de Etiópia durante a Antiguidade, região na qual era habitada por *ethiops*, termo traduzido por Difúila como “terra dos homens de pele negra”. Os europeus, desde os tempos mais antigos, associaram as suas perspectivas acerca do continente africano às características físicas de sua população. Como exemplo, vale destacar as concepções de Heródoto e Cláudio Ptolomeu. Enquanto o primeiro apresentava um olhar menos crítico em relação aos africanos e seu continente, o segundo se limitou a comentar sobre o clima da região. Em outras palavras, apesar de considerar os etíopes *trogoditas*, Heródoto destacou beleza na população e a riqueza existente na Etiópia, ao passo que Ptolomeu afirmou a existência de um calor insuportável abaixo da região do Saara (OLIVA, 2003).

No período medieval, as concepções a respeito da África e de seus habitantes ganharam um discurso preconceituoso baseado em interpretações religiosas cristãs. Segundo a crença da época, os africanos eram

descendentes de Cam, o filho mais novo de Noé. Conta à narrativa bíblica que um dia o patriarca do dilúvio embebedou-se ficando nu e sem consciência em sua tenda. Cam encontrando o pai naquela situação, resolveu humilhá-lo. Dessa forma, o filho mais novo chamou os irmãos Sem e Jafet para observar o pai embriagado. Os irmãos, não concordando com aquela ação vexatória, cobriram o progenitor e saíram da barraca. No outro dia Noé enfurecido pela atitude de Cam e impossibilitado de castigar o filho, pois ele era abençoado por Deus, castigou o neto Canaã amaldiçoando e afirmando que a sua descendência serviria as descendências dos tios Sem e Jafet. Segundo esse mito judaico, que posteriormente foi ressignificado pela cultura medieval cristã, o amaldiçoado Canaã habitou a África dando origem a sua população (FLORES, 2006).

Analisando as representações construídas historicamente por europeus sobre o continente africano e sua população, Joseph Ki-Zerbo expõe:

Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro (KI-ZERBO, 2010, p. 32).

O discurso de Ki-Zerbo, elaborado como introdução da coleção História Geral da África, advoga, principalmente, em favor da reescrita de história da África e, conseqüentemente, dos africanos. Tal proposta é justificada pelo longo processo de interpretação histórico equivocado e eurocêntrico, inclusive por grandes filósofos como Georg Wilhelm Friedrich Hegel:

(...) a África propriamente dita, tão longe quanto a história registra, conservou-se fechada, sem laços com o resto do mundo; é a terra do ouro, debruçada sobre si mesma, terra da infância que além do surgimento da história consciente, está envolvida na cor negra da noite. [...] O que caracteriza os negros, é precisamente o fato de que sua consciência não tenha ainda chegado à intuição de nenhuma objetividade firme, como por exemplo Deus, a Lei, onde o homem se sustentasse na sua vontade, possibilitando assim a intuição do seu ser... Como já dito, o negro representa o homem natural, em toda sua selvageria e sua petulância; é preciso fazer abstração de qualquer respeito e qualquer moralidade, do que se chama sentimento, se se deseja de fato; não se pode encontrar nada nesse caráter que possa lembrar o homem (SOMET, 2016, p. 83).

Segundo Munanga, Hegel simplesmente negou a capacidade das diversas sociedades africanas de produzirem história. Para o filósofo alemão, o tempo histórico na África é permanente e próximo ao mundo natural. Essa postura filosófica e histórica, proveniente do século XIX e XX, partia do entendimento de que somente as sociedades detentoras da capacidade de escrita seriam capazes de desenvolver a história porque conseguiriam deixar registros escritos sobre o passado. O pensamento historicista, juntamente com o positivista, colocava a escrita como fonte essencial para conhecimento do passado¹⁹, pois as maiorias das populações africanas não desenvolveram esse método de comunicação sendo sentenciadas pelos europeus como a-históricas. (MUNANGA, 2015).

Existem dois motivos para Hegel e os historiadores do século XIX compreenderem de forma limitada a história da África e, conseqüentemente,

19 As escolas historiográficas do século XIX, o historicismo e o positivismo tinham como principal tema de sua pesquisa a história política, portanto, os documentos escritos possuíam um valor fundamental para o desenvolvimento do campo científico. O historicismo ligado ao pensamento de Leopold Von Ranke preocupava-se em fazer uma história individualizante, ou seja, a análise da constituição de cada povo até a formação do estado nacional. Diametralmente oposta ao historicismo a corrente historiográfica do positivismo buscava realizar um projeto universal, sendo que a concepção de progresso estaria na raiz da interpretação dos fatos e dos rumos históricos da humanidade. BARROS, José Costa D'Assunção. *Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico*. Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 977- 1005, set.-dez./2013.

das diversas populações existentes na região. O paradigma historiográfico do período somado a incapacidade de compreender que as permanências sociais, culturais, políticas, religiosas e outras também fazem parte da história.

O paradigma historiográfico dominante no XIX de certa forma demonstrava a incapacidade dos pesquisadores do período em reconhecer outras formas de objetos de pesquisa e, como a comunicação e as narrativas nas sociedades africanas eram transmitidas de maneira oral, os historiadores daquela época acabavam negando a história africana anterior à chegada dos europeus. A emergência da Escola dos Annales e da histórico-dialética nas primeiras décadas do século XX põe em cheque tal paradigma²⁰.

O entendimento criado por Hegel e outros pensadores do século XIX e início do XX sofreu contestação dentro do mundo acadêmico proporcionando novas narrativas sobre a África. Segundo o historiador Albert Adu Boahen, a invasão europeia do continente permitiu, com o tempo, a formação de uma nova elite intelectual e burguesa africana. Essa elite era resultado direto da intervenção colonialista através de escolas e de infraestruturas econômicas como comércios, indústrias e administração estatal. Enfim, os próprios europeus, de maneira indireta, estimularam a criação de uma consciência nacionalista de oposição à dominação estrangeira nos mais diversos povos abaixo do Saara. Contudo, o movimento teve peso de ação a partir de 1935, quando os italianos invadiram a Etiópia. A partir desse momento os intelectuais africanos concluíram a ameaça real no qual o colonialismo colocava os diversos povos africanos e a necessidade em ir vê-lo nos diversos níveis (BOAHEN, 2010).

20 Os Annales, em conjunto com a corrente historiográfica marxista no início do século XX, deram início a uma nova concepção para o campo de estudo da história. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, essas duas concepções carregavam consigo características semelhantes e simultaneamente novas para esse campo de pesquisa. Nesse sentido Cardoso apontou as seguintes particularidades: explicações estruturantes e globais sobre os fenômenos históricos; respeito às especificidades históricas de cada época; aceitação da inexistência de fronteiras estreitas entre as ciências humanas; mudança no juízo de tempo, pois a história serviria para explicar o presente e não mais o passado, tal ideia foi denominada por história-problema pela corrente dos Annales. CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.18-25.

Depois do processo de libertação das colônias africanas, a partir da década de 1950 em diante surge um momento sem igual para que os africanos pudessem reconstruir e ressignificar sua história seguindo princípios de valores locais como negritude e pan-africanismo²¹.

No intento de estabelecer uma leitura histórica própria da África sem as máculas do colonialismo europeu, os intelectuais africanos desse período produziram uma quantidade significativa de pesquisas que reestruturavam a narrativa histórica a respeito das populações do continente. A grande intenção era de valorizar ao máximo possível os fatos históricos e culturais da África confrontando-os principalmente em com relação aos da Europa. Conforme o historiador Carlos Lopes, essa geração foi composta pelos seguintes pesquisadores: Ki-Zerbo, A. Ajay, B. Ogot, T. Obenga, Tamir Niane e Cheik Anta Diop.

Essa geração produziu uma narrativa diferente em relação ao passado, mas que principalmente procurava estabelecer uma história para o

21 Segundo o historiador Gustavo de Andrade Durão, o termo negritude foi criado na década de 1930 por intelectuais ligados a literatura como Leopold Sédar Senghor (Senegal), Aimé Césaire (Martinica) e Leon-Gontran Damas (Guiana), no período em que esse grupo estava na França, para formação de seus estudos. Esses, então estudantes universitários buscavam entender as características identitárias do negro. Em 1964, Senghor descreveu esse conceito como “uma espécie de calor humano que significa a presença de vida. Tal força liga ao indivíduo a mãe-terra”. Esse conceito descrito por Senghor foi interpretado por Valetin Yves Mudibe como esvaziamento da experiência de ser negro. Em 1971, inspirado pelo poeta Aime Césaire, Leopold Sédar Senghor define negritude como o simples conhecimento de ser negro, de nossa história e de nossa cultura. Gustavo de Andrade Durão afirma que essa expressão elevou a ideia de negritude ao plano de luta política e resistência ao imperialismo. DURÃO, Gustavo de Andrade. *Negritude, construção e contestação do pensamento político. Intelectual Leopold Senghor*. In: MACEDO, José Rivair. *O pensamento africano no século XX*. 1. ed, São Paulo: Outras Expressões. 2016. p. 23-51.

O Pan-Africanismo foi uma corrente política que organizou a luta dos povos africanos contra a invasão colonial europeia. Esse fenômeno histórico passou por 4 fases, ou gerações, segundo o historiador Mathias Inácio Scherer, sendo a primeira liderada por Henry Sylvester, que defendia a luta contra todas as formas de exploração do homem negro. Na segunda geração, o movimento lutou por igualdade, concepção defendida por W. E. B. Bois. Nas terceira e quarta gerações, entre os anos de 1940 a 1960, houve a união contra a dominação europeia e resistência ao Neocolonialismo que, segundo Kwame Nkrumah, seria o último estágio do Imperialismo na qual o estado europeu poderia governar a África através de suas empresas. Para Nkrumah seria necessário criar um desenvolvimento próprio interno dos países africanos contra a intervenção europeia, estadunidense e soviética. SCHERER, Mathias Inacio Kwane Nkruma, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair. *O pensamento africano no século XX*. 1. ed, São Paulo: Outras Expressões. 2016. p.143-166. Para saber mais sobre esse tema recomendamos: PAIM, Marcos. *Pan-africanismo: tendências políticas*, Nkrumah e a crítica do livro *Na Casa De Meu Pai*. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano VII, N.º XIII, Julho/2014.

futuro. O exemplo disso foi o livro de Joseph Ki-Zerbo intitulado a *História da África Negra: de ontem ao Amanhã* (1972). Os historiadores desse segmento romperam com as visões antigas e proporcionaram outras, dentre elas: constituíram heróis; reivindicaram o Egito como civilização africana e negra por excelência; criaram a concepção da qual, no período pré-colonial, não existiam conflitos de classes e poder no continente; e que os egípcios influenciaram na criação da filosofia greco-romana. Essa mesma geração obteve da UNESCO um patrocínio para escrever a História Geral da África (LOPES, 1995). Contudo, Lopes não deixou de tecer uma crítica sobre essa historiográfica na qual qualificou de pirâmide invertida.

Segundo Carlos Lopes, no ímpeto de promover uma nova história para o continente, esses intelectuais cometeram um desacerto no paradigma que estavam construindo, pois acabaram invertendo as concepções históricas; fato que Lopes denominou de pirâmide invertida, ou seja, a geração de Ki-Zerbo e Ckeik Anta Diop perpetrou o mesmo olhar crítico e reducionista dos europeus em relação às outras civilizações. Ao construir uma história que supervalorizava os feitos das civilizações africanas, os historiadores africanos assumiram de certa forma o papel do colonizador Europeu. Nessa situação, o dominado incidia a pensar e agir como o dominador. Seria uma espécie de afrocentrismo.

Se os cronistas e historiadores desde a época de Heródoto observaram a África e os africanos com olhares turvos e estereotipados, na atualidade, essas concepções pouco foram alteradas no meio social brasileiro graças, grande parte, à cobertura da grande mídia internacional e produção cinematográfica. O historiador Anderson Oliva, comentando acerca das imagens produzidas sobre o continente nas décadas finais do século XX aponta:

Neste mesmo período os meios de comunicação social começaram a ser bombardeados por imagens dos “flagelos” africanos, principalmente dos conflitos, da miséria e das epidemias. As ondas de fome na Etiópia na década de 1980, a longa guerra civil angolana, os golpes de Estado sucessivos em algumas partes do continente, o fim do

apartheid, as epidemias de Aids e malária, o descontrole governamental, a desorganização geral, a corrupção, os massacres de Serra Leoa e os genocídios em Ruanda e no Sudão, ganharam frequentemente destaque nas páginas de jornais e revistas, nas telas da televisão e nas produções cinematográficas. A partir desse contexto seria interessante perguntarmos que imagens os brasileiros contemporâneos geram e carregam sobre a África e suas populações (OLIVA, 2009, p. 12).

Na reflexão acima, o historiador explicita a reprodução de imagens do continente de maneira caótica e conturbada pela mídia internacional e brasileira. O que foi transmitido não foi mentira ou enganação, contudo, de maneira intencional ou não, as reportagens mais vinculadas na grande imprensa da época eram de uma região devastada. Muitas vezes sem intenção, os jornalistas propiciaram a difusão de um estereótipo antigo e negativo da vida africana estabelecendo conexões com representações colonialistas do século XIX, nas quais as populações africanas eram incivilizadas e precisavam da ajuda estrangeira para a criação de paz e prosperidade na região.

Com relação às imagens pré-concebidas, vale recordar o que Burke diz: “o estereótipo pode não ser completamente falso, mas frequentemente exagera alguns traços da realidade e omite outros.” (BURKE, 2004). As representações conturbadas de uma terra devastada não são exclusivas da mídia internacional, o cinema hollywoodiano – indiretamente ou diretamente – muito fez para cristalizar tais conceitos estéticos. Na grande gama de filmes ficcionais e não ficcionais produzidos com narrativas ligadas ao continente africano os diretores deixaram características indelévels de um território em permanente conflito e caos humanitário. São exemplos desses filmes: *Falcão Negro em Perigo* (2002), *Lágrimas do Sol* (2003), *A intérprete* (2005) e *Senhor das Armas* (2005) (MELO, 2011).

Não se pode enxergar que esses filmes são costurados intencionalmente para detratar a África e sua população. Geralmente a intenção do longa-metragem, ao tratar das questões do continente, é de denúncia contra aspectos de uma realidade cruel e mortífera para parte da população

africana. O longa *Diamante de Sangue* (2006), estrelado por Leonardo Di Caprio, trata de como o tráfico de diamantes entre o Serra Leoa e Inglaterra financiava a guerra civil no país, colocando em visibilidade a vida difícil nos campos de refugiados, a brutalidade dos guerrilheiros, a existência da escravidão no interior e os descasos das grandes nações do mundo com o pequeno país africano. Essa é uma obra crítica sobre a política do mundo contemporâneo, todavia, segue aspectos de um paradigma colonialista. Ajuizando o contexto intelectual existente por detrás desses filmes, Marcos Melo revela:

(...) como dito anteriormente, a renovação das representações colonialistas do continente africano. Nesse caso, temos a justificativa para a presença de soldados, em outros são missionários, jornalistas ou médicos, mas em todos fica clara a necessidade de ajuda estrangeira por parte da África, ou a necessidade de se escapar dela para se superar os problemas, uma vez que a “África não tem jeito” um dos estereótipos mais difundidos sobre aquele continente (MELO, 2011, p. 12).

Retornando ao filme *Diamante de Sangue*, Leonardo Di Caprio é Dany Acher, um ex-soldado, traficante de diamantes e embusteiro profissional movido em ajudar Solomon Vandy, vivido pelo ator Djimon Hounsou, a encontrar o filho e uma grande pedra de diamante no qual o serra-leonino achou quando estava numa mina de extração de diamante trabalhando como escravo para as Forças Revolucionárias Unidas (FRU). A princípio, Dany Acher deseja roubar o diamante de Vandy e fugir da África, que, segundo o personagem principal, é uma região condenada. Conforme os minutos vão passando Acher torna-se amigo de Vandy e, com o tempo, assume uma postura de lealdade e compreensão do sofrimento do colega. Aparentemente é mais uma história triste de guerra na África, porém, Dany Acher é um soldado sul-africano branco que se coloca na posição para ajudar o homem negro e usa de todos os seus recursos e contatos, inclusive na Europa com o objetivo de salvar Vandy e sua família. Outra situação presente no filme é o ambiente de constante

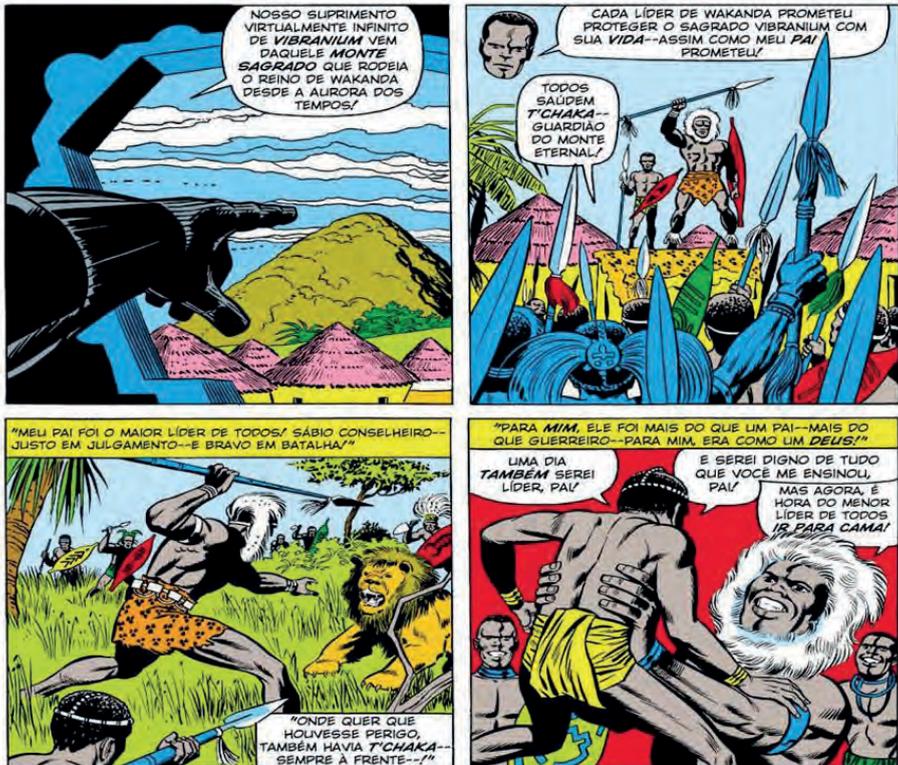
tensão: em qualquer momento alguém pode ser baleado pelas forças militares ou revolucionárias existentes no país, já que Serra Leoa está destruída pela guerra com o caos reinando em absoluto.

Na conclusão do filme ficam implícitas as seguintes ideias: Solomon Vandy e sua família só foram salvos graças a um homem branco; o conflito em Serra Leoa só chegaria ao fim com a intervenção estrangeira europeia. Expondo de maneira clara, o branco salva o negro e a civilização europeia salva a África.

Na revista em quadrinhos do Pantera Negra as concepções da África são diferentes daquelas expostas em sua maioria pelos meios de comunicação e filmes ao longo do século XX e início do XXI. Desde o primeiro episódio publicado sobre o Pantera Negra em 1966, ainda dentro do título do Quarteto Fantástico, fica latente outra exposição a respeito da África. Wakanda é desenhada e descrita como reino rico, pacífico e estável. O rei é amado por todos sendo o principal vetor da transformação material e tecnológica do país. Stan Lee e Jack Kirby possibilitaram para as crianças estadunidenses uma nova forma de pensar o continente africano a partir de Wakanda.

Embora publicar sobre um super-herói negro africano na década de 1960 pudesse ser compreensível à luz das questões de identidade e representação afro-americana, não é possível deixar de destacar que partes das consciências históricas de Stan Lee e Jack Kirby ainda estavam presas às concepções colonialistas do século XIX. Nesse caso é mais um deslize do que realmente uma ação objetiva para expor o continente africano como inferior ou algo parecido. Quando o vilão Ulysses Klaw invade Wakanda, a região contava com a composição de moradias rudimentares feitas de madeiras e palhas, homens que usavam lanças e escudos como instrumentos de guerra e caça. Aparentemente os wakandanos viviam uma continuidade histórica, não tinham superado a fase inicial da história universal tal como Hegel havia apontado para história da África. Contudo, essa singularidade perde relevância se for levado em consideração à ambição que um projeto dessa natureza objetivava na época.

Ilustração 7 - Wakanda nos tempos de T'Chaka



Fonte: Fantastic Four. New York: Marvel Comics, n. 53, august 1966. (Tradução Livre).p.6.

Em contrapartida, a narrativa criada em 2005 por Reginald Hudlin e Jhon Romita Junior permitiu ao leitor a compreensão histórica do processo de formação de Wakanda, no qual o reino desenvolveu-se por uma dinâmica própria e interna. No início do primeiro episódio da HQ, *Quem é o Pantera Negra?*, São contadas duas historietas de tentativas de invasão de Wakanda, uma no século V d.C. e outra no século XIX. Nos dois momentos fica evidente a supremacia técnico-militar dos wakandanos em relação aos invasores e outros povos do planeta. No ataque ao reino africano no século XIX, liderado por um mercenário belga, uma das armas utilizadas para resistir à agressão foi um robô. Tudo que tinha sido criado em Wakanda era resultado do próprio esforço intelectual e físico de sua população.

Ao posicionar os wakandanos como responsáveis diretos das transformações científicas, tecnológicas, sociais, políticas e, portanto, históricas, Stan Lee e Reginald Hudlin, em momentos díspares, inverteram a lógica do discurso colonialista no qual traduzia a África e os povos africanos sem história e com capacidade de produção material inferior ou insignificante em relação à Europa.

Nessa versão de 2005, Wakanda é descrito como o país mais desenvolvido do mundo. Acreditamos que essa concepção ficcional possa ser trabalhada em sala de aula traçando paralelos com a história, pois houve civilizações com profundos conhecimentos arquitetônicos, metalúrgicos, medicinais, navais, artísticos e filosóficos na África durante toda sua história; povos que, em determinados períodos, tiveram maiores produções materiais e culturais em relação aos europeus e populações de outras regiões do planeta.²²

Obviamente, a intenção de fazer esse paralelo não é para inferiorizar nenhuma outra civilização invertendo a “pirâmide” mas, sim, de evidenciar a capacidade inventiva de diversas sociedades africanas, sendo criadoras de grandes civilizações e de reinados a exemplo da sociedade egípcia, Impérios do Mali, Songhai e reinos do Gana e Axum.

22 Sobre as diferentes civilizações africanas ao longo da história, recomendamos a leitura do já clássico “A enxada e a lança” de Alberto da Costa e Silva. Na obra especificamente mobilizando vasta bibliografia e base documental, o autor discorre sobre o Axum, Mali, povos lorubás e várias outras civilizações. Ver SILVA, Alberto da Costa. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Ilustração 8 e 9 – Um encontro inesperado

Ilustração 8



Ilustração 9



Fonte: Black Panther. New York: Marvel Comics, n.1, abril 2005. (Tradução livre) sem numeração de página.

As ilustrações 8 e 9 revelam a chegada de mercenários ou conquistadores no território do rei Pantera Negra. Segundo a narrativa, esses invasores eram de origem belga e já tinham passado por campanha vitoriosa na África do Sul. O líder do grupo, bisavô de Ulysses Klaw (nesta versão) agia com total arrogância e desprezo pelos povos africanos. Atitude essa que levou à morte dele e de parte de seus homens quando entraram em conflito com os wakandanos. O pequeno extrato da narrativa permite uma inferência ao Imperialismo do século XIX. De fato, esse tema histórico ocupa parte do enredo do Pantera Negra desde 1966. Em suma, a próxima parte do capítulo será dedicada à reflexão da perspectiva que os escritores Stan Lee e Reginald Hudlin construíram suas interpretações acerca do referido tema histórico.

As inter-relações entre o Imperialismo e a Revista do Pantera Negra

O fenômeno histórico chamado de imperialismo ou de neocolonialismo surgiu após o terceiro quartel do século XIX e teve presença marcada no mundo até aproximadamente entre as décadas de 1960 a 1970. As consequências desse fenômeno são marcas presentes em quase todos os países que sofreram tais dominações. O conceito de neocolonialismo é devido à situação de ser a segunda colonização das potências europeias, porém, no século XIX, as áreas colonizadas eram outras a exemplo da África e da Ásia. Os países que lideraram essa colonização eram a Inglaterra e França em conjunto com as suas elites financeiras e industriais.²³

Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos, as invasões das potências imperialistas industrializadas realizadas em regiões afastadas dos grandes centros econômicos com estados considerados fracos,²⁴ ou sem governos administrativos convencionais aos moldes ocidentais no final do século XIX, podem ser interpretadas como:

(...) o momento do surgimento do Capitalismo monopolista, em que a livre concorrência entre diferentes empresas gerou concentração da produção nas mãos das mais bem-sucedidas, levando à formação de monopólio. Rapidamente, os bancos passaram a dominar o mercado financeiro, exportando capital, influenciando as decisões de seus Estados e impelindo-os para a busca de novos mercados (SILVA, p. 218, 2010).

A política imperialista do século XIX atendia as exigências de um setor econômico capitalista, o industrial-financeiro. Tal tese foi desenvolvida por Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lênin, líder da Revolução Russa Bolchevique

23 A primeira fase do colonialismo europeu aconteceu entre século XV e início do século XIX. O continente americano foi a região colonizada. Nesse período, as potências ibéricas estavam a frente da colonização, diferente do que ocorreu no século XIX, quando a Inglaterra e a França já tinham superados Portugal e Espanha. Os ingleses e franceses destinavam os seus recursos para a conquista de outras regiões do globo terrestre com intuito de responder às necessidades de suas indústrias.

24 Fracos no sentido de não conseguir resistir politicamente e militarmente à apropriação de seus territórios.

de 1917. Lênin percebeu como o capital financeiro deixou de ser financiador da indústria para se tornar parte integradora da mesma. No período em que escreveu observou a fusão do capital financeiro com o capital industrial. Essa ação criou grandes conglomerados econômicos com a capacidade de eliminar as concorrências internas dentro de um país e de influenciar as ações políticas e militares pelo mundo.

Para continuar expandindo os lucros, os capitalistas do século XIX, além de promoverem a integração do setor financeiro e industrial, estabeleceram uma aliança com o estado para a expansão imperialista. O principal objetivo era alocar recursos excedentes em outros territórios com intuito de conquistar fontes de recursos naturais e mão de obra. Essa estratégia econômica das grandes nações do mundo capitalista criou uma rivalidade intensa entre os países que buscavam novas regiões para exploração. A respeito de alocações de recursos em outras regiões conseguidas pelas potências industriais, Lênin explica numa perspectiva econômica que:

No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados.

(...)

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados (LÊNIN, 2011, p. 180-181).

Naquele contexto era inevitável a expansão econômica e militar das grandes nações, levando em consideração o fato de o sistema capitalista ser operado pelo ímpeto de busca crescente de lucros. Nessa lógica,

as regiões que se transformaram em palco dessa expansão abrangeram desde territórios na África, Ásia, Oceania, América Central, até às Ilhas do Pacífico (HOBSBAWM, 1998).

O historiador Eric Hobsbawm justificou, por meio de uma análise econômica e política, que a expansão territorial imperialista das grandes potências industrializadas no final do século XIX aconteceu devido à imposição de políticas protecionistas por parte das mesmas nações. Entre os anos de 1873 a 1896 houve uma crise no sistema capitalista mundial devido à deflação dos preços de produtos agrícolas e industrializados. Como forma de superação dessa conjuntura os grandes empresários e governos reagiram utilizando-se de protecionismos e monopólios de mercados. Essas medidas denotaram fim da era do liberalismo. A criação de monopólios como cartéis, trustes e *holdings* comportaram a superação da crise e, ao mesmo tempo, a expansão do sistema capitalista pelo mundo. Esses mesmos monopólios em conjunto de políticas protecionistas foram os reais fatores que impulsionaram a expansão territorial dos países industrializados para regiões subdesenvolvidas (HOBSBAWM, 1998).

Hobsbawm acrescenta mais motivos que estimularam a expansão imperialista: inovações tecnológicas; a introdução do taylorismo como lógica racional da administração das fábricas; a economia em expansão inclusive para as zonas remotas do globo; busca por matérias-primas desde carvão, ferro, petróleo, borracha e outros produtos primários que seriam transformados pelas indústrias dos países desenvolvidos; crescimento do consumo de massa nos países mais industrializados; procura de novos mercados consumidores. Segundo Hobsbawm (1995) (...) neste sentido, o novo imperialismo, foi subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880. (HOBSBAWM, 1998).

Segundo o historiador Albert Adu Boahen, no caso específico do continente africano entre os anos 1880 a 1910, a instalação de um sistema colonial europeu incidiu de maneira dramática e intensa. Apesar de vários séculos de presença europeia na África, os invasores não haviam

ultrapassado as fronteiras litorâneas. De acordo com o autor, “Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados.” (BOHEN, 2010).

Boahen ainda esclarece que a política africana não estava preparada para combater a tecnologia produzida na Europa pela Revolução Industrial: o barco a vapor, a estrada de ferro, o telégrafo e a primeira metralhadora Maxim. Todas essas tecnologias foram usadas para invadir os territórios africanos. O historiador ainda afirma que os reinos e povos do continente acreditavam serem capazes de repelir a dominação estrangeira como vinham fazendo a mais de dois séculos (BOAHEN, 2010). O gráfico abaixo representa a intensidade frenética de expansão do imperialismo no último quartel do século XIX:

Tabela 1 – Porcentagem de território pertencente as potências coloniais europeias e aos Estados Unidos

	1876	1900	Diferenças
Na África	10,8%	90,4%	79,6%
Na Polinésia	56,8%	98,9%	42,1%
Na Ásia	51,5%	56,6%	5,1%
Na Austrália	100,0%	100,0%	-
Na América	27,5%	27,2%	0,30%

Fonte: LÊNIN, Vladimir, Ilitch. O Imperialismo e a etapa superior do capitalismo/Vladimir Ilitch Lênin; Plínio de Arruda Sampaio. Campinas, SP. FE/UNICAMP, 2011, p. 200.

Dessa forma, o imperialismo é entendido como uma fase do sistema capitalista na qual o monopólio econômico e estatal forçou a expansão territorial das grandes potências econômicas por diversas regiões do mundo. A intensificação desse processo acontece nos últimos 25 anos do século XIX e tiveram os seguintes países na frente dessa expansão: Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e posteriormente Rússia e Japão. O principal motivador da dominação territorial foram as medidas de controle de mercado. Nesse sentido, cada país queria manter uma zona de exploração de recursos naturais e também de comércio de seus produtos industrializados.

Ressaltamos a nossa intenção de compreendê-la à luz dessa fase do imperialismo do século XIX e início do XX, quando as potências europeias orientadas pelas suas oligarquias burguesas expandiram as fronteiras dos seus respectivos países. Especificamente, as ilustrações 1 a 4 (presentes neste livro) da revista do Quarteto Fantástico, de 1966, retratam as ações criminosas de Ulysses Klaw no reino de Wakanda. Nelas os editores evocaram um simbolismo a respeito das relações históricas políticas de poder entre a sociedade europeia e africana a partir do último quartel do século XIX. Klaw simplesmente deseja o *vibranium*, o recurso natural existente no país fictício. O super-vilão, junto com os seus capangas, executaram o rei T'Chaka, mataram vários wakandanos e destruíram parte da vila que abrigava moradores. Apesar de Klaw, nesse enredo, ser um sul-africano, ele encarna o espírito do branco europeu que invadiu a África e outras regiões do mundo a procura de matérias-primas. A supremacia tecnológica do invasor é evidenciada, pois os wakandanos não tinham artificios bélicos que pudessem fazer frente ao poderio militar agressor.

Em 2005, quando Reginald Hudlin inicia sua história sobre o Pantera Negra, coloca em destaque as questões sobre África e o imperialismo de forma consciente. Na história em quadrinhos, ao atacar Wakanda no século XIX, o bisavô de Klaw, um homem de origem belga, objetivava conquistar o território, o que o coloca na posição do invasor europeu. O *vibranium* encarna a ideia de riqueza natural africana da qual os europeus invadiram a região para dominar.

Wakanda em Metáforas

Ilustração 10 - Coroação de T'Challa



Fonte: Black Panther. New York: Marvel Comics, n. 3, abril 2005. (Tradução livre).
Sem numeração de página.

A ilustração 10 faz referência a coroação de T'Chala. O evento aconteceu na terceira revista da saga *Quem é o Pantera Negra?* O interessante de observar no desenho é a forma como a capital do reino de Wakanda foi retratada pelo ilustrador Jhon Romita Junior. Birnin Zana, a capital, tem entre suas características a urbanização, industrialização e organização. Em suma, representa o esplendor de uma civilização complexa e desenvolvida. A concepção de um país rico e avançado tecnologicamente acompanha a história da HQ desde a sua primeira publicação. Justamente foi a capacidade tecnológica e bélica que evitaram a conquista do reino por outros povos africanos ou europeus ao longo da narrativa.

Um último paralelo entre a HQ Pantera Negra e a História da África pode ser realizado através de as similaridades entre Wakanda e a Etiópia.²⁵ Durante o imperialismo, dois países africanos conseguiram manter sua

25 Antecedendo qualquer enunciado, as reflexões daqui em diante foram baseadas, em sua grande maioria, no capítulo intitulado *Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos*, escrito por Monday B. Akpan, presente no livro *História Geral da África*, volume VII.

independência, a Libéria e a Etiópia, que resistiram de maneira feroz à intenção de conquista dos invasores.

A Libéria teve sua fundação em 1822 através de uma empresa colonizadora chamada de *American Colonization Society*. A função desse grupo empresarial era de levar afro-americanos, ex-escravos, fugitivos e africanos recapturados pela marinha estadunidense para esse território do continente. O principal objetivo era formar uma região da qual essas pessoas não sofressem com a escravidão nos EUA. Em 1847, a população liberiana conseguiu a sua liberdade em relação à *American Colonization Society* formando uma república presidencialista aos moldes estadunidenses.

Para garantir sua liberdade, o país negociou o seu território permitindo a redução do mesmo em favor das nações europeias, por várias vezes quando as relações entre a Libéria e a Europa tornaram-se insustentáveis o governo liberiano solicitou ajuda dos Estados Unidos que, em muitas vezes, atuou protegendo os interesses internos do país africanos, de certa forma a Libéria foi uma espécie de protetorado estadunidense. Segundo Monday B. Akpan, o país, no mínimo, era dividido em dois grupos: os americanos-liberianos (língua inglesa, cristianismo, cultura ocidental e monogamia) e as populações locais (línguas nativas, islamismo, cultura nativa, casamento poligâmico). Havia somente dois partidos políticos: Os Republicanos, que representavam os colonos mulatos e *True Wungs*, compostos por colonos negros; e nativos (na região costeira viviam os *Vai*, os *Dei*, os *Basa*, os *Kru* e os *Grebo*; e no interior os *Gola*, *Kissi*, *Bandi*, *Kpele*, *Loma* e *Mandinga*). Mais um fator de instabilidade que está relacionado aos ataques e assédios das potências europeias ao território da Libéria. Para garantir sua liberdade, o país negociou o seu território permitindo a redução do mesmo em favor das nações europeias, quando as situações degradingolaram, o governo liberiano solicitou ajuda dos Estados Unidos que, em muitas vezes, atuou como uma espécie de protetorado. As relações internacionais da Etiópia com os países europeus, por outro lado, foram marcadas pela resistência e guerras. Talvez por isso a metáfora entre Wakanda e Etiópia seja mais evidente. Os etíopes sob o comando de seus monarcas conseguiram derrotar vários invasores a partir dos meados do século XIX, povos como egípcios, sudaneses e italianos. O imperador

etíope tinha fortes ligações religiosas com o cristianismo ortodoxo, na época acreditavam que o imperador descendia diretamente de Salomão.

Antes de eclodir a guerra com a Itália, o imperador Manelik II expôs o seguinte pensamento: “A Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus”. A religião etíope teve um papel fundamental na resistência contra os estrangeiros, tanto o imperador quanto a população etíope acreditavam na providência divina, (AKPAN, 2010).

Dois aspectos foram fundamentais para a resistência do povo etíope: a capacidade de organização militar e a modernização do país. A disponibilidade de recursos bélicos modernos importados dos russos e franceses foi indispensável para vitória contra os italianos. O imperador Manelik II estimulou a modernização de seu país; fundou uma nova capital, a cidade de Adis Abeba; mandou construir infraestruturas como escolas, hospitais, bancos, hotéis e ferrovias. O dirigente do país soube aproveitar os conhecimentos científicos e tecnológicos dos europeus para manter a liberdade de seu povo.

Após a vitória na Batalha de Adowa, em 1896, o Imperador Manelik II provou para o mundo a capacidade que a Etiópia possuía de se defender. O monarca, junto do seu exército, conseguiu afastar os intentos dos italianos ao tentarem invadir a Etiópia. O resultado político dessa vitória para o país africano foi importante, pois o imperador e sua população desfrutaram de prestígio no cenário internacional.

Em suma, uma capital moderna, um país do qual os europeus e outros povos africanos não conseguiram dominar, a disposição de luta criada por uma espécie de ímpeto nacionalista fortalecido pelas perspectivas religiosas, um líder capaz de defender seu povo são as possíveis metáforas existentes entre Etiópia e Wakanda ou entre Menelik II e T'Challa, que nos permitem visualizar o potencial da HQ Pantera Negra no ensino e aprendizagem da história e cultura da África.

Expandir o horizonte a respeito da história e cultura do continente africano é uma missão muito significativa para os tempos atuais. Ainda se faz necessário superar várias visões estereotipadas ao longo da história da humanidade sobre a África e suas diversas populações. O caminho

escolhido, através da Revista do Pantera Negra, tem relação com a importância contemporânea e histórica que esse personagem possui na luta pela representatividade e identidade dos povos africanos e afrodescendentes.

É certo que, as produções de pesquisas universitárias dentro desse campo temático da cultura e história afro-brasileira e africana cresceram muito nos últimos anos. Porém, a área de pesquisa é muito rica e vasta e, ainda sofre para concretizar a sua inserção no Ensino Básico. Então, esse estudo, de maneira humilde, aponta um possível caminho nesse sentido.

No início do texto foi feita a seguinte pergunta: como realizar o processo de ensino e aprendizagem a respeito da história da África através da Revista do Pantera Negra para as turmas do Ensino Médio? Uma das possíveis respostas para essa questão consistiu na produção de um guia didático intitulado na seguinte configuração: *Conhecendo a História da África com o HQ Pantera Negra*. Esse guia foi projetado numa linguagem de história em quadrinhos com a intenção de cativar professores e estudantes. Nele, a própria história do Pantera Negra e de seu universo ficcional apresenta a históriada África.

São quatro capítulos que adotaram os debates produzidos no terceiro capítulo desse livro. Ao final de cada assunto existe uma série de atividades das quais os estudantes podem fazer com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos históricos a respeito do continente africano. De certa forma, esse material foi estruturado na concepção de garantir uma autonomia para o docente que queira utilizá-lo. Sendo assim, não existe uma obrigação em seguir toda a narrativa do guia. O docente pode fazer o recorte conforme o tema de cada capítulo.

A tarefa desse guia foi de demonstrar para o leitor estudante as proximidades das histórias do Pantera Negra com os eventos históricos da África. Pode-se dizer ainda que a linha de pensamento e pesquisa desenvolvida pretendia entender como os escritores e produtores absorveram os eventos históricos do continente e transformaram em narrativas ficcionais.

A grande intenção ao produzir esse material didático tem vinculações com a ideia de apresentar a história da África sem estereótipos ou paradigmas desqualificadores. Não existe a finalidade de transformá-la

numa narrativa épica de um povo desbravador e conquistador, ou seja, de criar narrações afrocentradas. A ideia principal é apresentar as diferentes histórias dos povos africanos em suas particularidades, pois cada povo tem uma marca indelével de sua cultura e feitos, porém, universal por se tratar de uma história que deveria interessar a todos.

REFERÊNCIAS

- AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. *In: BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935– 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.*
- BARROS, José Costa D´Assunção. *Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico.* Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.3, p. 977-1005, set.-dez./2013.
- BERTOLINO, Matheus. *Das HQs à imaginação histórica: reflexão para o ensino de história.* Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. *In: BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. – 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-20.*
- BOBBIO, Norberto, 1909. *Dicionário de política I Norberto Bobbio*, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varrialeet ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. ed., 1998. p. 1505 e 1506.
- BONIFÁCIO, Selma de Fátima; CERRI, L. F. História em Quadrinhos: Conhecimento Histórico e Comunicação de Massa no Espaço Escolar. *In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina.*
- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- Cerezer, Osvaldo Marioto. Ensinar história afro-brasileira e indígena no século XXI: a diversidade em debate. *In: Ações políticas internacionais e nacionais de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às ações correlatas.* 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.* Tempo [online]. 2007, v.12, n. 23, p. 100-122. ISSN 1980-542X. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>. p.112.
- DURÃO, Gustavo de Andrade. Negritude, construção e contestação do pensamento político. Intelectual Leopold Senghor. *In: MACEDO, José Rivair. O pensamento africano no século XX.* 1ªed, São Paulo: Outras Expressões. 2016. p. 23-51.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, E. C. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Sæculum – Revista de História*, n. 16, 30 jun. 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *A História na Educação brasileira*. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 2000. p. 19.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e Exaltar a pátria ou formar o cidadão. *In: História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 46.

FRONZA, Marcelo. *O significado das Histórias em Quadrinhos na Educação histórica dos jovens que estudam no Ensino Médio*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001.

GUERRA, Fábio Viera. *A Crônica dos Quadrinhos: Marvel Comics e a História Recente dos EUA (1980-2015)*. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2016.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KI-ZERBO, Jopeh. Introdução Geral. *In: Joseph Ki -Zerbo História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África – 2. ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.*

LÊNIN, Vladimir, Ilitch. *O Imperialismo e a etapa superior do capitalismo*. Vladimir Ilitch Lênin; Plínio de Arruda Sampaio. Campinas, SP. FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, Douglas Mota Xavier. História em quadrinhos e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 6, p. 147-171, 2017.

LOPES, C. *A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos*. Colóquio Construção e Ensino da História da África. Actas. Lisboa, 1995.

LOVETRO, José Alberto. Os Quadrinhos além dos Gibis. *In: Rama: LUYTEN, Sônia. M. Bibe (Org). História em Quadrinhos: Recurso de Aprendizagem*. TV Escola/Salto para Futuro, 2011.

LYUTEN, Sônia M. Bibe. História em quadrinhos: um recurso de aprendizagem. *In: Rama: LUYTEN, Sônia. M. Bibe (Org). História em Quadrinhos: Recurso de Aprendizagem*. TV ESCOLA/SALTO PARA FUTURO, 2011.

MELO, Marcos José. A África nas telas: a indústria do cinema contemporâneo e sua cultura histórica eivada de estereótipos colonialistas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011. Disponível em:

23http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847868_ARQUIVO_Anpuh_Nacionaltextocompleto-MarcosMelo.pdf Acesso em: 20 Jan. 2020.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (orgs.). *Passados presentes*. Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF), 2005-2011. Coletânea de quatro DVDs. Apoio: Editora da UFF, FAPERJ, CNPq e Petrobras.

MCCLLOUD, Scott. Desvendando os Quadrinhos. São Paulo, Makron Books, 2005. In: MOYA, Alvaro. *A História da História em Quadrinhos*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

_____. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20-31, dez. 2015.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetórias e perspectivas. In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, São Paulo, nº 25/26, setembro 92/ agosto 93, p. 143-16.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na leitura didática*. Estudos Afro-Asiáticos (UCAM. Impresso), Rio de Janeiro, v. 25, n.3, 2003.

_____. A história africana nas salas de aula: diálogos e silêncios entre a Lei 10639/03 e os especialistas. In: José Rivair Macedo. (Org.). *Desvendando a História da África*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

_____. Leituras sobre a África contemporânea: representações e abordagens do continente africano nos livros didáticos de História. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 22, n. 40, p. 141-151, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/4545>.

OLIVEIRA, Marli Solange. *A representação dos negros nos livros didáticos de história: mudanças ou permanências após a promulgação da Lei 10.639/03*? Marli Solange Oliveira. Belo Horizonte, 2009.

PAIM, Marcos. Pan-africanismo: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro *Na Casa De Meu Pai*. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. Ano VII, Nº XIII, Julho, 2014.

PALERMO, Luis Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidãobrasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. *Dimensões - Revista de História da UFES*. v. 39, 2017.

PAULA, Benjamin Xavier de; FONSECA, Selva Guimarães. *10 anos da lei federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 435-448, abr.-jun. 2014, p. 445.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil. *Cadernos de História* (Belo Horizonte), v. 12, 2011. p. 37.

_____. *O Movimento Negro Brasileiro e A lei Nº 10639/2003: Da Criação aos Desafios Para a Implementação*. Revista Contemporânea Educação. v. 11, n. 22. Ago/dez, 2011. p. 18.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, Ano 3, N. 6, dez/2011. Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.

RÜSEN, J. (2009). "*¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*". *Culturahistórica*. [Versión castellana inédita del texto original alemán de K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau.

RUTE, Pina. Ensino de história da África ainda não está nos planos pedagógicos, diz professora. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/08/ensino-de-historia-da-africa-ainda-nao-esta-nos-planos-pedagogicos-diz-professora/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAMY, Henrique Marques. *Por uma revolução antirracista: síntese histórica e trajetória ideológica do Partido Pantera Negra (1968-1971)*.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. *Imagens de raça e terror racial nos comics: X-MEM, espaços da diferença e imaginário norte-americano*. FêniX (UFU. Online), v. 10, p. 1-21, 2013.

SANTOS, Roberto Elísio dos; VERGUEIRO, W. C. S. Histórias em quadrinhos no processo de aprendizado: da teoria à prática. *Eccos Revista Científica* (Impresso), v. 27, p. 81-95, 2012.

SCHERER, Mathias Inacio Kwane Nkruma, o neocolonialismo e o pan-africanismo. In: MACEDO, José Rivair. *O pensamento africano no século XX*. 1. ed, São Paulo: Outras Expressões. 2016. p. 143-166.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOMET, Yoporeka. A África e a filosofia. *Revista Sísifo* – v. 1, no 4, Novembro. Ano 2016 - ISSN: 2359-3121.

SQUINELO, Ana Paula; BARCA, Isabel; SOLÉ, Glória. *O conceito "Escravidão" nos manuais didáticos de História: diálogos, itinerários e narrativas em Brasil e Portugal*. *História & Ensino*, Londrina, v. 24, n. 2, p. 55-86, jul./dez. 2018.

WESCHENFELDER, Gelson Vinicius. Os Negros nas Histórias em Quadrinhos de Super-heróis. *Revista Identidades*. v. 18, n. 1, p. 67-69, 2013. p. 68-70.

Documentos

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP 3/2004*. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004a. Disponível em: www.mec.gov.br/cne. p. 7.

IPEA. *Atlas da Violência*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018. p. 40.

LEE, Stan. Entrevista incrível da Marvel com Stan Lee: Duas extraordinárias sessões de áudio em 2005 com o homem que liderou os quadrinhos da Marvel. FREE, Jenna Land/ transcrita por Brian K. Morris. *Revista Alter Ego*. Raleigh/NC, USA. v. 3, n. 104 /August 2011. (Tradução Livre).

Seis Estatísticas Que Mostram O Abismo Racial no Brasil. *Revista Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

Sistema Educativo Nacional de Brasil: 2002 – Ministério da Educação do Brasil (MEC/INEP) y Organización de Estados Iberoamericanos. © de los textos y gráficos: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura (OEI), 2003 © de esta edición: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI) 2003c/ Bravo Murillo 3828015. Madrid, España.

VEJA. São Paulo, 10 dez. 2018. *Entretenimento*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/entretenimento/ccxp-estima-impacto-economico-de-100-milhoes-reais/>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Revista em Quadrinhos

Black Panther. New York: Marvel Comics, n.1, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.2, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.3, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.4, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.5, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.6 abril 2005. (Tradução livre).

COATES, Ta-Nehisi. *Pantera Negra: uma nação sob nossos pés: Livro 2/ roteiro* por Ta-Nehisi Coates; arte por Cris Sprouse Brian Stelfreeze e Laura Martin. Barueri, SP: Panini Comics, 2017.

Fantastic Four. New York: Marvel Comics, n. 52, august 1966. (Tradução Livre).

_____. New York: Marvel Comics, n. 53, august 1966. (Tradução Livre).

_____. New York: Marvel Comics, n. 54, august 1966. (Tradução Livre).

Quarteto Fantástico. *O Dia do Juízo Final*. Editora Salvat. n. 52, 2016.

_____. *O Dia do Juízo Final*. Editora Salvat. n. 53, 2016.

_____. *O Dia do Juízo Final*. Editora Salvat. n. 54, 2016. *Pantera Negra. Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n.1, 2014.

_____. *Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n. 2, 2014.

_____. *Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n. 3, 2014.

_____. *Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n. 4, 2014.

_____. *Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n. 5, 2014.

_____. *Quem é o Pantera Negra?* Editora Salvat. n. 6, 2014.

ANEXO: GUIA DIDÁTICO

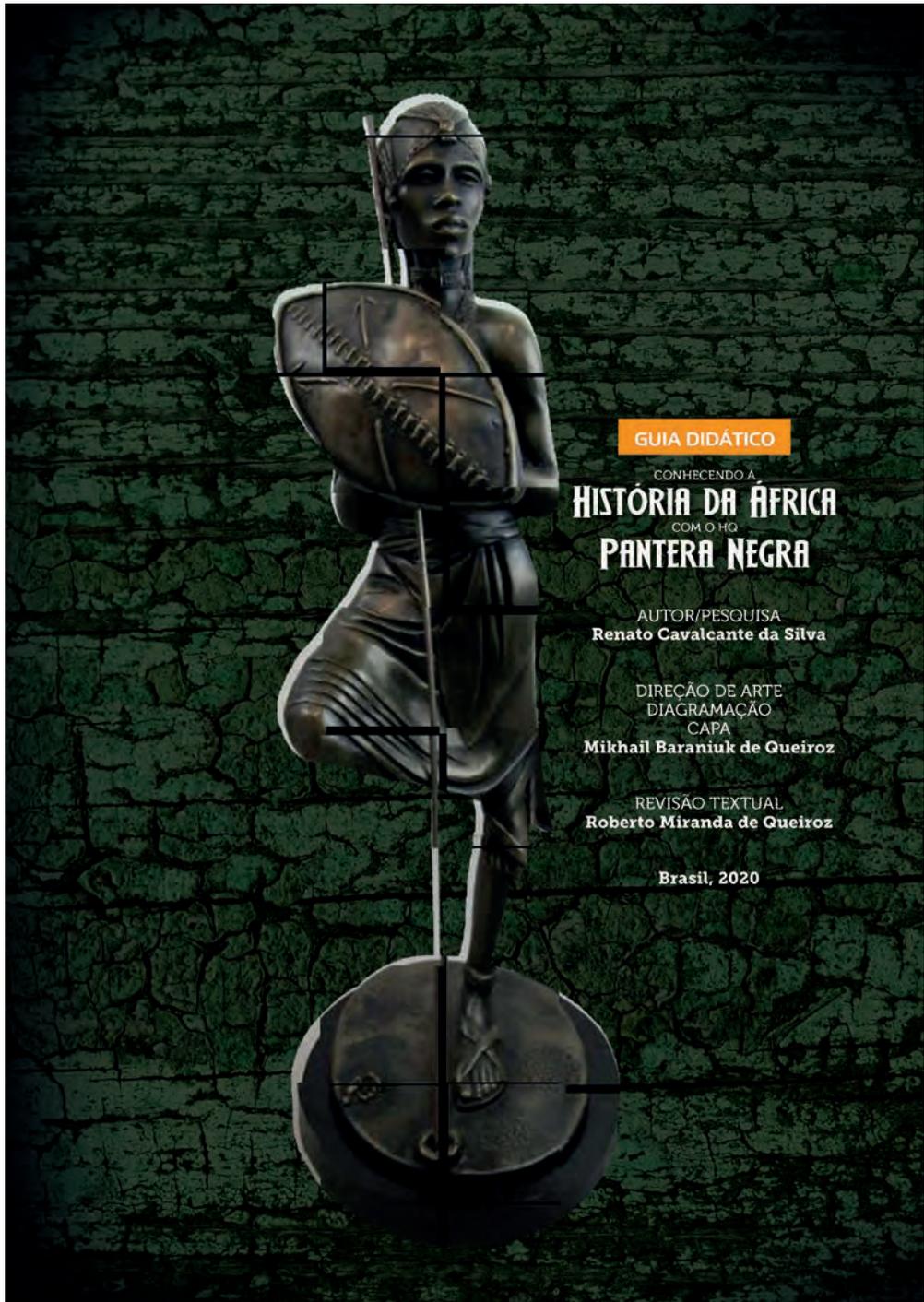


GUIA DIDÁTICO

CONHECENDO A
HISTÓRIA DA ÁFRICA
COM O HQ
PANTERA NEGRA

Renato Cavalcante da Silva





GUIA DIDÁTICO

CONHECENDO A
HISTÓRIA DA ÁFRICA
COM O HQ
PANTERA NEGRA

AUTOR/PESQUISA
Renato Cavalcante da Silva

DIREÇÃO DE ARTE
DIAGRAMAÇÃO
CAPA
Mikhail Baraniuk de Queiroz

REVISÃO TEXTUAL
Roberto Miranda de Queiroz

Brasil, 2020

SUMÁRIO

4 **Capítulo 1**
Quando tudo começou

10 **Capítulo 2**
A África para além do senso comum!

20 **Capítulo 3**
O valioso vibranium de Wakanda e a cobiça mundial pelas riquezas da África.

26 **Capítulo 4**
De Wakanda a Etiópia: entre Metáforas e o desejo por outra visão da história e cultura da África.

31 **Bibliografia**

INTRODUÇÃO

Neste Guia didático para o Ensino Médio vocês terão a possibilidade de conhecer parte da narrativa ficcional do Pantera Negra e, simultaneamente, a sua relação com eventos históricos da África. Para seguir tal objetivo, o Guia ficou dividido em quatro capítulos: no primeiro capítulo conheceremos o contexto da criação do super-herói africano na década de 1960 e os personagens de mais destaque para o universo do Pantera Negra.

Na segunda parte é realizada uma comparação de narrativas; ou seja, o que foi produzido historicamente acerca da África pela sociedade ocidental em contraste com as imagens produzidas sobre o continente através das páginas dos quadrinhos. Na terceira etapa houve a necessidade de refletir a respeito do fenômeno histórico conhecido por Imperialismo e suas consequências para o continente africano.

Por último, uma abordagem que pensa Wakanda no sentido de metáforas históricas; ou seja, as ficções criadas que envolvem esse reino podem servir como ponto de analogias acerca das mais diversas histórias dos povos e reinos africanos.

São vários os temas que interconectam a HQ com os fatos históricos.

De imediato é importante notar o contexto da criação do Pantera Negra na década de 1960, marcada por conflitos sociopolíticos promovidos pelo movimento negro contra a segregação racial nos Estados Unidos. A revista também comporta o debate sobre representatividade e identidade negro-africana e permite aproximações com acontecimentos históricos relacionados à África. T'Challa, o Pantera Negra, foi o primeiro super-herói negro africano a ser confeccionado para uma revista de história em quadrinhos.

Ao final de cada capítulo do Guia o estudante terá a oportunidade de continuar com reflexão a respeito do tema trabalhado. Assim, o seu leque de experiência será ampliado. Como são propostas de atividades, não existe uma exigência para o seu cumprimento. Contudo, os poemas presentes nas atividades, os textos escolhidos e as atividades de pesquisas desenvolvidas permitem ao estudante paralelos com os temas abordados e a construção de uma criticidade a respeito do processo de formação da história da África.

Boa leitura e ótimos estudos!



Ilustração (1) Capa, Quarteto Fantástico, n.52: O Dia do Juízo Final. Editora Salvat, 2016.

⦿ Pantera Negra surgiu em 1966 dentro da revista em quadrinho do Quarteto Fantástico, tendo a sua história narrada a princípio por três edições, melhor dizendo, entre os números 52 a 54. Os criadores foram o roteirista Stan Lee (1922-2018) e o desenhista Jack Kirby (1917-1994). Ambos marcaram de maneira significativa a história do mercado editorial das revistas em quadrinhos no século XX. Os dois foram responsáveis por inúmeras criações de personagens e revistas de sucessos pela editora Marvel. Sendo assim, podemos dizer que produziram um panteão de heróis. Quando trabalharam juntos, no início da década de 1960, lançaram desde O Quarteto Fantástico ao Homem Formiga, Hulk, Thor, Nick Fury, X-Men, Homem de Ferro e Vingadores. Sem contar que décadas antes, Jack Kirby com o roteirista Joe Simon produziu o Capitão América em 1941 e, Stan Lee e Steve Ditko fizeram o Homem Aranha em 1962. Essa é somente uma parte da lista de heróis produzidos por Lee e Kirby ao longo de suas vidas profissionais dentro da Marvel.

No enredo inicial da década de 1960, T'Challa, O Pantera Negra, é rei de Wakanda, um país fictício do continente africano, o mais próspero e desenvolvido do mundo. O super-herói é obrigado a subir

CAPÍTULO I QUANDO TUDO COMEÇOU

ao trono após o assassinato do pai, T'Chaka, pelo cientista mercenário Ulysses Klaw, o mestre do som. O motivo do assassinato do rei está diretamente envolvido com a riqueza mineral de Wakanda, o vibranium, o metal mais valioso do mundo que consegue absorver as vibrações. Por essa característica, o vilão Ulysses Klaw deseja tomar dos wakandanos a reserva mineral. Na tentativa de impedir a invasão do seu reino, T'Chaka é assassinado. Após assassinato do pai, T'Challa estuda nas melhores universidades do mundo e promove um intenso processo de modernização de Wakanda com o objetivo de proteger o seu reino e de vingar a morte de seu progenitor.

Em 2005, a história criada por Stan Lee e Jack Kirby sofreu mudanças editoriais — para os leitores de HQ essa é uma ação normal dentro desse mercado. No roteiro desenvolvido por Reginald Hudlin e ilustrado por John Romita Junior, a história possui semelhanças com aquela desenvolvida nas primeiras revistas do ano 1966. A diferença está na complexidade que o universo de Wakanda recebeu pelo escritor.



Ilustração (2) Escritor Reginald Hudlin, responsável pelo roteiro da revista do Pantera Negra entre os anos de 2005 a 2008.

Nessa versão de 2005, Wakanda possui uma historicidade de no mínimo 15 séculos, já que a narrativa começa no século V d.C. O leitor pode ainda acompanhar a evolução material e social do reino percebendo também a existência de uma tradição milenar de transmissão do título real de Pantera Negra, como uma espécie de ritual sagrado que envolve lutas entre os desejosos para ocupar tal função. O vencedor assume o trono. T'Challa e os outros Panteras anteriores são representados como chefes de estados, tendo eles as funções de negociações políticas com outras nações e organizações econômicas. Inclusive, T'Chaka nessa versão é assassinado provavelmente na Europa, numa região dos Alpes (Reginald Hudlin não especifica o lugar), após uma reunião que aconteceu na Conferência de Bilderberg na qual o rei se recusou a ceder parte do vibranium aos participantes desse evento. Sendo assim, o monarca africano é morto em seus aposentos devido a uma armadilha tramada por Ulisses Klaw a mando dessa elite econômica internacional.



Ilustração (3) Este é o castelo no qual T'Chaka foi assassinado na história Quem é o Pantera Negra? Parte III. Revista Pantera Negra, 2005.

POR QUE O NOME PANTERA NEGRA?

O nome Pantera Negra suscitou polémicas na época por ser associado ao Partido Político dos Panteras Negras. Segundo Stan Lee, na entrevista concedida para a revista Alter Ego n.104, a origem do título da HQ decorria de um quadrinho que ele lia quando era criança, conhecido por The Phantom (O Fantasma), no qual um dos personagens tinha uma pantera como animal de estimação. Com relação ao movimento social, a alcunha de pantera negra inspirou-se no Colégio Clark, em Atlanta. O animal era o símbolo da escola. Segundo Huey Newton, um dos fundadores do partido com Bobby Seale, a escolha do animal como símbolo era devido à circunstância de que quando acuada a pantera ataca provocando um embate mortal. É possível constatar, apesar da proximidade temporal e geográfica, sendo que o partido e a revista são originários dos Estados Unidos, que o nome do super-herói Pantera Negra teve origem diferente em relação à organização política.

ALL POWER TO THE PEOPLE



BLACK PANTHERS PARTY

Ilustração (4) Símbolo do Partido dos Panteras Negra. Tradução: Todo Poder ao Povo: Partido do Pantera Negra. Disponível em: <http://ermlracultura.com.br/2016/10/21/black-power-o-legado-dos-panteras-negras-50-anos-depois/>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

OS PRINCIPAIS PERSONAGENS DA REVISTA PANTERA NEGRA

Neste momento faremos uma análise a respeito das principais figuras existentes na história da revista do Pantera Negra e suas possíveis conexões com fatos históricos e grupos sociais.

T'CHALLA:



Ilustração (5) Revista Quarteto Fantástico, n.52, 1966.

A imagem do rei de Wakanda sem sua máscara, ao final da revista 52 do Quarteto Fantástico de 1966, simbolizava naquele momento uma ação afirmativa do afro-estadunidense no espaço imaginário e social dos Estados Unidos da América. T'Challa foi o primeiro super-herói de uma grande editora, a Marvel Comics. Stan Lee e Jack Kirby conscientemente sabiam que ao produzir esse personagem precisavam fugir dos estereótipos da época. Então, qualificaram o Pantera Negra para representar inúmeras características que até aquele momento eram condicionadas aos personagens brancos dos quadrinhos.

Sendo assim, identificaram T'Challa com superinteligência, força, coragem, qualidade morais elevadas, resistência frente às dificuldades, sabedoria e outros atributos que até então os personagens negros não recebiam dentro dos quadrinhos. O Pantera Negra, na situação de monarca de Wakanda, deveria defender o seu povo e o seu reino. Mas, essas tarefas não impediam o super-herói de fazer parte de equipes de super poderosos como o Quarteto Fantástico e os Vingadores.

Associação da figura do Pantera Negra com um grupo ou uma pessoa é uma atividade muito difícil, pois esse personagem pode representar diversas personalidades da história. Do ponto de vista da luta por ideias, de um mundo com desigualdades reduzidas e sem preconceitos raciais, é possível pensar sobre os militantes do movimento negro nos Estados Unidos da América. O Partido Político dos Panteras Negras não só lutaram de maneira intensa contra a segregação racial nos EUA, mas também para fazer a afirmação histórico, social, cultural e identitária do povo afro-estadunidense. Nesse sentido, havia uma valorização da cultura do povo negro como meio de combate ao racismo, a resistência contra segregação e incentivo à luta.



Ilustração (6) Huey Percy Newton, nasceu em Oakland, Califórnia, em 1942 e morreu a tiros em 1989 na sua cidade de nascimento. Disponível em: <https://www.anarquista.net/huey-newton-historia-do-verdadeiro-pantera-negra/>. Consultado em: 03 de maio de 2020.



Ilustração (7) T'Challa exibindo a cultura material de seus povo. Revista Quarteto Fantástico, n.53, 1966.

As ilustrações acima são importantes e de certa forma compartilham do mesmo sentimento. A imagem 5 traz Huey Percy Newton, um

dos líderes fundadores do Partido dos Panteras Negras. Na fotografia é possível constatar alguns elementos de origem africana: a lança na mão esquerda, escudos ao fundo, peles de animais estendidos no chão, o trono é de origem asiática, portanto, cumpre mais uma função estética. Na ilustração 6, T'Challa está na mão com uma lança e escudo. Os dois personagens valorizam a cultura material africana dos antepassados e consequentemente suas tradições. No caso da foto de Huey P. Newton, o ativista ainda está com uma arma de fogo na mão direita e uniforme caracterizando um grupo paramilitar aguerrido na luta contra o racismo e suas formas de violência.

T'CHAKA



Ilustração (8) Revista Quarteto Fantástico. n.53, 1966.

Esse personagem não é somente um mero motivador da vingança de T'Challa contra Ulisses Klaw. A função que o rei T'Chaka ocupa dentro da narrativa é daquele que foi morto pela ganância do homem branco estrangeiro. Ao pensarmos esse ato de violência tendo como parâmetro a história de dominação da África pela Europa fica observável que os roteiristas não falavam simplesmente de um crime, mas, sim de um evento ficcional que simbolizou as ações de brutalidade e crueldade cometidas pelos europeus no processo de invasões dos territórios africanos durante os séculos XIX e XX.

Um exemplo dessa brutalidade aconteceu no chamado Estado Livre do Congo, entre os anos de 1885 a 1908, quando esse território pertencia a Leopoldo II, rei

da Bélgica. A colonização ocorreu de forma privada, ou seja, Leopoldo II era dono do Estado Livre do Congo, sendo essa região uma espécie de fazenda no qual os diversos grupos humanos que ali habitavam foram transformados em escravos ou algo próximo a tal situação. Infelizmente, nesse período de dominação leopoldina houve o extermínio populacional que ultrapassou o número de 10 milhões de habitantes por motivos diversos, desde fome, guerra e punição. Dentro das punições aplicadas à população local, a amputação de membros do corpo humano era uma prática comum. As violências cometidas nessa colônia pelos belgas foram tão absurdas que parte da sociedade europeia e de seus governos tentaram intervir na situação caótica do Congo. Leopoldo II, sem dúvida, foi um dos maiores genocidas da história da humanidade.

ULYSSES KLAW

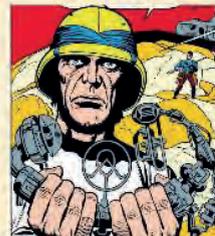


Ilustração (9) Revista Quarteto Fantástico. n.53, 1966.

Assassino de T'Chaka, o pai de T'Challa, Ulysses Klaw na primeira edição da história do Pantera Negra era um cientista ganancioso, disposto a dominar a riqueza natural de Wakanda. Nesse enredo, mata T'Chaka para tomar posse do vibranium.

Na versão criada por Reginald Hudlin em 2005, o vilão assassina T'Chaka num encontro de superpoderosos em algum país da Europa. Nessa narrativa, Klaw é um mercenário contratado para executar o governante de Wakanda, serviço que ele aceita prontamente por causa do dinheiro e por motivo familiar, pois o bisavô do vilão morreu em combate

quando tentou invadir Wakanda no final do século XIX.

Ulysses Klaw, no final das contas, é o branco estrangeiro que tentou invadir Wakanda devido a sua riqueza natural. A simbologia desse personagem é evidente com a história dos invasores europeus do século XIX e XX que subjugarão o continente africano através de ações violentas. O espírito de superioridade existente no vilão em relação aos wakandanos é comparável àquele que os europeus mantinham com os africanos. A figura gananciosa e violenta de Ulysses Klaw é semelhante à de Leopoldo II da Bélgica. Ambos não tinham escrúpulos quando se tratava de riqueza, e muito menos valorizavam os direitos dos povos que eles atacavam. A grande diferença entre ficção e realidade está no fato de Leopoldo II ter conseguido subjugar a região do Congo e de exterminar milhões de pessoas para atender os seus interesses. Já na HQ, as ações de Ulysses Klaw sempre foram impedidas pelo Pantera Negra e os wakandanos.

10 crianças representando as dez tribos do reino. A inspiração para invenção dessas personagens originou-se de uma história real das guerreiras de elite do reino Daomé, as chamadas Amazonas de Daomé. Tal palavra se trata de uma criação europeia, pois na língua "fon" ou "mino" essas guerreiras tinham o nome de ashosi, que significava "esposas do rei" ou "nossas mães". No que tange ao tema, a única diferença considerável entre a realidade e o mundo ficcional estava no fato de que as guerreiras de Daomé possuíam um efetivo de 4 mil a 6 mil mulheres.

AS DORA MILAJE



Ilustração (10) Disponível em: <https://aminoapps.com/cl/marvel-comics-amino-br/page/blog/dora-milaje-de-pantera-negra-ganharao-minisserie-em-quadrinhos/>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

Essas super-heroínas possuem dupla função. A primeira está relacionada à proteção do rei de Wakanda, pois as guerreiras desde pequenas passam por um rígido treinamento. A outra tarefa é de ser a possível esposa do Pantera Negra. Caso fosse a vontade do monarca, ele poderia escolher e casar com uma Dora Milaje. Na história em quadrinho, para formar esse grupo de elite eram escolhidas

SUGESTÕES DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

1. Faça análise dos textos abaixo:

Texto I



Cinquenta anos atrás esta semana, em 28 de fevereiro de 1969, oito membros do Partido dos Panteras Negras de Seattle se reuniram em Olympiae ficaram nos degraus do capitólio segurando rifles e espingardas para protestar contra um projeto de lei de controle de armas que tornaria uma contravenção exibir armas de fogo ou outras armas de maneira que manifeste a intenção de intimidar os outros. Depois de remover a munição de seus pentes, os Panteras Negras entregaram um comunicado à legislatura e depois partiram. (Disponível em: <https://www.seattlemag.com/news-and-features/week-then-looking-back-seattles-black-panther-party>. Consultado: 09 de setembro de 2020).

TEXTO II

“O Partido Pantera Negra é um grupo de vanguarda liderando a luta revolucionária, fazendo parte dela, porque esta é uma revolução mundial: todos os povos colonizados estão agora resistindo. Para trabalhar como um dos administradores dessa ação revolucionária, você tem que ver a si mesmo como um boi a ser cavalgado pelo povo. Isso é o que o Partido Pantera Negra ensina— que nós todos devemos carregar o peso, e aqueles que têm habilidades extremas terão que carregar fardos extremamente pesados”. Huey P. Newton

“O sangue, suor, lágrimas e sofrimento do povo Preto são o fundamento da riqueza e do poder dos Estados Unidos da América. Nós fomos forçados a construir a América e, se fomos forçados, nós a destruiremos. O resultado imediato dessa destruição será sofrimento e derramamento de sangue. Mas o resultado final será a paz perpétua para toda a humanidade”. Huey P. Newton

SAMY, Henrique Marques. POR UMA REVOLUÇÃO ANTIRRACISTA: síntese histórica e trajetória ideológica do Partido Pantera Negra Por uma revolução antirracista: uma antologia de textos do Panteras Negras (1968-1971). p. 236 e 240.

a) Em sua opinião a luta do Partido dos Panteras Negras pode ser considerada legítima? Quais elementos históricos e atuais dos Estados Unidos que você conhece que comprovam ou desaprovam a legitimidade da luta desse partido?

b) Através desses textos é possível apontar algumas características da sociedade estadunidense no final da década de 1960? Aponte tais características.

2. Leia o poema abaixo:

Sou negro:
Negro como é negra a noite,
Negro como as profundezas
D'África.
Irmão sempre colonial (...)
Negro Guillén, Hughes, Villa, Huerta
Negro intelectual José,
meu pobre engraxador (FERREIRA, 1985, p. 164).

Faça uma comparação entre esse poema com a Revista Pantera Negra. Em sua opinião tanto a poesia de Manuel Ferreira quanto a revista tem pontos semelhantes?

3. Através da revista em Quadrinhos do Pantera Negra explique como os conflitos sociais podem influenciar na produção cultural.

4. Tendo as ilustrações "6" e "7" como base reflexiva, explique como conservar e valorizar as raízes históricas e culturais podem ajudar uma sociedade a enfrentar os problemas cotidianos? Exemplo à discriminação racial nos Estados Unidos.

5. Você realmente acha importante a existência de vários heróis negros? Consegue perceber como tais personagens podem influenciar na vida cotidiana?

AMPLIANDO O DEBATE

1. Assista no youtube os seguintes vídeos:

Childish Gambino - This Is America (Official Vídeo): Observe como o artista Childish Gambino em 2018 criticou a história da discriminação étnico-racial nos Estados Unidos.

<https://www.youtube.com/watch?v=VYOjWnS4cMY>

Nina Simone - Ain't Got No (Legendado): A atriz na década de 1960 cantou a valorização do negro frente a uma sociedade racista dos Estados Unidos.

<https://www.youtube.com/watch?v=9PAK2g0Qv5Q>

CAPÍTULO 2

CONHECER WAKANDA PARA AMPLIAR A VISÃO. A ÁFRICA PARA ALÉM DO SENSO COMUM!

Geralmente, quando falamos ou pensamos a respeito do continente africano muitas vezes temos uma visão negativa da região. De maneira quase automática imaginamos guerras, epidemias, caos e fome. Quando tentamos pensar em aspectos positivos ficamos na zona de um mundo selvagem totalmente exótico. Nesse sentido as imagens que possuímos sobre o continente são todas contaminadas por estereótipos¹.

Podemos dizer que os juízos negativos aos quais associamos o continente africano e consequentemente a sua população derivam de um longo processo histórico que decorreu desde os antigos cronistas da antiguidade. Naquele período, os cronistas gregos e romanos chamavam os africanos de etíopes, estabelecendo um olhar simplificado e homogêneo sobre as inúmeras populações do continente.

O historiador grego Heródoto, no século V a. C., descreveu os povos etíopes como belos, longevos e de estatura elevada. Apesar dessa constatação positiva, o historiador não deixou de chamá-los de trogloditas, já que os etíopes comiam serpentes, lagartos, répteis, e quando falavam emitiam sons parecidos com os dos morcegos; ou seja, uma visão que animalizava esse grupo. Obviamente, as origens dessas declarações vinham dos preconceitos de Heródoto. Séculos depois, o geógrafo romano Cláudio Ptolomeu (séc. II d.C.) observou negativamente o continente, considerando impossível viver abaixo da região do Equador devido ao calor insuportável.

No período medieval, as concepções a respeito da África e de seus habitantes ganharam um discurso preconceituoso, baseado em interpretações religiosas cristãs. Segundo a crença da época, os africanos eram descendentes de Cam, o filho mais novo de Noé. Conta a narrativa bíblica que um dia o patriarca do dilúvio embebedou-se, ficando nu e sem consciência em sua tenda. Cam, encontrando o pai naquela situação, resolveu humilhá-lo. Dessa forma, o filho mais novo chamou os irmãos Sem e Jafet para observar o pai embriagado. Os irmãos, não concordando com aquela ação vexatória, cobriram o progenitor e saíram da barraca. No dia seguinte, Noé enfurecido pela atitude de Cam e impossibilitado de castigar o filho, pois ele era abençoado por Deus, castigou o neto Canaã, amaldiçoando-o e afirmando que a sua descendência serviria as descendências dos tios, Sem e Jafet. Segundo esse mito medieval, o amaldiçoado Canaã habitou a África, dando origem à sua população.

Durante a Idade Moderna o pensamento eurocêntrico não foi diferente daquele concebido em períodos anteriores. As credences, somadas à exploração capitalista, permitiram a escravização de milhões de africanos com a justificativa do discurso de inferioridade desses povos. No século XIX, os argumentos baseados em lendas, mitos e preconceitos foram em partes abandonados, sendo substituídas por explicações racionais de “vertentes científicas”. Contudo, as visões sobre a África e seus habitantes já estavam contaminadas.

¹ - Estereótipo: Padrão estabelecido pelo senso comum e baseado na ausência de conhecimento sobre o assunto em questão. Conceção baseada em ideias preconcebidas sobre algo ou alguém, sem o seu conhecimento real, geralmente de cunho preconceituoso ou repleta de afirmações gerais e inverdades. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estereotipo/>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

Um forte exemplo dessa perspectiva distorcida estava no modelo de história contada no século XIX, segundo Hegel, de que os povos abaixo do Deserto do Saara não foram capazes de produzir história, mantendo inalteradas as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo, persistindo uma espécie de vida próxima ao natural ou selvagem.

Na atualidade, as narrativas negativas sobre o continente africano ficam por conta dos filmes hollywoodianos e de reportagens da mídia tradicional, que muitas vezes tem a intenção de fazer a denúncia de uma realidade problemática, porém, no final, acabam reforçando os estereótipos construídos ao longo de vários séculos. Filmes como Falcão Negro em Perigo, O Senhor das Armas, Diamante de Sangue e outros, dão a tônica de que a África é um lugar exclusivamente violento e ingovernável.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, na palestra “O perigo de uma única história”, expôs os problemas que existem ao produzirmos uma forma restrita de conhecimento sobre um povo ou país. Na sua bela narrativa, a escritora utilizou das suas lembranças pessoais com o objetivo de esclarecer que muitas vezes interiorizamos informações sobre pessoas, regiões e países sem questioná-los, transformando esses dados em verdades. As consequências dessa ação são a criação de estereótipos, desqualificação de um povo ou país e a incapacidade de compreensão do mundo real.

Adichie rememorou durante a palestra que certa vez um professor lhe fez uma crítica por seu romance não ter uma ‘autenticidade africana’; ou seja, os seus personagens não eram pobres, famintos e doentes. Essa visão do professor de Chimamanda, de uma África reduzida à fome e pobreza, foi o que a escritora qualificou de história única.

É justamente por essa compreensão histórica confusa e subjetiva a respeito da África e dos africanos que a Revista Pantera Negra ganhou notoriedade. Stan Lee, Jack Kirby e os outros roteiristas posteriores da publicação promoveram uma perspectiva totalmente inversa e diferente; ou seja,



Ilustração (11) Capa do Livro de Chimamanda Ngozi Adichie, publicado no Brasil pela Editora Companhia das Letras no ano de 2019.

Ilustração (12) Fotografia da escritora Chimamanda Ngozi Adichie. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-05/milenio-chimamanda-ngozi-adichie-escritora-nigeriana>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

eles inverteram a narrativa dominante acerca do continente e produziram novas histórias ficcionais. Tais realizações podem ser consideradas inovadoras para o campo das histórias em quadrinhos na década de 1960. O próprio Lee destacou numa entrevista cedida em 2005 para a Revista Alter Ego que a sua preocupação na época era de evitar estereótipos. Por esse motivo, criou um super-herói africano rico, inteligente, cientista, inventor e monarca de uma nação próspera e desenvolvida tecnologicamente.

Logo abaixo teremos noção de como ao longo do tempo os roteiristas e quadrinistas produziram e reproduziram a Wakanda dentro da Revista Pantera Negra e de que forma conseguiram criar uma narrativa diferente para um país africano, mesmo que no campo da ficção. Depois conheceremos Lalibela, Tombuctu e Djenné, três grandes cidades da história da África que marcaram por sua arquitetura e desenvolvimento cultural.



WAKANDA

STAN LEE E JACK KIRBY • 1966



Ilustração (13) Momento antes da chegada do Quarteto Fantástico em Wakanda: Um dos super-heróis constata que o reino não pode ser naquela região de selva. Inclusive, um deles chama o território de primitivo e selvagem. Revista Quarteto Fantástico. n.52, 1966.



Ilustração (14) Por dentro da floresta: Logo em seguida, Stan Lee e Jack Kirby revelam para os leitores do Quarteto Fantástico a capacidade de desenvolvimento tecnológico de Wakanda, pois a floresta avistada era na sua grande maioria artificial, construída como armadilha pelo Pantera Negra. Revista Quarteto Fantástico. n.52, 1966.



Ilustração (15) O presente de T'Challa ao Quarteto Fantástico: Ao final do primeiro encontro do Pantera Negra com o Quarteto Fantástico, que acontece na revista 54, T'Challa presenteia mais uma vez o grupo de heróis. O notório dessa imagem é a contradição do tecnológico com o antigo. No presente, um transporte aéreo ultra tecnológico estava guardado numa construção antiga na qual o telhado parece de palha. Stan Lee e Jack Kirby apontaram que conhecimento pode surgir em qualquer região. Outro ponto para questionar é o conceito de desenvolvimento e progresso. Os wakandanos viviam muito bem com a tecnologia desenvolvida. Porém, não abandonaram o seu estilo tradicional de vida, não precisavam de grandes cidades de concreto, preferindo uma vida mais integrada à natureza. Revista Quarteto Fantástico. n.54, 1966.

REGINALD HUDNLI • 2005



Ilustração (16) Coroação de T'Challa: Na cena da coroação do Pantera Negra ficam evidentes determinadas características, tais como a beleza da capital de Wakanda, a limpeza urbana, a organização da arquitetura e a inexistência da poluição na atmosfera do lugar. Revista Pantera Negra. n. 3, 2005.

Ilustração (17) Um dia de estudo: Ao retratar um dia comum em Wakanda, no qual as crianças em idade escolar participam de uma aula de campo nas minas de vibranium, Reginald Hudlin, em 2005, estava possibilitando aos leitores da HQ do Pantera Negra novas narrativas a respeito dos povos africanos; contos ficcionais que colocam as crianças africanas em atividades cotidianas como o fato de frequentar a escola. Revista Pantera Negra. n. 4, 2005.



Ilustração (18) Wakanda a inconquistável: Nas falas do agente da CIA, Ernest Ross, Wakanda nunca foi conquistada. Ao longo do tempo vários povos estrangeiros tentaram conquistar a região, porém fracassaram pela resistência wakandana. Outro ponto de destaque na imagem é o mapa que indica a localização do reino no centro da África. De certa forma essa imagem contrapõe a visão histórica de que a África abaixo do Saara não tem história ou sociedade desenvolvida. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.

TA-NEHISI COATES • 2015-2018



Ilustração (19) Uma prisão em cima de uma árvore: Ta-Nehisi Coate, junto com os desenhistas Brian Stelfreeze e Chris Sprouse, liberou a imaginação para construir o universo de Wakanda. A prisão em cima de uma árvore, provavelmente um baobá, é o exemplo de um país altamente avançado que sabe utilizar de maneira racional e consciente a natureza. Revista Pantera Negra, n.2, 2016.



Ilustração (20) A capital de Wakanda: Birnin Zana ou a Cidade de Ouro é a capital política administrativa do país. Nela se abriga a corte e o principal centro tecnológico do país, sendo o máximo da expressão cultural e científico do povo wakandano. Possui uma arquitetura inovadora com formatos diferentes e futuristas. Revista Pantera Negra, Panini Comics: Parte III, n.9, 2017.



Ilustração (21) A tecnologia: Desde 1966 a tecnologia foi tema presente dentro do universo do Pantera Negra. A série produzida por Ta-Nehisi Coates traz modelo de aeronave na forma de pássaro, revelando que os tipos de conhecimento tecnológico dos wakandanos são diferentes em relação ao resto do mundo, como também mais avançados. Disponível em: <https://www.aficionados.com.br/wakanda-pantera-negra/>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

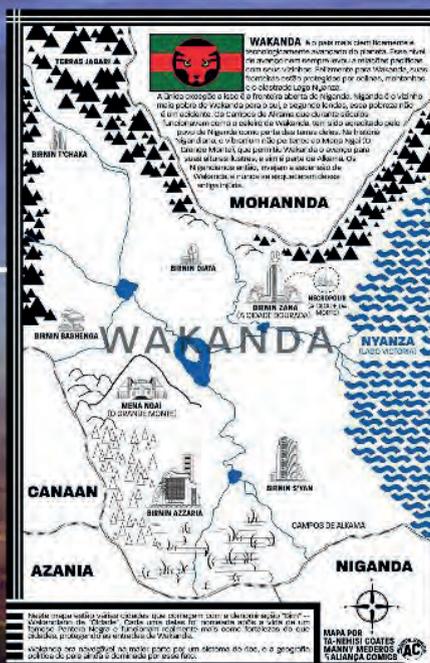


Ilustração (22) O mapa de Wakanda: O mapa criado para a série Uma Nação Sob Nossos Pés apresenta o reino fictício africano com suas grandes cidades, recursos hídricos e minerais, e as fronteiras com os países vizinhos. Boa parte dos nomes das cidades wakandanas são em homenagens aos grandes reis de sua história, tais como Birnin Bashenga (primeiro Pantera Negra), Birnin Djata, Birnin S'yan e Birnin T'Chaka. As cidades de Birnin Zana, Binin e Azzaria e Necrópoles transmitem para o leitor um significado específico. A primeira é a moderna capital. A segunda cidade possui uma universidade, sendo a pólis da

sabedoria. Necrópoles é o lugar onde os wakandanos enterram os seus reis; talvez uma referência aos Vale dos Reis no Egito Antigo. Disponível em: <https://marvel.fandom.com/pt-br/wiki/Wakanda>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

Os fragmentos de vários momentos da história do Pantera Negra revelam uma Wakanda rica e desenvolvida desde o início da revista. O interessante da HQ são as possibilidades de questionamentos que essa história permite ao leitor. Questões como: será que na África existe ou existiu um reino tão rico e desenvolvido da mesma forma que o reino do Pantera Negra? A resposta mais breve para essa pergunta é sim. Houve construções inovadoras com uma arquitetura totalmente diferente construída pelos povos africanos? Sim, também. Por que não sabemos tanto a respeito da história e cultura africana? A respeito dessa última questão o historiador Joseph Ki-zerbo reflete que:

Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela "força das circunstâncias", ou seja, pela ignorância e pelo interesse.

A tomada de consciência pode acontecer num processo de uma narrativa ficcional para narrativas reais; ou seja, a grande Wakanda pode representar grandes civilizações africanas do passado as quais parte da sociedade ocidental não tem nenhuma preocupação em estudar ou valorizar. Para conhecermos um pouco sobre a genialidade dos povos africanos abaixo conheceremos duas grandes civilizações através de suas arquiteturas.

CONSTRUÇÕES DE LALIBELA:

BET ABBA LIBANOS



São onze as igrejas em Lalibela, sendo todas elas esculpidas na rocha. Todos os templos são monólitos, ou seja, cada igreja foi entalhada em uma única rocha. As escavações ocorreram de cima para baixo, de fora para dentro. Essas obras da engenharia africana chocam por sua complexidade e beleza. Os relatos da época afirmam um tempo de construção de 24 anos. Contudo, estudiosos na atualidade apontam para um período mais extenso. Algumas obras só foram encerradas séculos depois da morte do rei Lalibela. Outra característica dessas igrejas é o estilo românico, templos semelhantes a fortalezas com janelas pequenas e pouca luz interna.

IGREJA DE SÃO JORGE



Ilustração (25) Igreja de São Jorge Disponível em: <https://www.passenger6a.com.br/lalibela-a-jerusalem-etiope/> Acesso em: 15 de abril de 2019. Foto: Pecal rateau / Shutterstock.

São Jorge é um dos exemplos da capacidade inventiva do povo etíope. Nessa obra predominam os traços retos

e os ângulos: das imitações de través salientes que cortam, para ornamentá-las, no sentido horizontal, as fachadas; da porta de entrada, que ressalta da parede; das falsas janelas da parte inferior; do soco em degraus de que se eleva a igreja, esculpida num só bloco de pedra. Na sobriedade do conjunto há elementos de graça e voo: as janelas superiores, ogivais, cujas molduras delicadas vão terminar, ao alto, num desatar de volutas e numa cruz (Silva, Alberto da Costa A enxada e a lança: África antes dos portugueses).

MAPA DE LALIBELA



Ilustração (26): Como aponta o mapa, houve a construção de túneis para acontecer a integração entre igrejas, ou seja, padres e fiéis não precisavam subir a superfície para o deslocamento de um templo ao outro. Os engenheiros também mandaram perfurar poços com objetivo de manter o abastecimento de água internamente. Disponível em: <https://michelechristine.wordpress.com/a-arquitetura/lalibela-etiofia/>. Consultado em 23 de abril de 2020.

MAPA DA ETIÓPIA NA ATUALIDADE



Ilustração (27) Localização da Etiópia: O país está localizado na parte ocidental do continente, na região chamada de Chifre da África. A cidade de Lalibela fica a 654 km de distância da capital, Adis Abeba.

CONSTRUÇÕES DE LALIBELA

BET MEDHANE ALEM

IGREJA CASA DO SALVADOR DO MUNDO



BET MARYAM (IGREJA DE MARIA)



Ilustração (28)
Bet Amanuel (Igreja de Emanuel)



Ilustração (29): Bete Amanuel

BET ABBA LIBANOS



Ilustração (30)
Bet Gabriel-Rufael (Igreja de Gabriel e Rafael)



Ilustração (31) Bet Giorgis (Igreja de São Jorge)



Ilustração (32)
Teto de Debre Berhan Selassie



Ilustração (33)
Interior de Bet Mikael, Casa de Miguel

A CIVILIZAÇÃO MUÇULMANA DE DJENNÉ E TOMBUCTO: AS GRANDES CIDADES DO SUDÃO OCIDENTAL

A GRANDE MESQUITA DE DJENNÉ:



Ilustração (34) Disponível em: <https://www.girassolviagens.com/mali-em-outubro-mesquita-de-djenne/>. Consultado em: 26 de abril de 2020.

Na cidade de Djenné, no atual país do Mali, foi construída no século XIII a Grande Mesquita de Djenné. Esse templo reflete o estilo arquitetônico desenvolvido para as regiões semiáridas. A mesquita é a maior obra no chamado estilo sudano-saheliano. Como na região há poucos recursos naturais, os arquitetos criaram um tipo de construção que utilizava adobe e madeira — o adobe usado tinha a composição de argila misturada com palha picada e excremento bovino. A cidade de Djenné foi fundada no século III a.C. por agricultores, pastores e metalúrgicos nas margens do rio Níger. Essa aglomeração urbana viveu por três grandes impérios sudaneses: o de Gana, Mali e Songhai. A partir do século V d.C., Djenné passou a estar integrada com o comércio transaariano, no qual tinha ramificações por todo norte da África e com o Mediterrâneo. A cidade ganhou relevância cultural durante o governo de Mansa Mūsā I (1307-1332). Porém, o seu apogeu aconteceu durante os séculos XV e XVI no Império Songhai (1464-1591). A grande mesquita destaca a capacidade inventiva e cultural dos povos negros africanos.

TOMBUCTU E A UNIVERSIDADE DE SANKORÉ



Ilustração (35) Disponível em: <https://www.pinterest.ca/pin/91690542392698361/>. Consultado em: 26 de abril de 2020.

Outro grande símbolo da capacidade inventiva da civilização sudanesa do sahel ocidental foi a cidade de Tombuctu. Os nômades do deserto do Saara, chamados de tuaregues, fundaram Tombuctu em 1100 d.C. Posteriormente, o imperador Mansa Mūsā I anexou a cidade ao Império Mali. Mais tarde, Sunni Ali, ao final da década de 1460, conquistou a cidade, estabelecendo o domínio Songhai. Assim como em Djenné a cultura árabe estará presente na arquitetura e cultura local, não foi à toa que a fundação da Universidade de Sankoré aconteceu em uma mesquita (templo religioso muçulmano). O historiador Mahfouz Ag Adhane destaca que a universidade corânica de Sankoré permitiu a Tombuctu o desenvolvimento intelectual e científico notável em várias áreas como matemática, medicina, astronomia, estudos da religião muçulmana, artes, ciências, literatura, arquitetura, e outras tecnologias. Durante o Império Songhai, Tombuctu exerceu enorme influência comercial, econômica e intelectual no norte da África.

MANSA Mūsā I



Ilustração (36) Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/noticia-mapa-medieval-mostra-o-homem-mais-rico-da-historia.phtml>. Consultado em: 26 de abril de 2020.

O imperador do Mali, Mansa Mūsā I (1307-1332) foi considerado o homem mais rico da história, chegando a ter uma fortuna estimada em 400 bilhões de dólares. A figura acima é de um mapa catalão feito em meados de 1375 que retrata o monarca segurando uma enorme moeda de ouro. A imagem reflete a concepção europeia do século XIV a respeito do norte da África e consequentemente da região do Sudão ocidental. Mansa Mūsā I era um mecenas, patrocinador da arte e da cultura, pois financiou construções de grandes obras arquitetônicas nas cidades de Djenné, Tombuctu e Niani (a capital do Império Mali). Trouxe intelectuais muçulmanos para o império e comprou vários livros corânicos, estimulando uma cultura letrada que em certa medida influenciaria na formação da universidade de Sankoré na cidade de Tombuctu.

IMPÉRIOS SUDANESES



Ilustração (37) Disponível em: <https://legafro.wordpress.com/2015/08/28/civilizacoes-perdidas-iii-gana-mali-e-songhai/>. Consultado em: 26 de abril de 2020

Na região do sahel, área de transição do Saara para a floresta equatorial africana, desenvolveram-se várias civilizações que produziram ao longo do tempo um legado cultural, artístico, econômico e político significativo para história da humanidade. Os três grandes impérios no mapa: Gana, Mali e Songhai, podem ser considerados a expressão máxima da relação de povos negros africanos que habitaram e povoaram a região do rio Níger. Tuaregues, sonike, sossos, manika, kamara, songhai, árabes berberes, muçulmanos de várias regiões e outros povos, formavam um mosaico social tão rico e importante quanto qualquer outra sociedade de sua época.

Mapa da Região do Sahel



Ilustração (38) Disponível em: <http://www.pordentodafrica.com/noticias/implantacao-de-forca-regional-para-restaurar-estabilidade-no-sahel>. Acesso em: 06 de maio de 2020

SUGESTÕES DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

1. Para continuar com a aprendizagem assistam os vídeos no youtube **Tombuctu: a cidade dos livros** produzidos pelos historiadores Mônica Lima e Amílcar Pereira, depois no mesmo site assista a reportagem publicada pelo Fantástico **A Jornada da Vida: Rio Nilo**, episódio 1, Etiópia.

2. Leia os textos abaixo:

Texto I

Documento Histórico produzido pelo cronista Hassan al-Wazzan conhecido por Leão, o Africano, neste documento o viajante revela as suas concepções sobre a cidade de Tombuctu :

Carta do viajante Leo Africanus com uma descrição sobre Tombuctu

*O reino recebeu recentemente esse nome, depois que uma cidade foi construída por um rei chamado Mansa Suleyman, no ano 610 da Hégira (1232), próxima doze milhas de uma foz do rio Níger (Mansa Suleiman reinou nos anos 1336-1359. Na verdade, a cidade de Tombuctu foi provavelmente fundada no século XI pelos tuaregues, e antes foi capital do reino de Mali em 1324.)**

As casas de Tombuctu são choupanas feitas de pau-a-pique de argila, cobertas com telhados de palha. No centro da cidade há um templo construído de pedra e de alfariz por um arquiteto de nome Granata. (Ishak es Sahili el-Gharnati, trazido para Tombuctu por Mansa Suleiman.)

Além do templo, há um grande palácio também construído pelo mesmo arquiteto, onde o rei vive. As lojas dos artesãos, dos comerciantes, e, especialmente, as dos tecelões de pano de algodão, são muito numerosas. As telas são importadas da Europa para Tombuctu, carregadas por comerciantes da Barbária. (Por caravanas de camelos que passavam pelo deserto do Saara vindas da África do Norte.)

Fonte: Leo Africanus: Description of Timbuktu, from The Description of Africa [1526]. In: NISHIKAWA, Taise Ferreira da Conceição. História Medieval: História II. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 34-53. Disponível em: <https://logosapologetica.com/expansao-arabe-africa-imperios-negros-gana-mali-songai-secs-vii-xvi/#ixzz5UXAaG987>. Acesso em: 10 set. 2020.

Texto II

Ruínas das Antigas Civilizações africanas

 <p>IMPERIO GANA</p>	<p>Criado no século 4, reino viveu seu ápice entre os séculos 7 e 11, especialmente pela captação do ouro e comércio de sal e tecidos. No século 8, a economia de Gana passou a interligar as regiões do Norte da África, Egito e Sudão. A queda do império aconteceu a partir do século 12</p>	 <p>IMPERIO KUSH</p>	<p>Além de possuir minas de ouro e terras cultiváveis, o reino ocupava uma localização estratégica, ao transportar mercadorias pelo rio Nilo. O reino existiu por centenas de anos e, no século 8º antes de Cristo, conquistou o Egito, governando-o por algumas décadas</p>
<p>Um dos povos mais intrigantes da região, foi dominante entre os séculos 14 e 16, após invadir Timbuktu, no Mali. Exploravam ouro e sal, e estabeleceram um sistema de pesos e medidas que facilitava as trocas comerciais. Suas cidades mais influentes eram Djenné e Gao</p>	 <p>IMPERIO SONGHAI</p>	<p>Criado no século I e com apogeu no século 4, o império conquistou terras ao sul do Egito, próximo do Rio Nilo. Estima-se que a cidade de Axum tenha tido cerca de 200 mil pessoas, distribuídas em uma área de 250 hectares. Cultivou cereais, como a cevada e o sorgo.</p>	 <p>IMPERIO AXUM</p>

Disponível em: <https://istoe.com.br/os-imperios-da-africa/>. Consultado em: 12 de setembro 2020. (ESSA É A REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DA IMAGEM ACIMA, SENDO ASSIM ELAS PRECISAM FICAR JUNTAS)

Texto III

O texto abaixo é uma tradução do filósofo alemão Immanuel Kant no livro *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* de 1764:

Os negros da África, por natureza, não têm nenhum sentimento que se eleve acima do pueril (infantil). O senhor Hume desafia quem quer que seja a citar um único exemplo de um negro demonstrando talento e afirma que dentre as centenas de milhares de negros que são transportados de seus países para outros, mesmo dentre um grande número deles que foram libertados, ele nunca encontrou um só que, seja em arte, seja nas ciências, ou em qualquer outra louvável qualidade, tenha tido um papel importante, enquanto que dentre os brancos, constantemente ele constata que, mesmo se nascidos das camadas mais baixas do povo, estes sempre se elevam socialmente, graças à seus dons superiores, merecendo a consideração de todos.

(SOMET, Yoporeka. A ÁFRICA E A FILOSOFIA, Revista Sisifo – v. 1, no 4, Novembro. Ano 2016 – ISSN: 2359-3121 – www.revistasisifo.com.)

Conforme a leitura realizada nos textos de I a III é possível afirmar que a posição defendida por Kant a respeito da África e de seus moradores pode ser considerada próxima da realidade histórica? Use de seus conhecimentos para construir sua justificativa.

3. Escolha qualquer país africano da atualidade para completar a tabela abaixo:

Características	Wakanda (País Ficcional)	
Capital	Birni Zana	
Principais cidades	Necrópolis, Birnin Bashenga, Birnin Diata, Birnin Syan e Birnin T'Chaka.	
Desenvolvimento tecnológico	Uso de energia renovável, alta tecnologia com supercomputadores, aviões modernos de última geração, domínio de informática, robótica e defesa militar.	
Fato histórico relevante	10.000 anos atrás Bashenga torna-se rei após liderar um exército de tribos wakandanas contra monstros que habitavam a região.	
Religião	Religião monoteísta baseada no culto a deusa Bast, a deusa pantera.	
Organização política	Teocracia: Governo que mistura religião com política.	

4. Faça um quadrinho, tirinha ou charge contando a respeito de seu conhecimento a respeito da África.



CAPÍTULO 3

O VALIOSO VIBRANIUM DE WAKANDA E A COBIÇA MUNDIAL PELAS RIQUEZAS DA ÀFRICA PARA ALÉM DO SENSO COMUM!

Na edição 53 do Quarteto Fantástico de 1966, intitulada "Como tudo começou..." T'Challa explica os motivos de ter convidado o quarteto de superpoderosos para o reino de Wakanda. Segundo T'Challa, quando ainda era garoto o seu reino recebeu o ataque de Ulysses Klaw, também conhecido pelo pseudônimo de Mestre do Som, por ser um cientista que manipulava a energia do som. Klaw desejava o vibranium devido ao seu alto valor científico e financeiro. Após T'Chaka negar a exploração do Monte Ngai, Ulysses Klaw e seus mercenários resolveram exterminar o povo wakandano. Abaixo estão extratos da revista do ataque ao reino de Wakanda.



Ilustração 40: O ataque de Ulysses Klaw e o seu exército de mercenários nos wakandanos. Revista Quarteto Fantástico. n.53, 1966.



Ilustração 39: Assassinato de T'Chaka. Revista Quarteto Fantástico. n.53, 1966.



Ilustração 41: Wakanda em chamas. Revista Quarteto Fantástico. n.53, 1966.

Como vocês perceberam, após morte de T'Chaka os invasores estavam promovendo um massacre sobre os wakandanos. Num ato de heroísmo, o

jovem T'Challa apropriou-se de uma arma do inimigo, que na ilustração (3) apresenta ser uma espécie de canhão que emite raios poderosos. Usando a arma, o príncipe derrota o exército de assassinos, fere gravemente Ulysses Klaw e salva o reino de Wakanda da destruição.

Diferentemente da versão da década de 1960, o escritor Reginald Hudlin ao contar sobre a gênese de Wakanda preferiu demonstrar a superioridade tecnológica e militar em todas as fases da história do reino africano em relação aos outros povos do mundo. No primeiro episódio da série lançada em 2005, chamada "Quem é o Pantera Negra", a narrativa da revista conta a respeito de três tentativas de invasões ao território wakandano. A primeira aconteceu no século V, aparentemente promovida pelos vizinhos dos wakandanos. Os invasores foram massacrados. A segunda incursão estrangeira na região ocorreu no século XIX, por expedicionários belgas. Esses desistiram de atacar após a morte violenta do líder da expedição. E na última, o Capitão América foi enviado para Wakanda durante a Segunda Guerra Mundial, sendo derrotado pelo Pantera Negra.



Ilustração (42): Massacre dos invasores africanos pelas lanças wakandanas. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (43) O embate entre Pantera Negra e o Capitão América: A principal arma de Guerra estadunidense derrotada pelo super-herói africano. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.

OS BELGAS EM WAKANDA



Ilustração (44): Os europeus invadindo o território de wakanda. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (45): Alvejando os "selvagens"! Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (46) Alvejando os "selvagens"! Parte 2. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (47): Uma conversa de homens civilizados. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.

Na pequena historietta acima, revelada pelas frações da revista, fica evidente a ação conquistadora de europeus no território wakandano no século XIX. Os estrangeiros vieram da Bélgica, inclusive o líder dessa invasão era o bisavô de Ulysses Klaw, assassino do pai de T'Challa. Existem dois pontos que ganham notoriedades nesses extratos, o primeiro está associado com a ordem do líder da expedição, provavelmente de um grupo de militares, em atirar nos carregadores africanos após eles tentaram a fugir por medo de estarem adentrando o território do Pantera Negra. Dessa forma, a ilustração 46 revela a morte dos trabalhadores.

A segunda está relacionada pela forma que o chefe da expedição militar belga tratou as populações africanas. Na ilustração (45) chamou os carregadores de selvagens e na (47) o termo usado foi o de macacos. Depois da fuga e do assassinato dos auxiliares africanos, os belgas tiveram que carregar o material de guerra e bens pessoais. Quando indagado por um dos seus auxiliares por qual motivo não deixavam as porcelanas (Ilustração 47), o bisavô de Klaw deixou a entender que era necessário comer com louças para manter-se num nível civilizatório elevado em relação aos africanos. No momento que a expedição belga encarou o Pantera Negra e Wakanda essa pretensa superioridade serviu para derrotá-los.



Ilustração (48) Enfrentando Wakanda e o Pantera Negra. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (49) Enfrentando o Wakanda e o Pantera Negra. Parte 2. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.



Ilustração (50) Enfrentando Wakanda e o Pantera Negra. Parte 3. Revista Pantera Negra. n. 1, 2005.

Ao chegar em Wakanda os invasores belgas foram surpreendidos pelo Pantera Negra acompanhado de um robô e seu exército. O rei, em tom de aviso, aconselhou àqueles que pretendiam conquistar o seu reino que desistissem dessa ideia. Contudo, numa

ação de arrogância, o comandante resolveu continuar o ataque, como demonstra a imagem acima, o que veio a ser um erro fatal.

As duas invasões cometidas por homens brancos de origem europeia narradas nas duas fases da revista, uma em 1966 e o outra em 2005, apontam diretamente para o período histórico conhecido por Imperialismo. Esse fenômeno da História Contemporânea ficou marcado pela conquista dos países industrializados pelas regiões não industrializadas do mundo. As nações imperialistas do final do século XIX e início do século XX estavam à procura de recursos naturais e mercados consumidores para atender as necessidades de suas indústrias nacionais.

Então, países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Bélgica, as chamadas potências europeias, criaram uma política internacional de apropriação de territórios estrangeiros nos continentes da África e Ásia. As matérias-primas pretendidas pelos europeus eram: ferro, borracha (látex), petróleo, carvão, terras para plantio e outros recursos que pudessem atender as necessidades de suas indústrias. De certa forma, na revista do Pantera Negra o vibranium equivale às riquezas naturais africanas mencionadas anteriormente.

No século XIX, a Europa estava passando pela Segunda Revolução Industrial, a produção fabril crescia de maneira rápida e frenética. Para manter o nível de produção elevada, a burguesia nacional de cada potência europeia incentivou a conquista territorial da África e da Ásia. Naquela época houve uma fusão econômica entre a burguesia industrial e a financeira (os banqueiros), criando uma fase monopolista do capital. Essa união permitiu que os industriais pudessem controlar o estado, usando-o como meio de dominação de regiões além da Europa. Ou seja, os exércitos nacionais invadiram a África e a Ásia para atender diretamente a vontade da elite burguesa europeia. Abaixo, imagens de dois mapas que exemplificam a expansão dos domínios

europeus de maneira acelerada em pouco tempo no continente africano:



Ilustração (54) Expansão econômica e territorial da Europa sob as regiões do continente africano. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/partilha-da-africa/>. Consultado em: 28 de abril de 2020.

Segundo o historiador Albert Adu Bohem, no caso específico da experiência africana entre os anos 1880 a 1910, a instalação de um sistema colonial europeu incidiu de maneira dramática e intensa. Apesar de vários séculos de presença europeia na África, os mesmos não haviam ultrapassado as fronteiras litorâneas. De acordo com o autor: “Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados”.

Bohem ainda esclarece que a política africana não estava preparada para combater a tecnologia produzida na Europa pela Revolução Industrial: o barco a vapor, a estrada de ferro, o telégrafo e a primeira metralhadora Maxim. Todas essas tecnologias contribuíram para as conquistas dos territórios africanos. O historiador ainda afirma que os reinos e povos do continente acreditavam serem capazes de repelir a dominação estrangeira, como vinham fazendo a mais de dois séculos.

A violência foi um recurso amplamente empregado pelos europeus no processo de colonização. Povos inteiros sucumbiram às ações de conquistas e repressões exercidas pelos invasores brancos. Um dos exemplos da mais pura e crueldade da

ação civilizatória no continente ocorreu durante o domínio do rei Leopoldo II da Bélgica, na região que conhecemos por República Democrática do Congo. Entre os anos de 1885 a 1907, o monarca europeu foi proprietário desse extenso território, que na época tinha sido batizado de Estado Livre do Congo. Infelizmente, a palavra livre não tinha significado para os nativos daquela possessão. Devido à intensa exploração e repressão, morreram cerca de 10 milhões de congolezes no período da dominação leopoldina. Fome, violência física, sexual, assassinatos em massa e amputações de membros são crimes de uma dominação nefasta que desvalorizava a vida humana.

Não é por motivo banal que o início desse capítulo narra a história do assassinato de T'ChaKa. Os modos de operação de Ulysses Klaw e de seu grupo de mercenários são simbologias da relação de força entre europeus e africanos durante o Imperialismo. Contudo, a atitude do rei wakandano em resistir à invasão estrangeira, mesmo que isso tivesse como resultado a sua morte e de seus guerreiros, representa a força de resistência que os diversos povos africanos demonstraram frente ao ímpeto do conquistador europeu. Essa ação de oposição rígida ao invasor, promovida por T'ChaKa e os wakandanos, nos direcionam a pensar sobre a resposta que o rei Wogobo, o Moro Naba, dos Mossi disse para os franceses em 1895:

Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles me ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercados; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais.

Com certeza a intenção não é romantizar a atitude do rei Wogobo, e sim de refletir que a expansão europeia sobre o continente africano aconteceu com muitos entraves e lutas. Vários líderes e monarcas, junto com seus exércitos de guerreiros, travaram batalhas para impedir a dominação de seus territórios. Muitos tombaram frente às forças bélicas estrangeiras. Porém, no século XX, durante a Descolonização da África, muitos desses tornaram-se símbolos na lutar pela independência do continente.

Talvez a Etiópia e o seu povo seja o maior exemplo da guerra contra a invasão da civilização europeia em territórios africanos. Manelik II (1889-1913), imperador etíope, junto com seu exército, repeliu no final do século XIX as tropas italianas do seu país. A vitória do exército africano na Batalha de Adowa, em 1º de março de 1896, garantiu à Etiópia o reconhecimento internacional de sua soberania. O êxito militar das tropas africanas colocou a Etiópia como símbolo de luta contra o Colonialismo¹ para todos os povos do continente.

1 - No século XIX, os europeus deram início ao seu segundo processo de colonização. O primeiro tinha acontecido na América, entre o final do século XV e o início do XIX. Contudo, a África e a Ásia foram os alvos dessa nova fase de exploração conhecida por Neocolonialismo e que tinha como força orientadora o capitalismo industrial-financeiro.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

1. Leia o poema:

África
Em meus lábios grossos fermenta
a farinha do sarcasmo que coloniza minha Mãe África
e meus ouvidos não levam ao coração seco
misturado com o sal dos pensamentos
a sintaxe anglo-latina de novas palavras.

Amam-me com a única verdade dos seus evangelhos
a mística das suas missangas e da sua pólvora
a lógica das suas rajadas de metralhadora
e enchem-me de sons que não sinto
das canções das suas terras que não conheço. (Craveirinha)

a) José João Craveirinha foi um poeta que através de sua arte contou a respeito da cultura de seu povo, as mazelas da guerra, as dificuldades sofridas pela colonização portuguesa em Moçambique. O que o escritor deseja afirmar com o seguinte trecho?

(...) Amam-me com a única verdade dos seus evangelhos; a mística das suas missangas e da sua pólvora; a lógica das suas rajadas de metralhadora (...).

2. Declaração de Wogobo, rei dos Mossi (atual República do Alto Volta) ao capitão francês Destenave, em 1895: "Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercados; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais." (BOAHEN, Albert Adu (Ed.). História Geral da África VII. África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: Unesco, MEC, 2010. p. 4).

a) Por que o rei Wogobo não aceitou a invasão ou chegada dos franceses?

b) Pode-se considerar a atitude do rei Wokobo como anti-imperialista?

3. Crie uma charge ou quadrinhos explicado o que você entendeu a sobre o Imperialismo e sua política econômica e militar no continente africano.

AMPLIANDO O DEBATE

1. Assista o vídeo no youtube que fala a respeito do conflito étnico-racial em Ruanda. Analise a organização social ruandense antes da chegada dos europeus na atualidade.

<https://www.youtube.com/watch?v=aCx5xosJwxg&t=29s>

CAPÍTULO 4

DE WAKANDA A ETIÓPIA: ENTRE METÁFORAS E O DESEJO POR OUTRA VISÃO DA HISTÓRIA E CULTURA DA ÁFRICA

O termo metáfora, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Online (Dicio), “é uma figura de linguagem em que há uma transferência do significado de uma palavra para outra, através de uma comparação não explícita”. Um simples exemplo é a frase “aquele homem tem nervos de aço”. A intenção da sentença é demonstrar para o ouvinte que determinada pessoa pensa com calma e racionalidade, evitando ao máximo possível as emoções. Esse recurso da comunicação humana serve para facilitar o entendimento das pessoas sobre a informação que está sendo recebida.

A operação racional metafórica é utilizada com muita frequência como ferramenta de ensino e aprendizagem no processo de estudo. O ser humano aprende muitas vezes fazendo comparações de conceitos abstratos com ideias do cotidiano. Essa operação também acontece no campo de ensino didático da história; ou seja, frequentemente os professores usam desse meio para aproximar a compreensão do aluno ou da turma sobre um conceito ou período histórico. Outra face do uso da metáfora justamente é para provocar o interesse dos estudantes em relação ao conteúdo.

Wakanda para o mundo aparentemente é um lugar impossível de existir; aponta para uma África superdesenvolvida, rica, livre, independente, na qual o governo goza de estabilidade e de soberania internacional. No entanto, na história do continente africano houve uma nação que, de certa forma, assemelhou-se com Wakanda. Esse país é a Etiópia.

País do Chifre da África, região formada pelas nações da Eritreia, Djibuti, Somália e Quênia. Na longa história dos

etíopes, considerando desde os primórdios do Império Axum no século I d.C. até os dias atuais, esse povo poucas vezes conheceu a dominação de um jugo estrangeiro. Conquistar a região na qual os abissínios estavam exigiu muito dos adversários militares, sendo que na maioria das vezes os invasores saíram derrotados. Foi somente no século XX, com o ataque das tropas italianas de Benito Mussolini, que os etíopes foram dominados num curto espaço de tempo entre os anos de 1936 a 1941.

A revista do Pantera Negra evidencia duas características de Wakanda, a de ser o reino mais desenvolvido do mundo e de nunca ter sido conquistado por nenhum rei ou exército estrangeiro. A inviolabilidade do país ficcional deve-se a uma série de motivos, dentre eles: alta tecnologia; riqueza natural e bem utilizada; desenvolvimento econômico e social; valorização da história e da religião.

A religião ocupa a posição central no país do Pantera Negra. O governo é exercido por vontade divina da deusa Bast (deusa Pantera). O modelo político de Wakanda consiste numa teocracia. Isso significa que o chefe de estado representa diretamente a vontade divina. Outra particularidade da administração teocrática é a unificação de igreja com estado. Nessa organização sociopolítica os interesses de ambos são defendidos mutuamente.

Em Wakanda o culto à deusa Bast é o oficial. Porém, existiram outros seguimentos religiosos que foram suprimidos pela vontade dos Panteras anteriores. A única crença diferente no país são a dos jabaris, população que vive nas montanhas, afastada do desenvolvimento tecnológico. O povo Jabari segue uma visão tradicional da sociedade, não

acredita em tecnologia e o chefe do grupo conhecido por M'Baku tentou por várias vezes assumir o poder do país e estabelecer o culto ao Gorila Branco, o deus Chekre. A religião foi a força geradora do reino, nos primórdios por volta de 10 mil anos antes de T'Challa. Num período pré-Wakanda, a região atravessava um estado de guerra entre várias tribos que ansiavam o controle do vibranium. Um guerreiro chamado Bashenga recebeu os poderes da deusa Bast, conseguindo encerrar as batalhas entre as tribos daquele lugar, estabelecendo uma monarquia teocrática.



Ilustração (58) Bashenga o primeiro rei de Wakanda, imagem da Black Panther Vol.1 #7 (janeiro de 1978). Disponível em: <https://www.proibidoler.com/quadrinhos/wakanda-o-gula-completo-sobre-o-reino-do-pantera-negra/>. Consultado em 02 de maio de 2020.



Ilustração (59) Deusa Bast da Pantera Negra. Disponível em: <https://www.aficionados.com.br/divindades-universo-marvel/>. Consultado em: 03 de maio de 2020.

A teocracia vigorou como regime político etíope até o ano de 1974, quando o último imperador, Haile Selassie, foi deposto, sendo instaurada no país uma república de origem laica. Cerca de 40% da população etíope segue o cristianismo ortodoxo. O restante do povo varia entre o protestantismo (20,5%), o islamismo (33,9%) e religiões tradicionais (2,6%).

A possível metáfora entre Wakanda e a Etiópia está relacionada à importância da religião como força agregadora da sociedade etíope. Como vimos no capítulo 2, os axumitas desde o século IV converteram-se ao cristianismo graças ao imperador Ezana, que recebeu os ensinamentos acerca do evangelho pelo monge São Frumêncio. A partir do século VIII, as guerras entre Império Axum contra o Império Árabe Muçulmano tem início. Com a atuação bélica dos seguidores de Maomé, os axumitas foram isolados do mundo comercial cristão, permitindo dessa forma o enfraquecimento do império africano.

Quando a Dinastia Zegawe (1050-1270) assumiu o poder sobre o que restara do Império Axum, a agressão muçulmana somada a uma guerra civil quase desintegrou o reino etíope. Para manter os seus domínios e afastarem os pagãos, a sociedade do Reino Zegawe estimulou a fé cristã, criando um sentimento de unidade através de um identitarismo proporcionado pela Igreja e pela religião.

A explicação mitológica da origem do cristianismo etíope era diferente em relação ao romano, já que os primeiros afirmavam uma descendência direta do Rei Salomão. Os etíopes, nessa época, orgulhavam-se da origem nobre ligada a um grande rei da história da Bíblia. Segundo a narrativa bíblica do Velho Testamento, a rainha de Sabá visitou Salomão para constatar a famosa sabedoria do rei hebreu. A tradição cristã etíope criou desse encontro a versão da qual Salomão e a rainha de Sabá tiveram um filho, Menelik I, considerado o primeiro governante abissínio da história. Segundo o historiador José Rivaír Macedo, existem vários mitos sobre a narrativa de Sabá. Mas, um em especial, do século XIV, serviu para legitimar o reinado de Yekuno Amlak (1268-1283), o primeiro rei da Dinastia Salomônica (1270-1974).

O mito está escrito no chamado Kebrá Nagast (O Livro da glória dos reis). No texto, Sabá é chantageada para dormir com Salomão. Posteriormente, o filho do casal, Menelik I, em sua juventude passou um período em Israel, na companhia do pai. Depois de recusar como herança a

coroa de Salomão, Menelik deixou o reino hebreu, levando consigo a arca da aliança.



Ilustração (60): A Arca da Aliança chegando à Etiópia com Menelik I. Igreja de Santa Maria de Sião de Axum. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Kebrä_Ne-gäst. Consultado em 03 de maio de 2020.

No final do século XIX, os etíopes tiveram que enfrentar a força expansionista das potências imperialistas europeias. O imperador da época, Menelik II soube explorar de maneira inteligente a fé e a história de luta de seu povo para criar uma força de resistência aos invasores. Abaixo estão duas frases importantes do imperador, que resume esse contexto de conflito entre etíopes e europeus.



Ilustração (61) Imperador Menelik II. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/424253227370795308/>. Consultado em 03 de março de 2020.

A Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus. (1893) Imperador Menelik II.

Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Nossos inimigos começaram a avançar abrindo caminho na terra como toupeiras. Com a ajuda de Deus, não lhes entregarei meu país [...]. Hoje, que os fortes me emprestem sua força e os fracos me ajudem com suas orações. (17 de Setembro de 1895). Imperador Menelik II.

Essas frases foram proferidas alguns anos antes de eclodir a guerra entre etíopes e italianos. Menelik II animava o seu exército para batalha contra o invasor apontando a orientação e proteção divina. O imperador era um homem religioso que ao reconhecer a direção de Deus sobre o seu país conseguia estimular uma unidade nacional, uma espécie de nacionalismo cristão africano, e fortalecer a luta contra o inimigo.

A Batalha de Adowa, de 1896, garantiu para o exército africano a independência e soberania do país. Para conseguir esse feito, Menelik II modernizou o seu exército comprando armas de franceses e russos. Ele soube manobrar as suas tropas no campo de batalha, esperando o erro inimigo de iniciar o conflito, no qual os italianos tinham um conhecimento reduzido sobre relevo da Etiópia. O exército etíope tinha mais de 100 mil homens contra cerca de 17 mil soldados das tropas invasoras.

Menelik II conseguiu estabelecer relações diplomáticas e comerciais com ingleses, franceses e russos, que permitiram a compra de armas novas e modernas e a não intervenção de ajuda militar dos outros países europeus às tropas italianas. A corrida imperialista realizada por europeus sobre a África e Ásia deu algumas ferramentas para os etíopes explorarem a diplomacia dessas nações.

A vitória de Adowa concedeu à Etiópia fama internacional dentro e fora da África. Primeiro, foi a maior vitória de um exército africano sobre um exército europeu desde a época dos conflitos entre Cartago e Roma nas chamadas Guerras Púnicas (séc. III ao II a.C.). Os etíopes, com

os liberianos, passaram a serem os únicos povos não conquistados pelos europeus. No caso da Etiópia, a manutenção da independência aconteceu por causa da superioridade militar demonstrada no campo de batalha, estabelecendo para as outras nações a capacidade de resistência aos invasores.

No contexto da Libéria, os líderes dessa nação por inúmeras vezes tiveram que ceder os seus territórios para garantir a manutenção da liberdade. Quando a situação apertava os liberianos pediam auxílio aos Estados Unidos. O gigante americano na época atendeu aos pedidos dos africanos pelo motivo da Libéria ser uma espécie de irmão mais novo.

A outra face da Etiópia está relacionada aos simbolismos dessa vitória. Essa nação passou a ser enxergada pelos africanos do XIX e XX como modelo bem-sucedido de luta pela independência. Esse simbolismo refletiu inclusive no processo de Descolonização Africana após a Segunda Guerra Mundial. A capital da Etiópia, a cidade de Adis Abeba (fundada em 1886 por Menelik II), foi escolhida como sede da Organização da Unidade Africana (OAU), um órgão internacional formado inicialmente por 32 nações do continente para combater a presença europeia e estabelecer trabalhos mútuos entre os países participantes.



Ilustração (61): Adis Abeba, a capital da Etiópia na atualidade. Disponível em: <https://www.viator.com/pt-BR/tours/Addis-Ababa/Half-Day-City-Tour-of-Addis-Ababa/d24099-91529P21>. Consultado em: 03 de maio de 2020.



Ilustração (62): Bandeira da Organização da Unidade Africana. Disponível em: <https://www.colegioweb.com.br/geografia/o-que-e-a-organizacao-da-unidade-africana.html>. Consultado em: 03 de maio de 2020.

Em suma, uma capital moderna, um país que os europeus e outros povos africanos não conseguiram dominar, a disposição de luta criada por uma espécie de ímpeto nacionalista fortalecido pelas perspectivas religiosas, um líder capaz de defender seu povo, essas são as possíveis metáforas existentes entre Etiópia e Wakanda ou entre Menelik II e T´Challa, que nos permitem visualizar o potencial da HQ Pantera Negra no ensino e aprendizagem da história e cultura da África.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES COM OS ALUNOS

1. Na internet está disponível de maneira gratuita os oito volumes da coleção História Geral da África, obra patrocinada pelo Unesco e produzida em sua grande maioria por historiadores de origem africana. Sendo assim, no Volume VII, pesquise no capítulo 8, chamado de Iniciativas de Resistências Africanas na África Central, 1880-1914 duas histórias de resistências contra a dominação europeia. Explique os motivos de suas escolhas.

Link para pesquisa: Link da coleção para baixar gratuitamente: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=0&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=132&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=DS_TITULO&ordem=null

2. A música Etiópia Sagrada, do grupo Ponto de Equilíbrio conta a respeito da história de um país africano que conseguiu manter sua independência perante invasor estrangeiro.

Nenhuma nação foi capaz de colonizar
Etiópia sagrada
No coração da África
Mãe de todos nós

Nessa terra que eu estou falando
Não havia opressão
Porque que para sentar no trono
Tinha que ser cristão de coração
Da dinastia
Do rei Salomão, Salomão, Salomão
Do rei Salomão, Salomão, Salomão

A dinastia da Etiópia não tem Papa
Não tem inquisição
Não tem catequização
Não tem discriminação
Porque eles seguem Tiago, Mateus, Marcos e João
Lucas, Pedro, Felipe também
São santos estimados pelos decedentes
Reais do rei Salomão, Salomão, Salomão
Do rei Salomão, Salomão, Salomão
São Jorge guerreiro é o padroeiro
Da antiga Abicinia
Hoje chamada de Etiópia
E eles louvam os anjos e arcanjos
Eles adoram São Miguel
E no seu dia eles saem pelas ruas festejando
Seu escudo de luz
A sua espada de fogo
A proteção que vem do céu
São Miguel, São Miguel

Abá Salama é o nome do fundador
Da igreja ortodoxa
Abá Salama é o nome do fundador
Da igreja da Etiópia
Ele aprendeu com os grandes santos
Jejuando e rezando

Lá no deserto do Egito, Egito
Lá no deserto do Egito, Egito

<https://www.youtube.com/watch?v=BP2MCiaAUBA>

- a) Que aspectos da música te chamou atenção a respeito da Etiópia?
- b) Você consegue perceber alguma semelhança entre a Etiópia cantado na música e Wakanda revelada na Revista em quadrinhos do Pantera Negra?
- c) A música fala de vários eventos tanto históricos quanto sagrados ou fictícios, você consegue entender a diferença de tais eventos?

3. Leia os extratos abaixo:

A Etiópia não precisa de ninguém: ela estende as mãos para Deus. (1893)

Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Nossos inimigos começaram a avançar abrindo caminho na terra como toupeiras. Com a ajuda de Deus, não lhes entregarei meu país [...]. Hoje, que os fortes me emprestem sua força e os fracos me ajudem com suas orações. (17 de Setembro de 1895).

As duas falas são do imperador etíope Manelik II, ditas num período próximo da guerra contra os italianos, o conflito aconteceu em 1896 tendo como resultado a vitória dos africanos sobre os europeus. No discurso de Manelik algumas práticas políticas do estado etíope ficam evidentes, aponte quais características estão presente na fala do imperador e, se possível procure estabelecer conexões com a forma governo existente na Wakanda Ficcional.

4. Analise as imagens:



Disponível em: <https://www.viator.com/pt-PT/tours/Addis-Ababa/Half-Day-City-Tour-of-Addis-Ababa/d24099-91529P21>. Consultada em: 12 de set.2020.

Foto da cidade de Addis Abeba (Nova Flor) capital da Etiópia. Esse centro urbano foi fundado pelo imperador Manelik II no ano de 1886, na época o imperador empreendeu um projeto de modernização a estilo ocidental no país. Construção de um sistema fiscal, estabelecimento de pagamento de salários para soldados, moeda nacional, organização de um selo postal, o início da construção de uma estrada de ferro ligando Addis Abeba com Djibouti na Etiópia, construção de telégrafos, Banco Nacional, primeiro hospital, primeiro hotel moderno. (AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880 -1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935- 2.ed. rev. - Brasília : UNESCO, 2010. pp.310-312).



Disponível em: <https://www.einerd.com.br/wakanda-historia/>. Consultada em: 12 de setembro de 2020.

As cidades wakandanas destoam de parte do imaginário coletivo a respeito da África, pois, geralmente o cenário elaborado pela mídia a respeito dos centros urbanos do continente são de destruição e pobreza. Na HQ do Pantera Negra o fã encontra um país moderno, com alta tecnologia, e um desenvolvimento urbano próprio sem igual no mundo. Você conhece alguma cidade contemporânea africana? Fale em que situação conheceu tal cidade.

-Escolha uma cidade de que goste de continente e faça uma pesquisa a respeito da mesma. Considere:

- Sua história;
- Número de habitantes;
- Importância econômica, política, cultural para o país e mundo;
- Os pontos históricos, culturais e artísticos;
- Procure relatos de moradores e turistas sobre a cidade;
- Procure algo que você pensa que seja exclusivo daquela cidade, pode ser uma festa, culto religioso, comida, tecnologia, prédio urbano e outros.

-Selecione fotos e imagens da cidade pesquisada por você, depois crie um cartaz, ou apresentação em power-point caso deseje produza um vídeo apresentado o que aprendeu sobre essa nova cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ADNANE, Mahfouz Ag. Timbuctu, notas sobre uma cidade saariana marcada pela diversidade e trânsitos de pessoas, saberes e de bens. *Revista Semana da África na UFRGS*. v.4, n.1, p.16-23, mai. 2017
- Almeida, Fernando Chaves, 1979 - Poder americano e estados nacionais: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar / Fernando Chaves Almeida. - 2006. 118 f.
- AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880 - 1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. - 2.ed. rev. - Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.
- ASSUMPÇÃO, José Euzébio E. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 29-43.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. - 2.ed. rev. - Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p.
- Branco, Alberto Manuel Vara (2015). Do Reino de Axum ao Reino da Etiópia (Século I D.C. ao século XVII): A Força e o Isolamento do Cristianismo na África do Norte e Nordeste. *Millenium*, 48 (jan/jun). Pp. 63-74.
- FLORES, MBR., and MELO, SF. A libertação de Cam: discriminar para igualar. Sobre a questão racial brasileira. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 31-86.
- MACEDO, José Rivair. A rainha de Sabá e os mitos cristão da Etiópia. *Revista Semana da África na UFRGS*. v.4, n.1, p.10-15, mai. 2017.
- MILANE, Martinho Camargo. A conquista. In: MILANE, Martinho Camargo. *Genocídio no Congo Leopoldo II, o Imperialismo e o genocídio holocausto africano (1885-1908)*. Dissertação (Dissertação em História). USP. São Paulo, 2011. p. 238.
- NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). *História Geral da África, IV: África do Século XII ao XVI*. 2.ed. rev. - Brasília : UNESCO, 2010. 896 p.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n. 3, 2003, pp. 421-461.
- _____. DA ETHIOPIA À AFRICA: AS IDÉIAS DE ÁFRICA, DO MEDIEVO EUROPEU À IDADE MODERNA. *Fênix*. *Revista de História e Estudos Culturais* Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2008, Vol. 5, Ano V /nº 4.
- PINAR, WILLIAN F. O corpo do pai e a raça do filho: Noé, Schreber e a maldição do pacto. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.
- SAMYN, Henrique Marques. POR UMA REVOLUÇÃO ANTIRRACISTA: síntese histórica e trajetória ideológica do Partido Pantera Negra. In: SAMYN, Henrique Marques (Org.). *POR UMA REVOLUÇÃO ANTIRRACISTA: UMA ANTOLOGIA DE TEXTOS DOS PANTERAS NEGRAS (1968/1971)*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2018.
- SILVEIRA, E., and CORREA, SMS. Viajantes brancos na África negra do século XV. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TAMRAT, Tadesse. O Chifre da África: os Salomônidas na Etiópia e os Estados do Chifre da África. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). História Geral da África, IV: África do Século XII ao XVI. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 896 p.

REVISTA EM QUADRINHOS

Black Panther. New York: Marvel Comics, n.1, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.2, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.3, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.4, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.5, abril 2005. (Tradução livre).

_____. New York: Marvel Comics, n.6 abril 2005. (Tradução livre).

COATES, Ta-Nehisi. Pantera Negra: uma nação sob nossos pés: Livro2/ roteiro por Ta-Nehisi Coates; arte por Cris Sprouse Brian Stelfreeze e Laura Martin-Barueri, SP: Panini Comics, 2017.

Fantastic Four. New York: Marvel Comics, n. 52, august 1966. (Tradução Livre).

_____. New York: Marvel Comics, n. 53, august 1966. (Tradução Livre)

_____. New York: Marvel Comics, n. 54, august 1966. (Tradução Livre).

Quarteto Fantástico. O Dia do Juízo Final. Editora Salvat. n.52, 2016.

_____. O Dia do Juízo Final. Editora Salvat. n.53, 2016.

_____. O Dia do Juízo Final. Editora Salvat. n.54, 2016.

Pantera Negra. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.1, 2014.

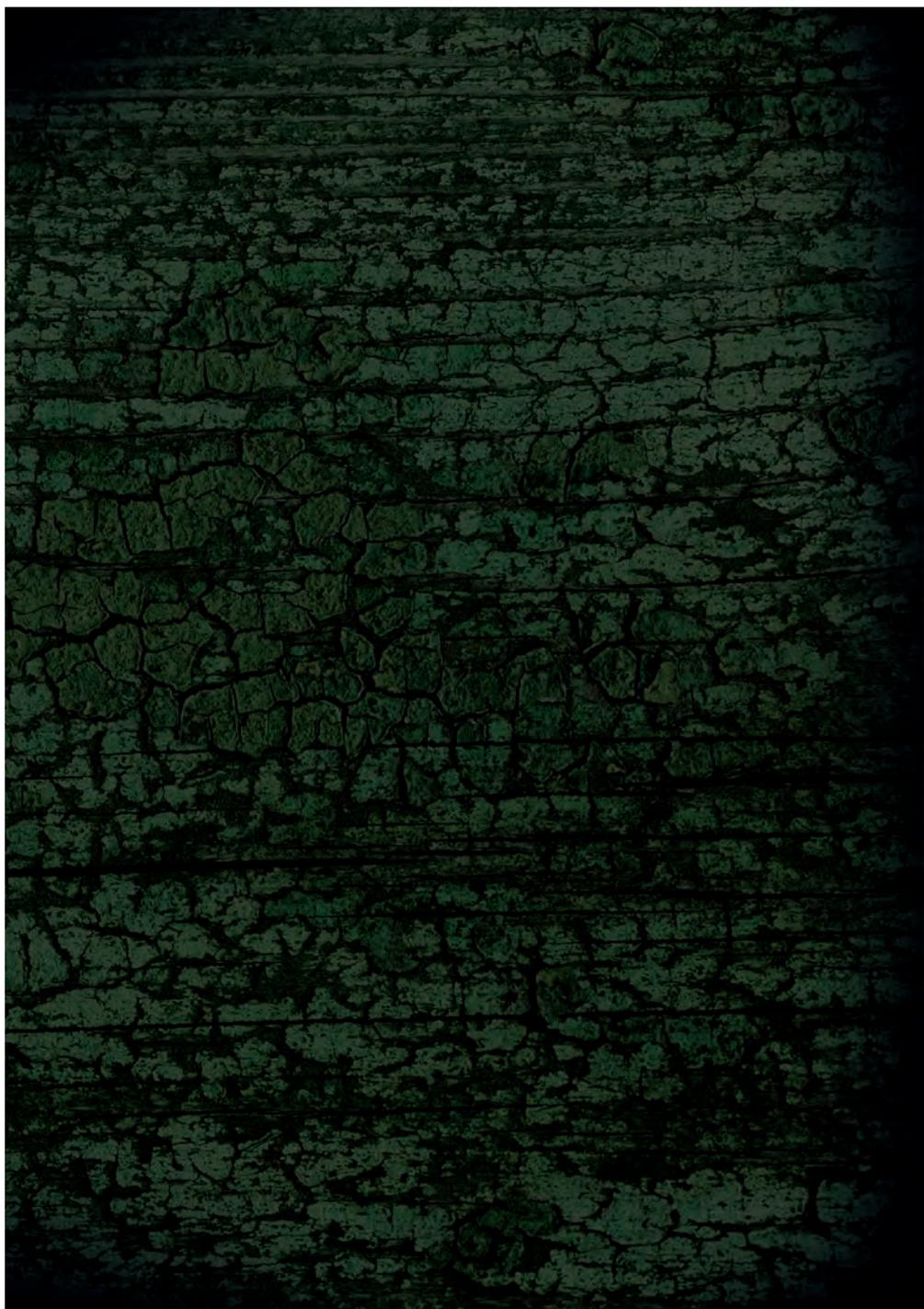
_____. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.2, 2014.

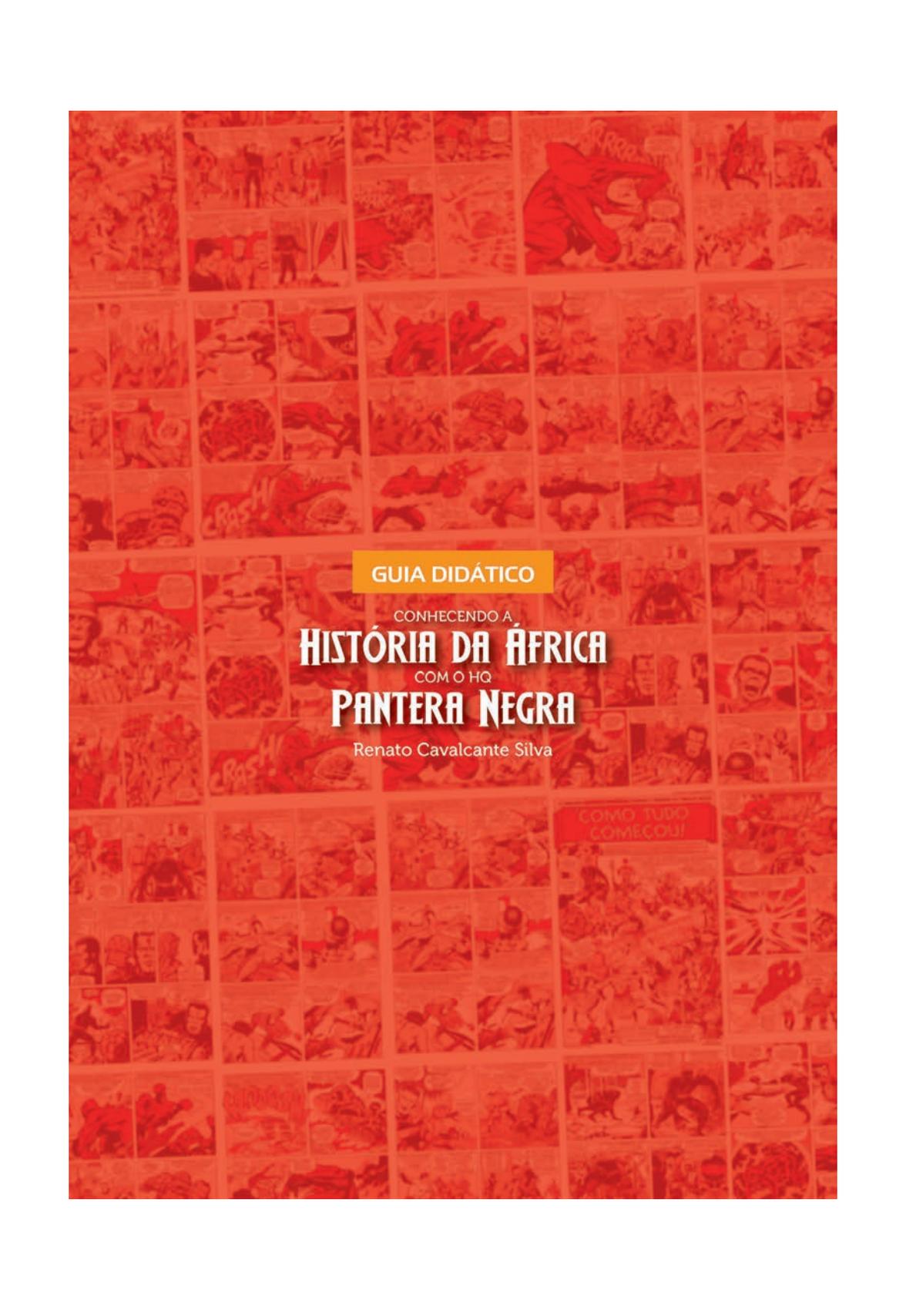
_____. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.3, 2014.

_____. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.4, 2014.

_____. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.5, 2014.

_____. Quem é o Pantera Negra? Editora Salvat. n.6, 2014.





GUIA DIDÁTICO

CONHECENDO A
HISTÓRIA DA ÁFRICA
COM O HQ
PANTERA NEGRA

Renato Cavalcante Silva

COMO TUDO
COMEÇOU!

Neste livro, o universo ficcional da História em quadrinho (HQ) do Pantera Negra é analisado e estudado além das fronteiras do entretenimento. Como toda narrativa é filha de sua época, esta HQ foi concebida no contexto conflituoso da década de 1960 nos Estados Unidos da América, pois naquela época o país vivia a luta pelos direitos civis, sociais e políticos dos afro-estadunidenses. Sendo assim, a história sempre esteve presente, direta ou indiretamente, nas páginas da revista do Pantera Negra. Pensar nela como instrumento correlação possível para o ensino e aprendizagem sobre a história da África para os alunos do Ensino Médio das escolas públicas é o exercício teórico e prático que este livro se propõe a fazer, pois, ao final do mesmo foi produzido um guia didático com a intenção de ser um material utilizado pelo docente de História em suas aulas acerca do continente africano.

